

# O POLICIAMENTO E A ORDEM

Histórias da polícia em Londrina 1948-1962



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora *Nádina Aparecida Moreno*

Vice-Reitor *Berenice Quinzani Jordão*



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Diretora *Maria Helena de Moura Arias*

Conselho Editorial

*Abdallah Achour Junior*  
*Edison Archela*  
*Efraim Rodrigues*  
*José Fernando Mangili Júnior*  
*Marcia Regina Gabardo Camara*  
*Marcos Hirata Soares*  
*Maria Helena de Moura Arias (Presidente)*  
*Otávio Goes de Andrade*  
*Renata Grossi*  
*Rosane Fonseca de Freitas Martins*

Rivail Carvalho Rolim

O POLICIAMENTO E A ORDEM

Histórias da polícia em Londrina 1948-1962

*Londrina*  
2013

Coleção  
Histórias da República: Leituras à Contrapelo 7  
Organizada por *Gilmar Arruda*

Catalogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

R748p Rolim, Rívail Carvalho.

O policiamento e a ordem : histórias da polícia em Londrina: 1948-1962  
[livro eletrônico] / Rívail Carvalho Rolim. – Londrina : Eduel, 2013.  
1 Livro digital. – (Histórias da república : leituras à contrapelo ; 7)

Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado ao Programa de  
Pós-Graduação em História e Sociedade -Universidade Estadual  
Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1996.

Inclui bibliografia.

Disponível em :

<http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/policiamento-e-a-ordem.gif>  
ISBN 978-85-7216-682-9

1. Londrina (PR) – Polícia – História. I. Título.

CDU 351.74(091)

---

*A meus pais, Olivério e Maria*  
*A minhas filhas, Larissa e Jossane*  
*A minha esposa, Eliana*

## **AGRADECIMENTOS**

*Este livro é uma versão da dissertação de Mestrado que defendi em 1996 na UNESP-Assis.*

*Num primeiro momento, gostaria de agradecer ao meu orientador Sidinei Galli, por ter acreditado que o meu projeto de trabalho seria viável e por me dar liberdade no encaminhamento das reflexões.*

*Agradeço a Paulo Alves e Sérgio Adorno que examinaram o trabalho. As sugestões e os comentários que fizeram, procurei incorporar na preparação do texto para a publicação.*

*Um agradecimento especial a Gilmar Arruda, por várias razões: ter me incentivado a continuar os estudos no campo da História, pelo auxílio no momento de elaboração do projeto de pesquisa, apresentado sugestões e discutido o trabalho nos momentos finais e por ter colocado a sua casa e o seu computador a minha disposição, independentemente de dia e horário.*

*Gostaria de agradecer também os funcionários do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná e do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, principalmente o Edson.*

*Não poderia deixar de mencionar os colegas Marlene Rosa Cainelli, Nelson Dácio Tomazzi e William Reis Meirelles.*

*O desenvolvimento da pesquisa foi possível graças à bolsa concedida pela CAPES.*

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1: TENSÕES ENTRE IMAGENS E EXPERIÊNCIAS	
1.1 - Cidade próspera e moderna. ....	13
1.2 - Cidade de vida rebelde e independente .....	42
1.3 - “Perigos” e “ameaças” pairam sobre a cidade .....	64
CAPÍTULO 2: A REORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA	
2.1 - Policiamento “ineficaz” .....	81
2.2 - Mudanças na Polícia Civil .....	96
2.2.1 - Delegacias Especializadas .....	101
2.2.2 - Delegacias Regionais 110 .....	
2.2.3 - Órgãos Técnicos e Auxiliares .....	117
2.2.4 - Política de Pessoal .....	120
2.3 - Rearticulações na Polícia Militar .....	124
CAPÍTULO 3: A AÇÃO POLICIAL NO COTIDIANO DA CIDADE	
3.1 - As práticas repressivas no espaço citadino .....	133
3.2 - Violência policial .....	145
3.3 - Os limites da ação policial .....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
FONTES .....	165
BIBLIOGRAFIA .....	169





## *ABREVIATURAS UTILIZADAS*

AP	– <i>A Pioneira</i>
CN	– <i>Correio do Norte</i>
DOPS-DEAP	– <i>Fundo Delegacia de Ordem Política e Social, localizado no Departamento Estadual Arquivo Público do Paraná</i>
FL	– <i>Folha de Londrina</i>
FP	– <i>Folha do Povo</i>
GN	– <i>Gazeta do Norte</i>
MSG	– <i>Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governo do Estado do Paraná</i>
OC	– <i>O Combate</i>
PN	– <i>Paraná Norte</i>
RPML	– <i>Relatório da Prefeitura Municipal de Londrina</i>
VN	– <i>Voz do Norte</i>



## INTRODUÇÃO

**B**rasil, anos 50. O ideário da modernidade e do progresso aparecia nas palavras de vários porta-vozes do desenvolvimento. Diziam que, com a industrialização, em pouco tempo, o país iria fazer parte do Primeiro Mundo e que no plano político, havia sido derrubada a ditadura varguista e reestabelecida a democracia no país. Aliás, tendo como parâmetro os aspectos institucionais, os anos de 1945 a 1964 são conhecidos, inclusive pela historiografia, como de “democracia populista”. Era um momento de “possibilidades mágicas” ou, para utilizar uma expressão de Maria Sílvia de Carvalho Franco, era o “tempo das ilusões”.

No Paraná, aparecia nos discursos de fazendeiros, comerciantes, membros de instituições financeiras, jornalistas, vereadores, autoridades estaduais e municipais\*, que o Estado se constituía na terra das oportunidades presentes e futuras, local aonde as pessoas iam para realizar seus sonhos, espaço que caminhava rumo ao progresso e à modernidade.

Para exemplificarmos, Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto – governadores da década de 50 – diziam que aqui não se “conhecia o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação e alarme” e, diante da situação destacada do Estado, em termos econômicos, que era o “Espetáculo da Prosperidade”.

Notamos que, tanto no âmbito estadual como federal, os discursos ressaltavam que se vivia num período de “renovação”, no

---

\* Destacamos que essas imagens e as representações de “perigos” e “ameaças” que aparecerem ao longo deste trabalho, estarão ligadas a esses grupos sociais.

qual se romperia com o subdesenvolvimento e se entraria no seletor mundo das nações civilizadas. Portanto, a década de 50 estava repleta de imagens de euforia e entusiasmo acerca da realidade nacional.

Contudo, com o processo de modernização do campo, que poupou o uso de mão-de-obra, ocorreu uma transferência em massa de pessoas para as cidades, intensificando o processo de urbanização, que já era crescente no pós Segunda Guerra Mundial. No egresso desse contingente das áreas rurais, a população urbana chegou a aumentar, entre os anos 40-50 e 50-60, em torno de 52% e 79% respectivamente (Mendonça, 1994, p. 88).

As cidades que passaram por esse processo acelerado de crescimento demográfico, foram dotadas com redes de água e esgotos, grandes avenidas, ruas pavimentadas e iluminadas. Mas nem todos foram beneficiados, pois boa parte dos segmentos populares passaram a residir em loteamentos periféricos, o que redundava numa série de sacrifícios e carências. Nas palavras de Kowarick e Bonduki (1988), no pós Segunda Guerra Mundial e no período populista, essas levas populacionais, que procuravam as cidades em busca de melhoria de condições de vida, se fixaram onde e como puderam no cenário metropolitano, em bairros sem nenhuma infra-estrutura. Em suma, a política desenvolvimentista acabou frustrando as expectativas daqueles que esperavam colher os prometidos frutos sociais, pois os desníveis, ao invés de desaparecerem, acabaram se acentuando.

Diante dessas mudanças, podemos afirmar que nos anos 50 o espaço urbano possuía características completamente novas. Porém, é necessário salientar que essas transformações ocorreram de forma fragmentada e dispersa, atingindo diversas categorias de cidades. Vilmar Faria (1983), em seu trabalho sobre o crescimento populacional nas áreas urbanas, indica que no período de 1950/80,

o número de cidades – considerando aquelas com mais de 20 mil habitantes – passou de 96 para 482 e, na década de 50/60, de 96 para 172. Ressaltamos que a urbanização, muitas vezes, se processa desligada do crescimento da indústria local.

A intenção ao destacar esses dados apontados por Vilmar Faria, relativos ao crescimento populacional das áreas urbanas, é de evidenciar que os estudos que centrarem suas atenções nas cidades, após a Segunda Guerra Mundial, deverão ter a percepção de que esse universo de análise é mais amplo, embora os trabalhos que abordaram o fenômeno da urbanização tenham se limitado às grandes áreas metropolitanas.

Nesse sentido, centraremos nossas atenções em uma delas – Londrina, que nos anos 50, estava entre as 81 maiores do país e vivenciava os mesmos dilemas de suas congêneres que passaram pelo fenômeno do crescimento. Portanto, não se constitui num estudo de caso, nem que diz respeito à história regional, já que a cidade se inseria numa situação conjuntural em curso no restante do território brasileiro.

Londrina, em pouco mais de 20 anos, teve seu perfil urbano completamente modificado. Se nos anos 30 constituía-se em apenas um núcleo urbano “ponta de trilhos”, ou “boca do sertão”, na década de 50, tornou-se a principal cidade da área produtora de café, localizada na região norte do Estado do Paraná e com uma população superior a 100 mil habitantes.

Com a riqueza vinda da economia cafeeira, algumas mudanças se processaram no cenário citadino, as quais se materializaram na cultura material. Em pouco tempo, surgiram inúmeras mansões próximas à Av. Higienópolis, local onde residiam os barões do café, e vários prédios na área central da cidade, utilizados pelos empreendimentos capitalistas. A imprensa destacava que as antigas edificações de madeira foram destruídas para darem lugar aos prédios modernos que

embelezavam a cidade, abandonando o “obsoleto pelo mais conveniente” (FL, 27/02/52).

Por sua vez, o poder público construiu uma nova rodoviária e um novo aeroporto, além de fazer grandes investimentos na infraestrutura urbana. Aliás, Prestes Maia, que implantou o Plano de Avenidas na cidade de São Paulo, foi convidado para assessorar o Executivo Municipal de Londrina, no projeto das mudanças urbanísticas. Por último, foi elaborada toda uma legislação para disciplinar e ordenar a ocupação da cidade, ou seja, procurou planejar e ordenar esse crescimento para que os confrontos e as colisões não ocorressem.

No entanto, apesar de residirem no espaço citadino os novos ricos, havia também os segmentos populares, que passaram a morar nos 65 bairros periféricos que se formaram ao longo da década de 50. Assim sendo, se Bonduki (1988) considera que nessa conjuntura se consolidou um novo padrão de urbanização – o periférico – isso pode ser estendido também a Londrina. Além disso, havia uma população flutuante que transitava pela cidade. Para termos uma idéia do volume desse movimento, no ano de 1957, o município tinha próximo de 100 mil habitantes e passava pela rodoviária cerca de 80 mil pessoas por mês.

Assim, a cidade pretensamente moderna era habitada por uma gama variada de grupos sociais, que passaram a ocupar o espaço urbano com papéis inusitados, usando toda a criatividade e até mesmo aguçando a sensibilidade na disputa pela sobrevivência. Nesse sentido, uma sociedade atravessada por tensões sociais que, apesar de não serem diferentes das de ordem rural, eram mais intensas, mais problemáticas devido à concentração na área urbana que crescia rapidamente.

Devido à potencialização dos conflitos, havia uma certa perplexidade diante das experiências de vida que pululavam no cotidiano citadino, consideradas pelas elites como indesejáveis e

ameaçadoras, porém inevitáveis. Nesse momento de definição de uma política de segurança pública, aumentou a convicção da necessidade de tomar medidas para vigiar e controlar as levas de pessoas que insistiam em permanecer no espaço urbano de forma “perigosa”.

Estamos, pois, diante de um quadro repleto de imbricamentos que suscitam alguns questionamentos. Com a democratização do país, no pós-Segunda Guerra, teria havido uma mudança na forma como o Estado tratava os considerados “perigos” e “ameaças” que afluíam diariamente nas áreas urbanas? No processo de volta para a normalidade constitucional, existiriam algumas garantias aos cidadãos pertencentes às camadas populares? Ou, em vez de mudanças, houve a continuidade das práticas autoritárias largamente utilizadas no regime ditatorial varguista e nos anos iniciais do regime republicano? Mais ainda, com os governos civis, ocorreu um abrandamento ou prevaleceu a “lógica” de reforçar as tecnologias utilizadas na repressão?

A partir do final da década de 70, aumentaram consideravelmente os trabalhos que abordam a repressão, violência e criminalidade na sociedade brasileira, apontando novas perspectivas nos estudos sobre a temática. No entanto, as pesquisas centraram suas atenções nos anos iniciais do regime republicano, no período do Estado Novo, durante a ditadura militar e no momento de “redemocratização” do país nos anos 80. Outros trabalhos, embora tratem sobre a temática, não tinham objetivo de deter-se em períodos específicos, mas de indicar o perfil autoritário do Estado no Brasil. Portanto, pesquisas com esse referencial, sobre a década de 50, aparecem como complemento ou inexistem. Os estudos, tanto na área de Ciências Sociais como de História, elegeram como temas o sindicalismo, desenvolvimentismo, democracia nos aspectos institucionais, ideologias, processo de urbanização e o papel das esquerdas.

Empreender um trabalho que trate, portanto, da repressão e da violência na década de 50, auxiliar-nos-á a entender uma das dimensões dessa sociedade atravessada por inúmeros antagonismos e contradições. A hipótese que norteou as reflexões é a de que, com governo civil e considerado democrático, houve a continuidade da repressão e da violência por parte do Estado em relação à maioria da população.

O objetivo desta pesquisa é o de analisar a ação do aparelho policial no espaço citadino, apreendendo o lugar da repressão diante da nova qualidade dos conflitos entre os segmentos sociais. O período foi delimitado entre 1948 e 1962, por considerarmos esses momentos significativos. O primeiro, por ter sido desmembrada a Chefatura de Polícia da Secretaria da Justiça e Interior, com o objetivo de se aprimorarem os serviços policiais; e o segundo, por ser criada a Secretaria de Segurança Pública, para coordenar todos os trabalhos na área de segurança pública, encerrando assim um processo de aprimoramento das técnicas repressivas, iniciado no final da década de 40.

Nessa análise, não se estabelecerá uma previsibilidade da ação da instituição, como se os objetivos a serem cumpridos e as estratégias a serem empregadas estivessem dissociados do social. Pelo contrário, seguiremos a premissa de que a dinâmica interna do aparelho policial estava associada e integrada ao movimento complexo da sociedade, ou seja, agia em resposta às tensões e conflitos sociais provocados pelo confronto diário de diferenciadas práticas de vida. Quanto a isso, Robert Storch, ao analisar a Polícia na cidade de Londres no início do Séc. XIX, indica que as “definições de ordem pública mudam com o tempo, devendo se colocar uma certa ênfase no fator percepção e visualizar o processo pelo qual as elites definem ordenado/desordenado ou estável/instável como algo construído socialmente” (Storch, 1984/85, p. 10).

Além disso, devemos ter a percepção de que a prática



policial, nos anos 50, necessita de estudos mais aprofundados, ou seja, de uma explicação histórica, na medida em que os fenômenos a serem estudados estão sempre em “constante mutação, que se transformam em sua relação entre si e com referência às relações de poder entre as classes” (Linebaugh, 1984, p. 109).

Para desenvolver esta pesquisa, os trabalhos *Vigiar e punir e A verdade e as formas jurídicas* de Michel Foucault, foram fundamentais para entendermos as estratégias repressivas. Principalmente quando chama a atenção de que no momento de consolidação da sociedade capitalista houve a diminuição dos locais de ação dos grupos que se aglomeravam no espaço urbano, por considerar que desenvolviam operações mais furtivas. Nisso, a ilegalidade popular, considerada vasta, foi submetida a um controle mais estrito e constante.

No contexto brasileiro, Paulo S. Pinheiro(1991) ressalta que as tecnologias utilizadas na contenção das ilegalidades não se alteram quando ocorre uma transição política. Aliás, nos períodos democráticos, são reforçadas para atuarem na tarefa de normalização do social.

As fontes utilizadas para a realização desse trabalho foram, em sua maioria, os jornais\*. Com relação a esse tipo de documentação, Maria H. Rolim Capelato (1988, p.14) ressalta que nos últimos anos, os historiadores venceram seus “receios e preconceitos, passando a reconhecer a importância da imprensa nos estudos históricos”.

Apesar de os jornais se constituírem em canais privilegiados de difusão do imaginário da sociedade capitalista, tornaram-se importante material para se apreender toda a complexidade que se

---

\* O trabalho de levantamento dessas fontes foi facilitado pelo projeto: “Memória, cidadania e classes populares”, realizado no CDPH/UUEL e coordenado pelos Profs. Gilmar Arruda e William R. Meirelles.

apresentava no espaço citadino, já que indicaram não regularidade e a homogeneidade, mas as variantes, tanto das práticas populares como do próprio aparelho repressivo. Na opção pelo jornal, tínhamos o intuito de analisar evidências e não fazer sondagens estatísticas, classificação e tabulação de dados.

No desenvolvimento da pesquisa, não foi feita a distinção dos jornais, aquelas do tipo “boa” e “má” imprensa, por julgá-los com igual importância para o estudo da temática. Mas, ao invés de serem considerados espelho da realidade, foram concebidos como representação do real, fruto de práticas sociais daquele período. A “Folha de Londrina”, com edição diária, consultada de 1952 a 1962, por exemplo, apresentava os fatos de uma forma sóbria, procurando simplesmente “dar” a informação, sem “juízo crítico” dentro de uma pretensa objetividade. Já “O Combate” e a “Gazeta do Norte” caracterizavam-se pela espetaculosidade, dramatização do cotidiano e elaboração de crônicas sobre o mundo considerado marginal. O importante é que esses periódicos, com estilos diferenciados, ofereceram muitos elementos para a compreensão da sociedade dos anos 50.

Embora saibamos que os jornais possuem diferenças, na definição do “corpus” documental, notamos que, embora um dos veículos apresentasse as notícias com mais descrição e os outros descessem aos mínimos detalhes, sendo considerados sensacionalistas, havia a posição comum em fazer a distinção entre a “vida marginal”, aquela que deveria ser perseguida e combatida, e a “boa sociedade” que precisava ser protegida e preservada.

Além dos jornais, foram utilizados no encaminhamento das reflexões as Leis e os Decretos estaduais, as Mensagens do Governo do Estado e o fundo DOPS, localizados no DEAP – Depto Estadual de Arquivo Público do Paraná – e na Biblioteca Pública Municipal de Curitiba, e ainda Relatórios da Prefeitura Municipal, arquivados na Biblioteca Pública Municipal de Londrina. Quanto

ao universo do “corpus” documental, voltamos a recorrer às reflexões de Maria H. Rolim Capelato (1988, p. 24) de que as fontes, no caso o jornal, “não podem ser estudadas isoladamente, mas em relação com outras (...) que ampliem sua compreensão”.

Estabelecendo uma relação entre a prática policial e as condições históricas, para que este trabalho não se torne uma “história institucional”, no primeiro capítulo examinaremos a trajetória histórica da cidade, até as grandes mudanças urbanísticas da década de 50, e como os grupos populares reapropriaram-se dos espaços supostamente modernos e passaram a empreender diferenciadas práticas de vida e apareceram em inúmeros discursos como “ameaçadores” e “perigosos”.

No segundo capítulo, apontaremos como se acentuou a convicção de que havia falhas no modelo de policiamento, sendo necessário aprimorar os mecanismos repressivos de combate à criminalidade para resolver o “problema” de segurança pública, desencadeando todo um processo de reorganização das Polícia Civil e Militar e de órgãos auxiliares.

No terceiro capítulo, analisaremos como o aparelho policial empreendia suas atividades repressivas no espaço urbano, além de demonstrar seu padrão característico de violência, tanto nas ruas como no interior das prisões, delegacias e distritos policiais. Por último, mostraremos os limites dessa ação, devido à recorrência das práticas populares e problemas internos na instituição.



# **CAPÍTULO 1**



## **1.1 Cidade próspera e moderna**

**I**nserindo-se numa ampla estratégia de ocupação dos chamados “espaços vazios”, vastas extensões de terras foram comercializadas no norte do Paraná na década de 1930. A Companhia de Terras Norte do Paraná foi a empresa, dentre outras, que mais se destacou no empreendimento, por ter comercializado a maior quantidade de terras da região.

O objetivo principal da CTNP, para a obtenção de seus lucros imobiliários, era a comercialização da terra, que foi dividida em pequenos lotes rurais e revendida aos lavradores. Para os empresários, proprietários da Companhia de Terras, essa forma de colonização no norte do Paraná seguia um “plano inteligente”, ao se pautar por uma estratégia “metódica”. Para Pierre Mombeig (1935, p.17), era uma “colonização ‘planificada’, do tipo de economia capitalista moderna e não mais de francos atiradores ou de associação familiar. Sendo uma colonização “planificada”, paralelamente à comercialização dos lotes rurais formaram-se inúmeros núcleos urbanos. No plano diretor, a CTNP demarcou a cada 100 quilômetros as cidades de maior importância e entre estas, fundou a cada 10 ou 15 quilômetros os patrimônios e centros comerciais.

A perspectiva da empresa colonizadora com este plano

diretor era de que, estando próximos aos centros urbanos, os colonos adquiririam as terras, já que esse “pioneiro moderno” não sabia viver isolado, muito menos prosperar afastado do grupo, por motivos econômicos e sociais.

É possível, portanto, perceber que, para a consecução do empreendimento dentro de um “plano metódico”, peculiar numa “economia capitalista moderna”, os núcleos urbanos eram fundamentais, tendo em vista que objetivavam concentrar atividades econômicas e sociais na área ocupada pela empresa colonizadora. Assim, formaram-se inúmeras cidades para que desempenhassem funções de destaque, seguindo uma estratégia de planejamento antecipado das condições de produção.

É nesse processo que Londrina, ao ser formada, tornou-se um núcleo urbano que concentrava diversas atividades da empresa inglesa. A cidade, destinada a servir de sede da área colonizada pela Cia de Terra, constituiu-se no ponto maior de investida na procura de terras. E para que se tornasse um marco da obra colonizadora, várias obras de infra-estrutura foram sendo edificadas.

Assim, foi construído uma pista para o pouso de aviões e a estação rodoviária, instalada uma agência de Correio e Telégrafos, além de vários estabelecimentos comerciais. Para enfrentar a questão do isolamento e facilitar a circulação de bens de consumo, da produção e também de homens, concluíram o ramal ferroviário, que estava estacionado na cidade de Cambará. Isso se concretizou em 1935, quando os trilhos da ferrovia venceram o Rio Tibagi, passaram por Ibiporã e chegaram a Londrina.

Quando a ferrovia chegou a Londrina, permitiu o fluxo contínuo das pessoas e também que as mercadorias pudessem encantar, pois encontrou as condições adequadas para a circulação. A rigor, esses espaços que vão sendo açambarcados pelo capital são dotados de vários equipamentos para que rapidamente possam atender o ritmo das demandas.



Visando à criação das condições necessárias para que o capital pudesse se reproduzir, interligada à ferrovia foi aberta uma malha viária com estradas vicinais e coletoras. Com isso, o espaço foi totalmente recortado, permitindo o pleno funcionamento do setor produtivo, já que o agricultor podia escoar com facilidade a safra para as cidades.

Nesse processo houve a ostentação com muita ênfase do maquinismo, pois a ferrovia constituía-se num espetáculo privilegiado da civilização capitalista nas matas do norte do Estado do Paraná. Isso pode ser notado facilmente através das inúmeras fotografias do trem passando pelo rio Tibagi e da inauguração da estação ferroviária em Londrina. A primeira viagem tornou-se um marco de projeção do “teatro vivo”, onde a locomotiva ocupava o papel principal e a “estação, a linha, os cenários reluzentes e a massa dos que assistiam à partida e à chegada” os “espectadores atônitos da modernidade” (Foot Hardman, 1991, p. 182).

O momento em que o trem chegou a Londrina foi registrado com muito destaque, como se tivesse intuito de romper com um mundo caracterizado pela “barbárie”, já que, para os capitalistas o setentrião paranaense era ocupado por “raças esquisitas”, por isso aquém da temporalidade histórica e da razão iluminista.

Realmente, as áreas que estavam sendo ocupadas para a produção de mercadorias e acumulação de riquezas eram habitadas por inúmeros grupos sociais como índios, caboclos e posseiros.

Podemos afirmar que, na década de 30, havia inúmeros grupos Kaigangs vivendo no norte do Estado. Posição corroborada por Levi Strauss ao afirmar que as matas dessa região tinham se conservado praticamente virgens até aquele momento, com índios vagueando por todos os lugares (Mota, 1994).

Todavia, com o avanço das fazendas de café no final do Século XIX, os indígenas foram sendo sistematicamente dizimados, na medida em que suas terras iam sendo invadidas. Esse processo

acentuou-se ainda mais no período do Estado Novo, devido à rápida comercialização de vastas áreas dos chamados “espaços vazios”.

Na década de 30, o avanço sobre os territórios indígenas aumentou com o pretexto de incrementar o desenvolvimento de regiões que ainda não estavam marcadas pela “civilização” e pelo “progresso”. No norte do Paraná, percebemos claramente que os índios eram considerados um entrave para que esse espaço se inserisse na dinâmica da modernidade. Com isso, suas terras passaram a ser “usurpadas legal ou ilegalmente”, como demonstra Kimiye Tommasino (1992).

Com a invasão constante das terras indígenas, o Estado e a União chegaram a celebrar um acordo no final da década de 40, reduzindo-as drasticamente. Para ficarmos apenas num exemplo, o posto indígena de Apucarantina teve sua área reduzida de 50.000 para somente 6.300 ha (Tommasino, 1992, p. 80).

Embora não haja trabalhos que abordem pormenorizadamente o extermínio de caboclos, posseiros e sertanejos no norte do Paraná, baseado em outros estudos que trataram sobre o avanço do capital, podemos afirmar que isso se estendeu também a essa região. E, diante do perecimento de inúmeros homens, ficando claro que se trilhava com tenacidade a lógica da extinção, o setentrião paranaense adentrava o “ritmo frenético que o capitalismo impõe a todas as facetas da vida moderna” (Berman, 1993, p. 90).

Evidenciando a cadência da modernidade, já no início dos anos 30, jornais noticiavam que a “civilização” e o “progresso” iam deixando as marcas no norte do Paraná. Ao se adentrar nesse ambiente pautado pela rápida transformação, pelo rápido crescimento, criou-se um universo de representações, onde ganhou corpo a convicção de que a história não era transformação e criação, mas um processo de desenvolvimento que ia num crescendo ininterrupto ao longo do tempo. Nas representações,

é como se o movimento da modernidade fosse irrefreável e sobretudo perene.

Nesse movimento, que seguia uma ação ordenada, o jornal Paraná Norte noticiava em sua edição de 18/10/34 que o “homem civilizado vinha estendendo pontes, construindo estradas, derrubando a mata milenária e erguendo cidades”.

Para mensurarmos empiricamente esse movimento, basta informarmos que Londrina, tendo sido fundada em 1932, foi elevada à categoria de cidade em 1934 e a comarca em 1938. Um dos jornais que acompanhou *pari passu* sua formação e seu desenvolvimento, registrava que no local destinado a erguê-la não havia uma única habitação, mas em 1931 tinham sete casas e em 1934, a cidade já possuía 554 residências (PN, 09/10/34).

Se atentarmos para a rápida ocupação das terras, fica claro que, na dinâmica da modernidade, a instabilidade é uma marca permanente e identificadora da vida dos homens, na medida em que os colonos se inserem numa “espécie de nomadismo civilizado correndo atrás de oásis fugazes” (Foot Hardman, 1991, p. 27). Essa estratégia estabelecida pelo capital de inspirar, subsidiar e até mesmo forçar com brutalidade o movimento de pessoas para cidades, fronteiras ou novas terras, tem por objetivo claro de explorar tudo isso em seu proveito.

Em nome da “civilização” e do “progresso”, um novo ambiente ia se formando, mas concomitantemente ocorria a devastação da região, provocada pelo avanço contumaz do capital. Tanto que duas décadas depois, desse processo de ocupação, já é possível mensurarmos os impactos ambientais, devido à voracidade do próprio capital e dos compradores de terras em busca do lucro.

Embora Vicente Barroso (1956) estivesse com a intenção de ressaltar a colonização e enaltecer a ação da Companhia colonizadora, além de se deslumbrar com a “civilização” e o

“progresso”, numa leitura mais atenta de sua obra é possível percebermos uma outra dimensão desse processo. A de que a floresta ia sendo destruída na medida em que se via diariamente fileiras de caminhões pelas estradas transportando toras de ipê, peroba, canela, jacarandá, embuia, pinho, aroeira e cedro rumo às serrarias, às estações ferroviárias e ao porto de Paranaguá.

Com relação ao caráter predatório desse processo de ocupação das terras e sua intensa utilização, o próprio Superintendente da Cia de Terras Norte do Paraná, Aristides Melo admitia, já no final dos anos 40, que a redução das reservas florestais no Paraná e também em outros Estados ia criando “clareiras cada vez maiores e desertos infundáveis em todo o território pátrio” (AP, Set/Uut, 49).

Numa tentativa de minimizar a ação predatória do capital, o superintendente da Companhia de Terras dizia que a empresa, “numa compreensiva interpretação do problema vinha incluindo nos seus contratos de compromisso de compra e venda a cláusula benéfica, que mandava reservar 10% da área de mato, para não derrubar” (AP, Set/Out, 49). Porém o Código Florestal de 1934, exigia a preservação de no mínimo 25% da mata.

Aristide Melo destacava ainda que o proprietário, depois da posse da escritura, derrubava o mato à vontade, com o intuito de se capitalizar e pagar a terra, mas também de enriquecer. Assim, é possível afirmar que o “pioneiro”, ávido pelo lucro, tanto do comércio da madeira como no uso do solo, para a prática da cultura agrícola, usava intensamente o machado, o fogo e o arado na destruição das matas.

Embora o próprio membro da Companhia de Terras já apontasse para o impacto ambiental causado com o avanço do capital sobre as terras localizadas ao norte do Estado do Paraná, as referências que alguns estudos fazem do empreendimento ainda são ufanistas e de exaltação.

Nilo Bernardes (1952, p. 449), geógrafo, num estudo dos anos 50, referindo-se à colonização, colocava que esta havia se processado até aquele momento “com uma intensidade e fastígio econômico impressionante”. Y. Nakagawara (1972, p. 37), também geógrafa, vinte anos depois, ratifica a posição de Bernardes, ao afirmar que o empreendimento imobiliário realizado pela Companhia de Terras foi “uma obra notável de pioneirismo” e, pela sua “característica ímpar”, “explica o fenômeno” até então desconhecido no Brasil.

Acreditamos que Bernardes e Nakagawara, quando fizeram essas análises, só visualizaram a capacidade que o capital tem de transformar os espaços que vão sendo incorporados ao seu universo, bem como a competência de modificar todos os modos de vida pessoal e social. Entretanto, é necessário ressaltar que essa mesma burguesia pode transformar “o mundo em frangalhos, se for bem remunerada (Berman, 1993, p. 98).

No negócio do setentrião paranaense, os capitalistas, membros da Companhia de Terras Norte do Paraná, foram realmente bem remunerados, ficando deslumbrados com o empreendimento, devido à rápida valorização dos lotes, que proporcionava um retorno de 1000%, enquanto na Inglaterra os bons negócios rendiam em torno de 5% ao ano. Eric Hobsbawn (1988, p. 76) mostra, em seu estudo sobre o capitalismo, que esses homens pensavam que o mundo estava ligado por trilhos de ferro, máquinas a vapor e “destino, história e lucro eram a mesma coisa”.

Diante dessa ocupação, percebemos que a aventura, a compulsão para o enriquecimento fácil, a capacidade administrativa e também a avidez para expandir fronteiras se constituíram em elementos importantes para que o capital pudesse firmar as marcas da “civilização” e do “progresso” na região norte do Paraná.

No entanto, essa outra dimensão foi relegada por Bernardes

e Nakagawara, talvez porque, ao vislumbrarem o movimento da modernidade, não tivessem percebido que sua dinâmica estivesse impregnada do seu contrário – o aspecto destruidor. Isso fica evidente, por exemplo, quando o governo, procurando ocupar os chamados “espaços vazios” e fazer a modernidade chegar ao sertão, aplicou impostos sobre as terras cobertas de matas de forma muito mais elevada do que sobre os locais utilizados com pastagens e cultura agrícola. Era uma prática política que estimulava o proprietário do mato a derrubá-lo o mais cedo possível.

Nesse processo de ocupação, podemos afirmar que o capitalismo, ao estabelecer um mercado mundial que a tudo abarca é capaz de provocar abalos significativos. Nesse sentido, alguns trabalhos têm analisado os impactos ambientais causados com o avanço da modernidade nos chamados “espaços vazios”, situados ao norte do Estado do Paraná.

Nice Lecoc Muller (1956, p. 63), geógrafa, ao escrever um trabalho na década de 50, já fazia indicações acerca dos impactos provocados com o empreendimento colonizador. Para a autora, as matas do norte do Estado encontravam-se reduzidas, por terem sido devastadas, e a derrubada continuava, abrindo claros cada vez maiores. Num tom de alerta concluía que, devido à rapidez com que se dava a ocupação da região, podia-se prever o desaparecimento das reservas florestais rapidamente.

Quanto a isso, é importante frisar que na cadência da modernidade industrial, as marcas da violência podem ser detectadas em qualquer espaço, bastando somente que se estabeleçam relações técnicas com a paisagem (Foot Hardman, 1991). Com essa prática, em pouco mais de vinte anos formou-se uma extensa cultura agrícola, principalmente a lavoura cafeeira, reduzindo as terras incultas somente em 10% das propriedades.

Nessa ocupação do norte do Paraná, é necessário frisar que nas rápidas mudanças das regiões que adentraram a órbita do

sistema capitalista, mostram que os burgueses, como classe dominante, “provaram que é possível através da ação organizada e concertada realmente mudar o mundo” (Berman, 1993, p. 92), nem que para isso tenham que criar as condições de forma arrebatadora. Ou, nas palavras de um urbanista americano, que elas sejam forjadas a “golpes de cutelo”.

No caso paranaense, as mudanças do cenário se intensificaram nos anos 30. Pequenos lavradores, após comprarem as terras, derrubavam rapidamente o mato para formarem os cafezais e obterem os rendimentos do produto no máximo em três anos. Vicente Barroso (1956, p. 99), ao registrar a rapidez do avanço dessa cultura, destacava que eram poucas as pessoas que ficavam indiferentes diante das perspectivas financeiras de uma boa safra cafeeira, com isso provocaram uma corrida desenfreada “sertão adentro”.

Vilma F. Neves (1993), analisando a trajetória percorrida pelos trabalhadores ao serem expulsos do campo após a erradicação do café em Lins, no Estado de São Paulo, nas décadas de 40 e 50, afirma que apesar de haver um êxodo intenso rumo aos centros urbanos, a região cafeeira do Paraná provocava uma forte atração, devido às novas áreas de cultivo. Por sua vez, a geógrafa N. Prandini (1952) comentava que o norte do Paraná era uma área que estava sendo colonizada por cafeicultores paulistas, numa continuação da marcha para o Oeste. Para Moysés Lupion e Bento M. da Rocha Neto, governadores da década de 50, convergiam para o Paraná inúmeras pessoas de todos os lugares do país, em busca do “ouro verde”.

Podemos constatar que a economia cafeeira se avolumava, sendo salientada a sua importância. Para o Governador Bento Munhoz da Rocha, em discurso na Assembléia Legislativa em 1951, não se podia esquecer do mate e da madeira, que já haviam alicerçado a economia do Estado, mas era preciso

compreender que estava-se em “pleno ciclo cafeeiro, com as exigências de uma mentalidade própria que é ainda nova para a formação paranaense”.

Nesse período – 1945/1970 – a cultura cafeeira se expandiu rapidamente, ocupando zonas de produção mais antigas, chegando quase à ocupação total das terras (Cancian, 1981). Quanto a isso, Vicente Barroso (1956, p. 101) assinalava que no norte paranaense havia um avanço espantoso dessa cultura, com derrubadas, queimas e a formação de colônias, fazendas, patrimônios e cidades.

Diante disso, havia o consenso de que o Paraná passava por um novo momento, sendo necessário voltar as atenções para o setor cafeeiro, pois este setor alavancava a economia. De vários pontos era salientado que o Estado se defrontava “pela primeira vez, de maneira decisiva, com a economia nacional” que ainda não havia superado “sua fase cafeeira, uma vez que o café” continuava a ser o “grande produto brasileiro de exportação” que “saldava as dívidas” fornecia as “cambiais necessárias para as crescentes necessidades de importação de utilidades da vida moderna”, além de “compensar as imprevidências” (MSG, 1951).

Fica evidente, portanto, a importância das divisas vindas da cafeicultura, na medida em que ainda era o produto de maior destaque nas exportações. E o norte do Paraná, sendo o setor mais dinâmico da economia era o responsável pelas altas rendas e o sustentáculo das finanças do Estado. Na década de 50, era comum as pessoas dizerem que era a região agrícola mais rica do país à qual voltavam-se todas as atenções e esperanças.

Com os altos rendimentos oriundos da produção cafeeira, intensificou-se o movimento de capitais, instituindo-se todo um imaginário de que a prosperidade andava a galope e que a região se constituía na “terra onde se andava sobre dinheiro”. Com essa dinâmica, cidades se multiplicavam e algumas delas, estando



estrategicamente localizadas, tornaram-se pequenas capitais regionais e passaram a dominar certos locais de povoamento.

Dos núcleos urbanos que se destacaram com a economia do café, Londrina sobressaiu-se, devido a sua condição privilegiada, pois tornou-se o principal município da área colonizada pela Companhia de Terras. Neide Prandini (1952, p. 66) comentava que de meados da década de 40 em diante, graças ao impulso da cafeicultura, a cidade e o norte do Estado tomaram grande impulso.

As evidências são de que a situação de Londrina era destacada em virtude do “boom” da produção cafeeira que colocava o Paraná como o maior produtor do país e por ser considerada a principal cidade ou capital econômica da região que alavancava a economia do Estado.

Em vários discursos das elites, estavam presentes dados sobre essa situação de destaque de Londrina. Diante disso, constituíram-se várias imagens-sínteses nas representações que se faziam sobre a cidade. As mais comuns eram “Cidade Milagre”, “Mina de Ouro do Brasil”, “Cidade Progresso”, “Grande Empório”, “Capital do Norte” e “Capital Mundial do Café” (Arias Neto, 1993, p. 176).

Essa condição era assinalada tanto por órgãos governamentais como por relatos jornalísticos e produções comemorativas, sendo reforçada ainda mais quando passou a ser reiterada por diversos trabalhos acadêmicos que, direta ou indiretamente, voltaram suas atenções para a cidade ou a região nos anos 50.

Através de dados estatísticos, percebemos realmente que Londrina se equiparava as principais cidades paulistas em arrecadação e, no Estado, ficava somente atrás da capital paranaense. Em 1950, concorria sozinha com 16% do total da arrecadação do Estado, juntando-se a Curitiba, era responsável por 55%.

Sendo um ponto importante na comercialização do café, grandes firmas que compravam e vendiam o produto se fixaram na cidade. A American Coffee Corporation, por exemplo, tendo sua sede em Nova York e diversas agências nos principais portos do país, contava com um escritório no interior instalado justamente em Londrina.

Todavia, as atividades não se limitavam à cafeicultura, visto que havia um intenso comércio atacadista e varejista, não só local, mas sobretudo regional. As inúmeras casas comerciais trabalhavam com produtos alimentícios, vestuário, calçados e equipamentos agrícolas, perfazendo um total de aproximadamente 200 estabelecimentos (Prandini, 1952, p. 77).

Y. Nakagawara (1972), ao destacar em seus estudos as funções regionais de Londrina, aponta que as firmas atacadistas e varejistas se instalaram na cidade no final da década de 40, mas que o auge do comércio foi a década de 50. Outros pesquisadores chegam a afirmar que era um grande centro comercial, o maior do Norte do Estado, ou a verdadeira capital do Norte do Paraná (Prandini, 1952 e Muller, 1956).

Essa circulação da riqueza pode ser notada também devido à progressão das instituições financeiras que foram se instalando na cidade. Se em meados da década de 30 chegaram os primeiros bancos, nos anos 50 já eram em torno de trinta, com a justificativa de que vieram no caminho do café, para intermediarem os recursos financeiros.

Américo M. da Luz, administrador do Banco do Estado e jornalista, escrevia que os financistas admitiam que o movimento bancário de uma zona era “por excelência o termômetro das suas possibilidades e do seu desenvolvimento” (AP, Nov/Dez, 49). Nesse sentido as organizações bancárias ocupavam destacado papel, diante da florescente lavoura cafeeira. Pelo fato de trazer recursos financeiros aos lavradores, as instituições constituíram-se em

decisivos fatores do desenvolvimento da agricultura, principalmente da cafeicultura e como consequência, do progresso das cidades” (AP, Jul/Ago, 50).

Para mensurarmos o movimento financeiro das instituições bancárias, a Caixa Econômica Federal do Paraná ocupava o quarto lugar no país em volume de depósitos, ficando atrás somente do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Desse montante no Paraná, sete agências se localizavam ao norte do Estado e a de Londrina era a responsável por 61% dos depósitos. Essa posição melhorou, pois em Outubro de 1949 a agência foi elevada a categoria especial por ter atingido uma cifra significativa no volume de depósitos (AP, Nov/Dez, 49).

Diante desse volume de negócios, constantemente reiterava-se que o movimento financeiro era uma constante na cidade; que a riqueza vinda da economia cafeeira caminhava a passos largos e o comércio também tinha uma posição destacada.

Com esse capital algumas mudanças se processaram na cidade, as quais se materializaram na arquitetura, indicando o poder dos grupos enriquecidos, que “deveria parecer grandioso, infinito e esmagador” (Bresciani, 1985, p. 42). Podemos perceber que esses monumentos erigidos em vários pontos do centro da cidade consistiam na expressão visual dos valores dos grupos que ascenderam socialmente com a economia cafeeira.

Um dos aspectos mais evidentes dessas modificações foram as novas residências, construídas dentro de um arrojado perfil arquitetônico, assinalando o padrão de vida dos grupos sociais enriquecidos com o “ouro verde”. Aliás, tornou-se comum nessa conjuntura as famílias abastadas abandonarem suas antigas casas feitas de madeira para morarem em novas, construídas de alvenaria nos bairros elegantes, afastados do centro da cidade.

Neide Prandini (1952), analisando a geografia urbana de Londrina, comentava que nos bairros próximos da Av. Higienópolis

(Cidade Higiene) encontravam-se “as residências mais finas”. Percebemos também na imprensa a frequência de registros sobre as transformações em curso. Em matéria de final dos anos 40, uma revista de ampla circulação na cidade destacava que as pessoas que visitavam Londrina pela primeira vez surpreendiam-se ao percorrerem ruas e avenidas e constataram que as velhas casas de madeira, estavam sendo substituídas ou por magníficos prédios de dois, três e até mais andares, ou por magníficas vivendas, circundadas por esplêndidos jardins ultra civilizados (AP, Maio, 48).

Estas construções “vistosas” que impressionavam os transeuntes pelo seu “aspecto majestático” refletiam claramente o poder do dinheiro, a pompa e o esplendor dos grupos enriquecidos, mas também que no movimento da modernidade havia a necessidade constante de mudanças, sobretudo renovação para que novos hábitos fossem instituídos.

No universo de representações que destacavam as inovações em curso pela cidade, colocava-se que as “magníficas vivendas” que estavam sendo construídas não podiam mais ser de madeira como a dos antigos colonos, mas sim modernas e confortáveis para se constituírem num “abrigo delicioso para os seus moradores”, além de terem a função estética de embelezar a cidade.

As impressões sobre essa nova experiência que, de certa forma, colocava em evidência a dinâmica da modernidade, eram continuamente observadas. A Revista “A Pioneira”, de Agosto de 1948, logo na primeira reportagem, assinalava que estava havendo uma transformação na fisionomia da cidade, por estarem construindo novos e moderníssimos prédios e residências.

Portanto, na década de 50, deparamo-nos com a construção de inúmeras residências dos barões do café, que provocavam o fascínio nas pessoas que as observavam, quando

caminhavam nas suas proximidades, mas por outro lado, mostrava claramente o poderio deste segmento social.

Embora estivesse ocorrendo a substituição das antigas residências de madeira por edificações suntuosas dos novos ricos nas proximidades da Av. Higienópolis, recomendava-se a mudança do material para todos os tipos de habitações, pelo fato de que, ao se verificar o “progresso nas suas mais variadas formas, as edificações em geral necessitam acompanhar seu ritmo, abandonando os arcaicos sistemas de trabalho e até mesmo de materiais empregados” (FL, 17/11/56).

Portanto, apesar de se construir residências de madeira, aproveitando a mata na região, as edificações de alvenaria ganhava grande impulso. Prandini (1952, p. 67) demonstra com seu estudo que na área urbana os dois tipos de habitação estavam se igualando.

As casas de madeira eram consideradas ultrapassadas e desapropriadas para o novo tipo de residência, embora fosse reconhecido sua importância no início da colonização.

Como podemos perceber, tornou-se comum nesse período a construção de moradias que procuravam se adequar ao padrão da modernidade. No relatório apresentado pelo Prefeito em 1954, dos 366 projetos de construção na zona urbana, 212 eram edifícios de alvenaria.

A imprensa, ao se identificar com essas atitudes, registravam o tempo todo suas impressões acerca das transformações que se processavam pela cidade. O maior jornal da cidade noticiava que as cidades novas que estavam se erguendo no Norte do Estado, era um testemunho eloquente desse abandono do obsoleto pelo mais conveniente e confortável. As construções de madeira iam desaparecendo a marteladas dos novos construtores, e em seu lugar lançava-se as paredes de tijolo, quando não os caixotes de concreto dos grandes edifícios nos centros urbanos” (FL, 27/09/52).

Foi nesse período, por exemplo, que se construiu o primeiro edifício na cidade. Os apartamentos passaram a ser recomendados devido à “crise das habitações isoladas” e também pela segurança, asseio e distância dos barulhos, o que era “necessário ao homem depois de um dia de trabalho intenso, realizado no meio do ruído ensurdecedor, criado pela civilização moderna” (FL, 04/01/55).

Verificamos também que os empreendedores demoliam suas antigas instalações para edificarem novos prédios dentro dos modernos padrões arquitetônicos, nos principais locais da cidade. Na Praça Willie Davids, por exemplo, instalou-se a Caixa Econômica Federal do Paraná, vista pela imprensa como mais um majestoso prédio a se incorporar onde se situavam “importantes estabelecimentos bancários e comerciais” (AP, Set/Dez, 48).

Não demorou muito para que fosse construído um novo prédio no estilo neoclássico, com 3 pavimentos e uma área total de 1.120 m<sup>2</sup>. Nas palavras do colunista da revista, o novo edifício que se incorporava ao “patrimônio arquitetônico de Londrina” era “uma obra de estilo, sóbria, confortável e, sobretudo, de construção sólida e de acabamento esmerado” (AP, Jul/Ago, 50).

Um dos grupos mais conceituados na área comercial, os Irmãos Fuganti, por sua vez, investiram cerca de 2 milhões de cruzeiros para construir a “Casas Fuganti”, um prédio com 3 pavimentos e área total de 4.500 m<sup>2</sup>. Sobre o aspecto arquitetônico da obra o cronista O. Maia relatava que as pilastras subiam “perpendicularmente, com ferros trançados, num abraço de polvos gigantesco com o concreto argamassando toda a estrutura” (CN, 11/04/47).

Com esse relato, notamos que nessa construção sobressai o aspecto sublime e eclético, mas também o caráter grotesco, sem função aparente que produz um sensação de perplexidade devota nas pessoas que observavam o estabelecimento comercial (Bresciani, 1984, p. 43).

A “Casas Fuganti”, sendo uma instalação destinada a atender um número expressivo de clientes da própria cidade e também da região, contava com várias salas, amplos salões, armazéns e no Magazine, vários departamentos, onde facilmente podia ser encontrados calçados, roupas para senhoras, cavalheiros e crianças, jóias, louças, cristais, vidros, relógios, artigos para presentes, brinquedos, material fotográfico, perfumes e artigos de armarinho (AP, Nov/Dez, 49).

Esse empreendimento, com o objetivo de constituir-se num local apropriado para o comércio, destacava o fetiche das mercadorias através de vitrines “profusamente iluminadas”, com isso oferecia “aos olhos encantados das senhoras uma visão policrômica com variedade de padrões” (AP, Nov/Dez, 49).

Percebendo que havia um grande mercado consumidor, pelo fato de os clientes serem ávidos em acessar os produtos mais recentes vindos das principais cidades do país, a “Casas Fuganti” colocava sempre em exposição os novos modelos. Essa loja de departamentos dos Irmãos Fuganti provocou reações significativas, devido ao maravilhamento provocado pelo espetáculo das mercadorias.

Emile Zola, já no Século XIX, assinalava essa ostentação inerente ao mundo capitalista ao indicar que “a força das lojas de departamentos é aumentada dez vezes pela acumulação de mercadorias de tipos diferentes, que sustentam-se umas às outras cada qual empurrando a outra para frente” (apud Sennet, 1993, p. 183).

Por sua vez, a Boutique Ladira, instalada numa área privilegiada da cidade e atendendo preferencialmente um grupo seleto de consumidores, colocava em evidência na propaganda que todas as novidades existentes no interior da loja eram lançadas simultaneamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Seguindo uma estratégia de venda que procurava sempre atender ao

imperativo do novo, já que os clientes procuravam as novidades, a proprietária considerava o empreendimento um sucesso, pois senhoras e senhoritas de Londrina e de várias cidades da região, vinham “admirar as notáveis criações da moda feminina” (AP, Jul/Ago, 48).

Essas vitrines de design arrojados, que deixavam entrever o luxo ostentatório, ao serem vislumbradas, determinavam claramente os segmentos sociais que teriam e os que não teriam acesso às mercadorias, marcando uma radical separação e expondo as tensões existentes entre o exterior e o seu interior.

Diante de todo esse progresso material, crescia a percepção, entre os novos ricos, que determinados aspectos da cidade apresentavam-se como um empecilho e, de certa forma, também obsoletos. Em suma, era preciso romper com aquele aspecto que lembrava o início da colonização e dotar Londrina de uma nova fisionomia, alinhada aos padrões da modernidade.

A revista “A Pioneira” num editorial de Julho/Agosto de 1948, dava destaque aos construtores de uma obra maravilhosa, mas que havia pontos obscuros, devido aos grandes contrastes. Na fotografia, aparecia a imagem de uma residência recentemente construída na Av. Higienópolis, dentro dos modernos padrões arquitetônicos e uma rua, ao lado, sem pavimentação asfáltica. Diante disso, o argumento era de que a lama no tempo de chuva e a poeira no período da seca eram “dois flagelos” que Londrina devia se livrar.

Um dos pontos mais reclamados era com relação a pavimentação. Constantemente noticiava-se que as estradas da região e as ruas das cidades construídas no início da colonização haviam atendido as exigências daquele momento, mas com o passar dos anos tornaram-se impraticáveis e até inviáveis para o transporte da safra agrícola.

Em um momento de tráfego intenso, em virtude do transporte



dos produtos, precisava-se de uma estrada pavimentada e moderna, tendo em vista que numa “zona onde o ouro brota da terra na forma de grãos de café e de cereais” não poderia ficar “eternamente com as atuais rodovias de péssimas condições a frear o seu progresso” (AP, Jul/Ago, 50).

Sempre colocando em evidência aspectos que estavam ligados diretamente com a circulação de homens, de mercadorias, em suma de capital, o aeroporto e a rodoviária passaram também a ser considerados inadequados e até antiquados. Quanto ao aeroporto, apesar do intenso tráfego aéreo, a opinião mais comum na imprensa local era de que a cidade estava muito mal servida nesse setor. Barbosa Pupo Sobrinho, diretor-proprietário da revista “A Pioneira”, num editorial enfatizava que “com esse surto enorme do transporte aéreo, é claro (que) Londrina não (podia) continuar a se valer do seu atual aeroporto, tão distante, servido por estradas dificilmente praticáveis em tempo de chuva e, sobretudo, com sua pista de tão precárias condições técnicas, já condenadas por isso mesmo” (AP, Nov/Dez, 49).

Três anos depois, estampavam-se mais críticas em relação às condições do aeroporto, ao noticiar que ninguém desconhecia a “a importância do aeroporto de Londrina, o quarto do Brasil, muito embora até o momento, (ficasse) obrigados a reconhecer que de aeroporto ele só tinha o nome. Não passava de um simples campo de pouso com pistas, instalações e aparelhamento primário. Londrina, sendo centro do Norte do Paraná, fez-se credora, de há muito de um aeroporto a altura de seu progresso. No entanto, o nosso aeroporto se constituía num péssimo “cartão de visita”, sendo inadequado para comportar o movimento intenso de passageiros e volumes” (FL, 28/06/52).

Com relação à estação rodoviária, as críticas iam no mesmo sentido. Havia constantes notícias de que o prédio não condizia com o “progresso” e com as necessidades daquele momento. Na

Gazeta do Norte de 26/02/47, aparecia em destaque que o prédio era um “verdadeiro aleijão em pleno centro da cidade”.

Um detalhe interessante nessa notícia é o fato de o jornal estar solicitando à Empresa proprietária dos ônibus Garcia, Garcia & Cia Ltda, que construísse a obra. Ao concluir a matéria, afirmava que provavelmente estaria “o Sr. Celso Garcia dando a Londrina uma grande, confortável e, sobretudo, moderníssima Estação Rodoviária”. A empresa até que se dispunha a fazer, desde que “a construção não ficasse muito distante de suas garagens e oficinas” (GN, 26/02/47).

Outro dado que deve ser ressaltado é o fato de a ferrovia representar, nos anos 30, o símbolo da modernidade nos sertões e, em pouco mais de 20 anos, ser colocada como um monumento que ficou no passado. Nos anos 50, com as concepções modernistas que permeavam o imaginário social, começava a ser articulada a retirada dos trilhos do centro da cidade.

Observando o curto espaço de tempo que vai do início da colonização, na década de 30, até os anos 50, a ferrovia teve uma duração efêmera, num espaço onde transformar e mudar era uma constante. Ficando uma sensação de que a máquina que significava o fio condutor das mudanças, a que trazia o “progresso” e a “civilização”, foi expulsa do terreno da história.

Com a crescente substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário, na década de 50, em vez de trens trafegando pelos trilhos do Paraná, viam-se os ônibus da Viação Garcia. Assim, a locomotiva que desempenhou um importante papel no início da colonização transportando pessoas, capitais e mercadorias, em pouco mais de duas décadas ficou “condenada a vagar incontinenti pelos campos e redutos aflitos da solidão” (Foot Hardman 1991, p. 39).

Nesse dinamismo peculiar da modernidade, que imperativamente buscava sempre criar o mundo de outra forma, os

novos ricos apontavam, de uma maneira geral, que a estrutura urbana da cidade estava anacrônica para atender às demandas do novo momento. Com isso, esses grupos sociais desenvolveram, ao longo deste período, um conjunto de obras para que o perfil e o próprio ambiente da cidade se alinhasse à denominada modernidade.

As evidências indicam que, entre os anos 50 e 60, as experiências desenvolvidas foram realmente substanciais, na medida em que ficaram marcadas na memória como um período de grandes realizações. O tempo em que os marcos arquitetônicos da cidade se fincaram, os anos dourados, sobretudo devido as características de “arrojo” e “ousadia” daquele momento. Momento em que as obras se concretizaram devido ao “destemor” e à “impetuosidade” dos homens que provaram sua capacidade de por em prática seus planos.

O arquiteto João Batista Vilanova Artigas, um dos expoentes da arquitetura brasileira, foi o responsável por inúmeros projetos. Para apreendermos sua importância, o repórter Salomão Scliar, da Revista Manchete, chegou a se deslocar para Londrina no intuito de fotografar suas obras. O interessante é que apresentou esses trabalhos na IV Bienal de São Paulo, e sobretudo na Exposição Internacional de Arquitetura Brasileira que se realizou em Nova York e Londres (FL, 25/04/57).

Para destacarmos os padrões arquitetônicos das edificações de Artigas, mencionaremos a característica de apenas duas delas: A Estação Rodoviária e o Cine Ouro Verde.

A Estação Rodoviária, inaugurada em 1952, com suas “abóbodas” era vista como um marco para a cidade, considerada “realmente grandiosa”. Com a nova obra arquitetônica, Londrina podia oferecer pela primeira vez aos que aqui chegavam “um aspecto realmente grandioso de modernismo e urbanismo da nossa gente” (FL, 20/09/52).

A imprensa local, exacerbando sua sentimentalidade,

destacava a grandeza do aspecto arquitetônico presente no espaço citadino. Com relação ao Cine Ouro Verde – inaugurado em 1953 e que no dia 09/03/55 em ocasião do 20º Aniversário da cidade, apresentou o filme documentário “Terra da Promissão” –, noticiava que a elite, sentia a necessidade de um estabelecimento desse porte devido a sua cultura intelectual, social e artística. Para atendê-los, a construção tinha “todas as características modernas de conforto, como ar condicionado, poltronas estofadas, recuáveis, aparelhos de som e projeção do que existe de mais perfeito no mundo” (FL, 30/07/55). Diante dessas características, o jornalista terminava a reportagem comentando que o Cinema Ouro Verde era o melhor do interior do país, podendo ser colocado “par a par com as melhores casas de exibições de São Paulo e Rio” (Idem).

Provavelmente, londrinos e nova-iorquinos, ao verem as fotografias de Scliar da Estação Rodoviária e do Cine Ouro Verde, além de outras, ficaram atônitos e convencidos da sincronização internacional do espetáculo da modernidade; que os símbolos e imagens, de que fala Berman, realmente se espalharam por toda a parte do planeta, até mesmo pelo interior mais remoto. Uma monumentalidade prosaica e reencantada, mas que colocava em evidência o triunfalismo burguês, como destaca Foot Hardman.

As obras arquitetônicas não cessaram por aí. Outra construção importante realizada nesse período foi a do Aeroporto. Constantemente, a imprensa reiterava que as antigas instalações não atendiam o fluxo de pessoas que passavam por ali, pelo fato de Londrina ser a terceira cidade do país em movimento de passageiros. Para resolver isso, constava no Relatório do Prefeito, em 1953, que o município havia adquirido o terreno, e já realizado os trabalhos de levantamentos topográficos numa área de 599.533 m<sup>2</sup>.

Em 1954, Milton Menezes, prestando conta de sua administração, esclarecia que para a construção do aeroporto estavam sendo feitos os serviços de terraplanagem e de

compactação da área para o asfaltamento. Já aparece em destaque no relatório do Prefeito, a maquete das novas instalações. Três anos depois, ou seja “em 1957, a Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica concluiu as obras da nova Estação de passageiros do aeroporto de Londrina, procedendo a Prefeitura o ajardinamento do pátio fronteiro à pista de manobras, utilizando mudas e plantas ornamentais do Horto Municipal” (RPML, 1958).

Todavia, as transformações urbanas não se limitaram aos aspectos arquitetônicos, pois os prefeitos, ao longo da década de 50, também realizaram inúmeras obras de infra-estrutura para dotar a cidade de um perfil urbano moderno.

Na gestão de Milton R. Menezes, intensificou-se a pavimentação por ser um dos serviços mais exigidos pela população. Nicodemos Meirelles, funcionário da Prefeitura, em artigo no jornal, destacava que o ritmo de execução das obras era acelerado, na medida em que, na primeira metade do ano de 1952, o percentual de calçamento era bastante superior em relação aos exercícios anteriores, pois se pavimentava cerca de  $8\text{m}^2$  por hora, conforme noticiava a Folha de Londrina, em 13/08/52.

O registro dessas realizações não se circunscreveu aos funcionários do executivo municipal, pois um jornal de ampla circulação na cidade noticiava que uma das obras que mereceu mais atenção, na gestão de Milton R. Menezes, foi a pavimentação, pelo fato de no primeiro semestre da administração já terem sido executados  $32.909,57\text{ m}^2$  de calçamento (FL, 08/08/52).

Os trabalhos de pavimentação continuavam intensamente para que fosse cumprido o cronograma estabelecido pelo Executivo Municipal, na gestão do Prefeito Milton Menezes. O Departamento de Obras e Viação, pretendia fazer a cobertura asfáltica em 1952 de  $50.000\text{m}^2$  na Zona “A”, porque metade já havia sido executada nos primeiros seis meses (FL, 31/07/52).

Na administração desse Prefeito, a prioridade era a

pavimentação, seja com paralelepípedos ou asfalto. No Relatório apresentado à Câmara Municipal em 1954, fazia questão de enfatizar que no período de 1943 a 1951, havia atingido somente 133.454,82 m<sup>2</sup>, enquanto na sua gestão, no triênio 1952/53/54, por ter sido intensificado o ritmo das atividades, se fez em torno de 145.096,48 m<sup>2</sup>, passando a cidade a contar com um total de 278.551,30 m<sup>2</sup> de ruas pavimentadas.

Em carta ao jornal, Luiz Aranda, morador de um dos bairros da cidade, admirado com o espetáculo da modernidade, relatava que as máquinas, “possantes e lerdas, como gigantescos seres antediluvianos”, “amanhecera explodindo nas imediações de sua casa” (FL, 23/09/56), na pavimentação das ruas.

Essas realizações, que sintomaticamente formavam um outro tipo de paisagem urbana, causava impactos significativos, na medida em que seduziam, atraíam e provocavam encantamento nas pessoas que se deparavam com o maquinismo construtor do novo ambiente.

As palavras de Luiz Aranda são significativas para apreendermos a dimensão dessa experiência. Para esse morador de um dos bairros “o movimento, naturalmente, chamou a atenção de toda a vizinhança. À frente de todos os portões, de ambos os lados da rua, formaram-se grupinhos de mulheres, crianças e mesmo homens desocupados, e ficaram observando o trabalho das máquinas, bufando e esparzindo, no ar um cheiro bom de álcool. Todo o pessoal saiu, curioso, para vê-las na fúria de seus guinchos e na invencibilidade de suas rodas, revolvendo, transportando e transformando a terra. Até aquele ancião que de ordinário não deixa seu quarto de fundo, espreguiçou-se e esticou o pescoço por sobre a cerca, feito um ganso, para espiar a marcha das obras” (FL, 23/09/56).

Em outro ponto da carta, fica expressa a admiração de Luiz Aranda pelo novo, seu entusiasmo com as mudanças, pois as ruas melhorariam, perderiam os ares poéticos com que todos estavam

habituaados, mas ficariam mais bonitas com a pavimentação asfáltica. Suas impressões indicam que no movimento da modernidade devia-se pagar “tributo ao progresso e à civilização”, mesmo se os hábitos mudassem, como por exemplo ter que acabar com a “frequência e a regularidade da via sacra dos casaisinhos de ginásianos todas as noites”. Para finalizar, Aranda escreve, num tom de resignação, que era a “poesia cedendo lugar ao progresso”, e o “sacrifício da natureza pela exaltação da técnica” (FL, 23/09/56).

Nicodemos Meirelles, em conto no jornal, sob o título “Morreu a minha rua”, referindo-se à pavimentação asfáltica de uma cidade imaginária, estabelece uma relação muito próxima com as obras em Londrina, pois, sendo funcionário da Prefeitura, estava participando diretamente da experiência. Numa parte de seu conto, escreve que “os tratores gigantescos, as motoniveladoras, as pás mecânicas e as picaretas, escrevendo na polpa vermelha da terra, marcavam mais uma vitória do progresso e da civilização” (FL, 22/06/52).

No plano de melhoria das condições urbanísticas, além da pavimentação, foi elaborado um plano rodoviário que incluía desde a construção de avenidas, interligando os bairros, até novas avenidas entre as diferentes zonas da cidade para que fosse facilitado o tráfego de veículos.

Nessa perspectiva, por exemplo, foi aberta, em 1953, a Av. Santos Dumont, com extensão de 1800 m e 30 m de largura, ligando o aeroporto – terceiro do país em movimento – ao centro da cidade. Seguindo os princípios de Le Corbusier (Berman, 1993, p. 161) de que uma rua moderna precisa ser bem equipada, recebeu pavimentação asfáltica em todo o percurso logo no ano seguinte.

Outras ruas também foram pavimentadas, com paralelepípedos, apesar de pertencerem à área em que residiam os grupos enriquecidos. Num primeiro momento, pode parecer paradoxal, mas através das reflexões de M. Berman (1993), é

possível apreendermos que a Av. Santos Dumont recebeu uma cobertura asfáltica e as outras de paralelepípedos porque, sendo uma “*rues corridors*”, tinha uma importância estratégica na cidade, por ser responsável em dar vazão a um dos fluxos mais intensos, que era a avenida que ligava o aeroporto ao centro da cidade. Com isso

*“... a retidão, a largura, o comprimento e a boa pavimentação fizeram dela o meio ideal para a locomoção de pessoas e coisas, uma artéria perfeita para os modos emergentes de tráfego rápido e pesado”* (Berman, 1993, p. 187).

No entanto, o ideário modernista tinha uma perspectiva mais ampla. Em decorrência disso, outras obras que compunham o plano urbanístico foram realizadas. Estreitamente ligado ao projeto rodoviário, houve o embelezamento de alguns espaços para que a cidade se apresentasse de forma sedutora. No relatório de 1953, o Prefeito Municipal informava que os logradouros públicos, como a Praça XV de Novembro, a Sete de Setembro, a Alameda Miguel Blasi e o Jardim fronteiro da nova Estação Rodoviária haviam sido totalmente urbanizados.

O embelezamento das praças e jardins envolvia também a arborização, com o plantio de árvores como magnólias, flamboyants, ligustruns, azaléias, acácias e ipês, entre outras. A imprensa registrava com destaque qualquer mudança na cidade. Com relação às duas praças que ficavam próximas do Colégio Londrinense, noticiava que estavam ficando muito bonitas, e com isso Londrina distanciava-se “cada vez mais daquela cidade que há alguns anos atrás aparentava, como disse alguém, uma menina linda e bem vestida, mas de pés descalços e sujos” (FL, 18/10/55).

Além dos espaços embelezados, recortes ordenados das ruas e avenidas, bem como a pavimentação, foram executadas várias obras de saneamento na cidade. Os novos ricos imaginavam que através da eliminação de ambientes fétidos, poderia se formar uma



sociedade higienizada, asséptica, conseqüentemente livre das doenças.

Nesse sentido, foi agilizada a concorrência pública para iniciar rapidamente as atividades nesse setor. No relatório apresentado à Câmara dos Vereadores em 1953, o Executivo Municipal informava que “compreendendo a imperiosa necessidade de sanear a cidade de Londrina, a atual administração se propôs a executar as obras essenciais a preservação biológica dos seus habitantes, ou sejam, as redes de esgoto sanitário e de abastecimento de água potável. Em apenas 6 meses de serviços, já foram executados 20 km de rede de esgoto e 10 km de rede de água” (RPML, 1953).

Para a realização das obras, havia o problema de que a quantia necessária estava além das possibilidades econômicas do município. Mas sendo considerada uma obra imprescindível, contou com a participação do Estado e do Governo Federal através do repasse de verbas, e sobretudo da população londrinense, que adquiriu “Apólices” lançadas pelo executivo municipal.

Aliada a essas mudanças na estrutura urbana, foi elaborado uma legislação para ordenar, disciplinar e definir a forma de ocupação do ambiente que pretendia ser moderno. Uma prática utilizada pelos grupos enriquecidos para desfrutarem das vantagens das mudanças que estavam empreendendo, mas ao mesmo tempo controlar suas conseqüências indesejáveis (Williams, 1990, p. 204).

Uma das leis mais significativas foi a de número 133, de 07/12/51, que dividiu totalmente a cidade de acordo com seus usos e necessidades. Através desse ato, a Prefeitura Municipal fez um zoneamento do espaço urbano, determinando os locais a serem ocupados pelos grupos sociais, além de exigir que os novos loteamentos se adequassem aos regulamentos implantados.

A iniciativa de se fazer o zoneamento da cidade não era uma iniciativa somente do Executivo, pois um dos vereadores, o Sr.

José Queiroz justificava a necessidade da lei com o argumento de que a “cidade era nova e precisava mesmo de uma regulamentação no crescimento. Em vista da expansão desordenada da cidade e construção das vilas, sem princípios de urbanização, precisa haver modificações na Lei, para adaptação do que já existe. Se essa Lei estivesse em vigor quando do início da cidade, nesta altura Londrina seria a cidade brasileira mais bem construída e organizada” (FL, 20/05/52).

Essa estratégia de definir os lugares e disciplinar o crescimento do espaço urbano era uma experiência em curso por todas as cidades do país que passaram pelo fenômeno da urbanização, após a Segunda Guerra Mundial. Maria C. T. Machado (1991, p. 59), ao analisar esse processo em Uberlândia, comenta que somente na década de 50 houve um planejamento urbano em que as “diretrizes do desenvolvimento foram traçadas, objetivando a expansão e o crescimento ordenado da cidade”.

Depois que se regulamentou a forma de ocupação do espaço urbano, a Prefeitura Municipal de Londrina elaborou um Regime Tributário – Lei 218 de 31/12/53 –, estabelecendo as fontes de rendas do município, ao determinar os impostos e as taxas a serem pagos. Com essa legislação, os moradores, além de terem de seguir as diretrizes definidas em relação à forma de morar, ficaram também sujeitos a uma série de encargos implantados pelo Executivo.

Além disso, a Prefeitura Municipal implantou um Código de Postura para regular a vida cotidiana na cidade. Com a Lei 219 de 31/12/52, assumiu a função de policiamento administrativo, ao estabelecer regras que coíbiam condutas e comportamentos, com o intuito de garantir a ordem e a segurança pública. A Polícia Sanitária intervia na higienização das vias públicas, das habitações e da alimentação, através da fiscalização e até na punição dos infratores. A Polícia de Ordem Pública ficou incumbida de estabelecer “medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem,

a moralidade e a segurança pública”. Para isso, tinha a prerrogativa de intervir diretamente nos costumes e divertimentos públicos, no trânsito, além de fiscalizar a criação de animais, controlar a extinção de insetos nocivos e o funcionamento do comércio e da indústria.

Por último, a Prefeitura Municipal implantou o Código de Obras – Lei 218 de 26/10/55, com o objetivo de padronizar as edificações urbanas. Com essa lei, todas as obras deveriam passar pelo crivo das autoridades municipais, seja para construir ou simplesmente passar por uma reforma.

Com relação à implantação de toda essa legislação, observamos que o objetivo era de regular a vida cotidiana no espaço urbano, determinando os lugares a serem ocupados e eliminando os aspectos indesejáveis. Nessa abordagem sobre as leis municipais, José Miguel Arias Neto (1993, p. 183) conclui que poderia se “denominar o conjunto legislativo criado na década de cinquenta em Londrina de Estatuto de Cidade Moderna, pois ele revela o esforço de criação do espaço urbano ao regular a vivência humana na cidade, demarcando os limites da mesma e procurando dela expurgar as marcas do rural”.

Portanto, houve um investimento sistemático de planejamento e organização do espaço urbano para evitar os confrontos e as colisões e para que Londrina assumisse as características de um ambiente moderno. Para isso, empreenderam-se diversas mudanças, que foram desde as reformas urbanísticas até a implantação de leis que disciplinassem e ordenassem a sua ocupação.

Ocorreu também investimentos expressivos na ampliação de redes de água e esgotos e na execução de obras de pavimentação. Ligado a isso foi elaborado um conjunto de leis que regulamentavam as construções, formação de novos loteamentos, bem como o recorte ordenado de ruas e avenidas, objetivando a circulação do ar, da água, da luz, das mercadorias e das pessoas.

## 1.2 Cidade de vida rebelde e independente

Incurtionando pelo universo citadino, começamos a nos deparar com uma realidade que mostra o avesso da imagem hegemônica, largamente difundida no imaginário coletivo. Apesar de as elites exaltarem o progresso, a civilização e a modernidade, chamava a atenção a pobreza, a prostituição, a mendicância e a jogatina.

Numa leitura mais atenta dos jornais, começam a aparecer indicações de que o padrão social de diversos grupos sociais não acompanhava o progresso material, ficando corriqueiras opiniões de que a “capital mundial do café” não diferia de outras cidades do país, mas que apresentava os mesmos contrastes de suas congêneres.

O que observamos na trajetória histórica de Londrina é um acentuado processo de crescimento urbano, semelhante a uma tendência em curso em várias cidades do país, após a Segunda Guerra Mundial. Para tentarmos compreendê-lo, o trabalho de Neide Patarra (1984), tratando das migrações internas que se processaram no país pós-30, fornece contribuições importantes em algumas questões. Ao mostrar a redistribuição da população brasileira pelas regiões, aponta uma nova perspectiva para esses deslocamentos.

O Paraná, sendo fronteira agrícola, recebia migrantes desde os anos 20, processo que se acentuou nas décadas de 30 e 40 devido a comercialização de terras. Em virtude desse intenso deslocamento, apresentou um saldo migratório superior ao da região Centro-Sul na década de 50 (Patarra, 1984, p. 264). Na mensagem feita à Assembleia Legislativa, em 1950, o Governador Moysés Lupion, realmente salientava que “das mais várias procedências do Brasil, chegavam diariamente ao Estado numerosíssimos brasileiros” (MSG, 1950).

A percepção não é isolada, pois Bento Munhoz da Rocha, outro governador desse período, já em seu primeiro ano de governo, enfatizava que o movimento migratório que se processava no país estava povoando intensamente as melhores terras de lavoura localizadas ao norte do Paraná.

Devido a essa migração de diversos lugares, apontava-se que no Paraná ocorreu o encontro de pessoas de diferentes regiões do país e do próprio exterior. Os Governadores do Estado diziam que os brasileiros eram atraídos pelas promessas de prosperidade e que, sendo o Paraná “terra das oportunidades presentes e futuras”, dava “ao Estado prestígio nacional” e o fazia “atraente para brasileiros de diversas procedências” (Apud Burmester, 1990, p. 146).

Com esse deslocamento intenso de pessoas por todo o país, e o Paraná, sendo uma região de destino, apresentou um alto índice de crescimento demográfico. Com o incremento populacional de 73,87%, no decênio 40/50, o número de habitantes quase dobrou no Estado (AP, Nov/Dez, 51).

Essa tendência de crescimento acentuou-se na medida em que, no processo de redistribuição de pessoas pelo país, o Paraná recebeu a maior quantidade delas na década de 50. Aproximadamente 912 mil pessoas chegaram ao Estado, seguido de perto por São Paulo que recebeu em torno de 712 mil (Patarra, 1984, p. 265).

Embora os dados se refiram ao Paraná, o lugar de maior atração era o norte do Estado, por estar no auge da economia cafeeira. Um jornal, destacava que essa região, estando em “pleno inferno verde”, a “exuberância era privilégio” e a “esperança deixava de ser uma verde lenda para tornar-se colorida realidade” (OC, Jan, 53). Outro noticiava que as pessoas que se dirigiam para esse lugar acreditavam num “indício risonho de futuro” e que, provavelmente, na “terra do ouro verde” teriam uma “compensação muito lucrativa” (GN, 09/12/49).\*

Os dados demonstram que, do acréscimo populacional de quase um milhão de habitantes ocorrido no Estado, na década de 40, só o norte “cafeeiro havia sido o responsável neste incremento em cerca de trezentas mil pessoas. Esse aumento é tão significativo que, por ocasião do censo de 1950, essa região tinha quase metade da população, com 1.036.436 habitantes, enquanto o restante do Estado aproximadamente 1.112.513 pessoas (AP, Nov/Dez, 51).

Desse fluxo migratório, a maior parte se concentrou nas cidades, tendo em vista que a população urbana apresentou um índice de crescimento maior do que o setor rural durante o período que vai de 1940 a 1960. Na década de 40, a população urbana cresceu em torno de 77,3%, e no período 50/60 de 157,2%, enquanto a população rural para esse mesmo espaço de tempo, aumentou na ordem de 41,8% e 64,8% (Patarra, 1984, p. 263).

Nessas transferências intensas, as cidades cresceram rapidamente. Vicente Barroso (1956, p. 56) frisa que “se em certas zonas do Brasil e do próprio Paraná” esse crescimento ficava “anos e anos marcando passo, no Norte, tal fato não acontecia”. Para termos uma idéia desse fenômeno de crescimento demográfico, dos núcleos urbanos mais populosos do Estado, dez eram desta região do Paraná e Londrina se destacava entre eles.

A cidade de Londrina apresentava taxas elevadas de crescimento demográfico desde sua formação nos anos 30, processo que se acentuou sobremaneira no período 40/50, com um índice em torno de 100%, e na década de 50, por volta de 88%. Nesse fluxo intenso, a cidade atingiu cerca de 100 mil habitantes em 1960.

É importante frisar que até meados da década de 40, o município tinha um contingente maior de pessoas residindo no setor rural, mas na virada para os anos 50, ocorreu uma inversão na

---

\* Essas imagens ufanistas tiveram um papel significativo de influenciar pessoas para que se dirigissem à área cafeeira. Afinal, quem não ficavam tentado em ir à “terra em que se andava sobre dinheiro”?

distribuição da população. Ao se acentuar este processo, em 1960 dos 100 mil habitantes, 54,96% já residia no centro urbano, enquanto 45,05% ainda permanecia no campo.

Um indicativo desse crescimento vertiginoso do setor urbano é que se as construções prediais foram em torno de 362.000 m<sup>2</sup> na década de 40, no período 50/60 atingiram 861.000 m<sup>2</sup>, portanto, um aumento em torno de 137% na realização das edificações (Coutinho, 1959, p. 57). Neide Prandini (1952), em seus estudos sobre a geografia urbana de Londrina, apontava que a cidade havia ultrapassado o perímetro central, avançando em direção à periferia. Já N. Muller (1956, p. 91), outra geógrafa, apontava que, com esse crescimento constante, já havia 53 vilas espalhadas por diferentes lugares, “nascidas da subdivisão de lotes em pequenos terrenos de baixo preço”, formando um padrão periférico de moradia, característico no país, no pós Segunda Guerra Mundial.

A dinâmica desse crescimento pode ser facilmente notada, quando se faz uma comparação do mapa da cidade de Londrina, do início com o final da década de 50. Destacavam-se prédios modernos, mas também os novos bairros, alguns tipicamente populares, que se elevaram a sessenta e sete ao longo desses dez anos.

Diante do avanço da “mancha urbana”, o poder público, imbuído de criar um ambiente dentro dos padrões da modernidade, exigiu dos agentes imobiliários que os novos loteamentos tivessem toda a infra-estrutura. No entanto, ficaram limitadas aos bairros de alto padrão, porque para os populares e médios, o decreto estabelecia como obrigatórios apenas os serviços de terraplanagem, guias e esgotamentos de águas” (Arias Neto, 1993, p. 189).

Na conjuntura do pós Segunda Guerra Mundial, a formação deste tipo de bairro na periferia, sem infra-estrutura e com a construção de casas próprias em lotes comprados a prestação foi a maneira encontrada pelos segmentos populares para resolverem

seus problemas de moradia. Embora Nabil Bonduki (1988, p. 109) esteja se referindo a São Paulo, Londrina apresentava as mesmas características e também a “forma de morar era baseada no trinômio loteamento periférico/casa própria/autoconstrução de moradia, que redundava numa série de sacrifícios e carências a seus habitantes”.

As carências ficavam evidentes nos relatórios apresentado pelos Prefeitos Municipais, pois as prioridades sempre foram o centro da cidade e os novos bairros de alto padrão. Nos loteamentos populares, por ficarem num plano secundário, era comum a falta de limpeza, de energia elétrica, de rede de água e esgoto e pavimentação. Nessa prática segregacionista, como salienta José Miguel Arias Neto (1993, p. 195) os setores “dominantes produziram para si portanto, os melhores espaços de habitação, lazer, trabalho e associação pública. Esses grupos passaram a habitar os modernos e luxuosos edifícios de apartamentos no centro e os bairros nobres criados segundo a regulamentação da Lei 133”.

Quanto à formação desses novos bairros, isso enseja uma prática diferenciada de espacialização da cidade, evidenciando-se a dimensão da desigualdade social, ao se criar espaços distintos para classes desiguais. Utilizando as reflexões de M. Berman, podemos afirmar que no ambiente urbano de Londrina, formaram-se algumas “capas de modernidade”, pelo fato de os bairros de alto padrão serem priorizados e receberem todas as melhorias urbanísticas, enquanto nas vilas onde residiam os grupos populares, ficava claro a “geografia das carências”, para usar uma expressão de Eduardo Silva (1988).

Esse aspecto da sociedade londrinense, no pós Segunda Guerra Mundial, que se apresentava como voz dissonante do discurso em torno do “espetáculo da prosperidade”, talvez fosse porque a tão propagandeada “civilização” e a “modernidade” estivessem criando também problemas profundamente complexos, ou porque na zona cafeeira os migrantes que procuravam a



opulência, ou mesmo a melhoria das condições de vida, encontravam desníveis acentuados entre riqueza e pobreza.

Para agravar ainda mais a situação dos grupos populares, os preços subiam aceleradamente, em nível insuportável. Para termos uma idéia desse crescimento, no período de 1949 a 1952, o índice do custo de vida chegou à ordem de 50% (Moisés, 1976, p. 23). Diante desse aumento generalizado dos produtos básicos, o jornal *Gazeta do Norte* em sua edição de 17/03/55 noticiava que os “artigos de primeira necessidade, como se já não fossem exorbitantes, agora se encontram em estado desesperador, onerosos para os da classe média, inacessíveis para os da pobreza”.

Os jornais atribuíam a culpa dessa escalada inflacionária à ganância dos comerciantes que auferiam lucros exagerados. Com esse quadro, se acentuava as tensões, sendo constantemente pedido que os órgãos fiscalizadores tomassem medidas enérgicas contra o “mar da ganância” e dos “inacreditáveis abusos” dos comerciantes, denominados pelos jornais de “tubarões vorazes” (OC, Jul, 57).

Como destaca Nabil Bonduki (1988), na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial houve um excepcional crescimento econômico, que proporcionou lucros significativos aos industriais, mas provocou uma carestia sem precedentes em toda a trajetória do regime republicano. Isso se refletia diretamente nas condições de vida dos setores populares, impedindo-os de terem acesso aos produtos que lhes garantissem a sobrevivência. O jornal de maior circulação na cidade noticiava que o “panorama geral é contristador. A moda agora é fome; famílias inteiras desprotegidas vivendo a guisa da teimosia, passando necessidade de carne, leite e legumes porque o dinheiro é pouco e não dá” (FL, 04/09/52).

Os indícios sobre as características desse cenário não apareciam somente nas matérias jornalísticas. O poeta Amadeu Amaral demonstrou em seus escritos os sinais da pobreza presente no cotidiano da cidade. Sobre o mendigo escreveu:

*“Ei-lo ... É a nódoa ambulante desta praça  
Trôpego, inchado, a perna bamba e torta  
Vai pontilhando o chão por onde passa  
Com o pesado bastão que o corta*

*Ei-lo ... É a própria miséria semimorta  
Guarda, entanto, entre as ondas da barbaça  
Um sorriso de quem já não lhe importa  
Nem solidão, nem doença, nem desgraça”*  
(FP, 29/03/58)

Como podemos ver, o problema da mendicidade e da pobreza não se limitava às grandes cidades. Com o crescimento populacional generalizado em todo o país, os mesmos problemas que existiam nos grandes centros metropolitanos também se reproduziam em localidades menores que passaram pelo fenômeno da urbanização. A situação dos segmentos populares, que era agravante nos grandes centros urbanos, não era muito diferente nos de menor porte.

No universo citadino, o padrão social dos grupos populares manchava a imagem de uma sociedade próspera e moderna que os fomentadores das reformas urbanísticas procuravam forjar. Afinal, Londrina, apesar de ter um crescimento econômico substancial, recebeu um fluxo enorme de migrantes que viviam numa situação de carência generalizada.

Diante do quadro de tensão social, surgiram algumas medidas beneficentes que, segundo um periódico local, iriam “suavizar a dor dos que sofrem”. Com o agravamento da situação, foram realizadas várias campanhas, arrecadando desde agasalhos para a proteção do frio no período do inverno, até roupas e alimentos em outras épocas do ano (GN, 26/05, 16/06 e 11/08/55).

As atitudes assistencialistas não se limitaram às campanhas esporádicas. Formaram-se várias instituições beneficentes devido ao avanço generalizado da pobreza e da miséria. Para

exemplificarmos, em meados da década estavam internadas no orfanato Lar Batista Paranaense 38 crianças, sendo 15 meninas e 23 meninos, com idades que variavam de 10 meses a 15 anos (GN, 26/05/55).

Os membros dessas instituições beneficentes procuravam justificar o assistencialismo. Oreste M. Pulin, membro da Conferência Vicentina, ao se posicionar em relação à desigualdade presente na cidade, dizia em palestra que as diferenças eram naturais em qualquer sociedade, por isso muitos que vieram à região se enriqueceram, enquanto outros não tiveram a mesma “sorte”, pois “sempre haverá os mais inteligentes, os mais honestos, os mais ativos, os mais trabalhadores, como também haverá os menos inteligentes, os menos honestos, os mais retardados, os mais aproveitadores” (GN, 24/05/56).

Esse discurso é revelador no sentido de mostrar que, sendo uma sociedade capitalista, as desigualdades seriam “compreensíveis”, já que a ascensão social constituía-se no resultado de um esforço individual e não coletivo. Nesse sentido, havia a necessidade de que os grupos enriquecidos voltassem suas atenções para os segmentos sociais que, “por força do destino”, não tiveram a mesma sorte.

Para o Sr. Oreste M. Pulin, havia a necessidade do assistencialismo, pois cabe “aos melhores aquinhoados com os bens da fortuna, os mais ricos, os mais hábeis, volverem um pouco seus olhos para os menos felizes, procurando na medida do possível, atenuar as dificuldades dos mais pobres, fornecendo-lhes para isso as condições mínimas para que pelo menos com decência, sejam atendidos os imperativos da dignidade humana, os imperativos de viver do ser humano” (GN, 24/05/56).

Portanto, nos deparamos com um ambiente espacial e sobretudo socialmente segmentado, onde os presságios fascinantes da modernidade não foram concedidos a todos, na medida em que,

com as reformas urbanísticas, além de se excluírem os setores populares, procurou-se tirá-los do alcance da visão, com a delimitação e determinação dos espaços que deveriam ocupar.

No entanto, esses homens comuns simplesmente não foram embora, ficaram e estavam em toda a parte. Por ironia, diante da nova dinâmica, dotaram-se de certas habilidades e até mesmo aguçaram a sensibilidade para ousarem nas ruas da cidade, pretensamente moderna. Aliás, rapidamente se adaptaram às recentes condições, utilizando toda a criatividade nas práticas de vida encetadas cotidianamente. Como ressalta M. Berman (1993, p.15), dentro da dinâmica da modernidade, o homem, “lançado nesse turbilhão, se (viu) remetido aos seus próprios recursos – freqüentemente recursos que ignorava possuir – e forçado a explorá-los de maneira desesperada, a fim de sobreviver. Para atravessar o caos, ele precisa(va) estar em sintonia, precisa(va) adaptar-se ao movimento do caos, precisa(va) aprender não apenas a pôr-se a salvo dele, mas a estar sempre um passo adiante”.

Essa experiência ocorreu quando um número expressivo de pessoas, ao adentrarem a cidade, estabeleceram uma nova mobilidade, ajustaram-se, perturbaram e até mesmo vislumbraram outros “oásis”, na medida em que estavam numa situação em que deviam jogar com os acontecimentos e aproveitar as ocasiões. O momento era de fazer “uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (Certeau, 1994, p. 40).

As evidências indicam que, se esse homem comum encontrou um cenário pretensamente ordenado e disciplinado, isso serviu justamente para estimular sua capacidade de invenção e improvisação, bem como sua versatilidade em se reapropriar dos espaços, investindo numa nova maneira de agir, com “uma arte de

combinar indissociável de uma maneira de utilizar” (Certeau, 1994, p. 42), através de suas “maneiras de fazer” que provavelmente os homens do poder não foram capazes de perceber.

Essas concepções teóricas de Michel de Certeau confirmam-se, ao nos depararmos, através dos jornais, com várias práticas de vida que se estabeleceram pela cidade.

Na década de 50, por exemplo, foi estimulada a vinda de migrantes para trabalharem como mão-de-obra barata no setor cafeeiro, objetivando incrementar a produção e diminuir os custos. No entanto, ao chegarem à região atraídos pelas promessas de riquezas e de prosperidade, depararam-se com uma situação completamente adversa do que esperavam. Fazendo uma leitura do artigo de L. A. de Mendonça, no jornal “O Combate” de Junho de 1956, chega-se à conclusão de que os trabalhadores rurais viviam em condições precárias, pois além de serem pessimamente remunerados, sofriam maus tratos dos proprietários de terras.

Submetidos a essa situação nos núcleos agrícolas, a qual não permitia a sua fixação, pensaram em outras possibilidades. Uma delas foi de que, em vez de se sujeitarem àquele trabalho na lavoura, poderiam viver nas cidades empreendendo qualquer atividade que garantisse algum ganho. Muitos deles foram se aventurar em outra zona pioneira.

Essa opção de viver nas cidades não se restringia aos trabalhadores nacionais, pois os imigrantes europeus declaravam que iam trabalhar no campo como agricultores, apenas como subterfúgio para conseguirem o visto de entrada no país, pois quando estavam em território brasileiro, fixavam-se nos centros urbanos na prática do comércio ambulante, vendendo todos os tipos de produtos. Foi o que aconteceu, por exemplo, com um italiano que ao perder o “o navio em Santos, ficou sem dinheiro, mas (tendo) alguns cortes de legítima casimira italiana e poucos pares de meia de náilon, objetos que estava vendendo a preços bons, pretendia o

visitante, domiciliar-se aqui em Londrina. E concluiu dizendo: Aqui é bom” (OC, Set, 56).

Embora o comércio ambulante ocorresse por toda a cidade, a estação rodoviária era o espaço preferido, devido ao fluxo intenso de pessoas que diariamente transitavam por ali, constituindo-se num mercado privilegiado que seguramente aumentava as possibilidades de ganho. O jornal “O Combate” de Outubro de 1952, embora estivesse com uma perspectiva de denúncia, deixa-nos entrever que nas proximidades da rodoviária havia uma “legião de comerciantes clandestinos”, vendendo todo tipo de “quinquilharias”, com “objetos pendendo dos cimos de suas barracas”, revivendo, com isso, o “borborinho dos mercados persas”.

O interessante é que as mudanças urbanísticas tinham o objetivo de transformar Londrina numa cidade com “belas praças” e “jardins civilizados”, livre dos “inconvenientes” que porventura viessem a surgir. No entanto, os homens comuns apareceram por toda a parte, reapropriaram-se dos espaços modernos e aproveitaram a maior comodidade desse novo ambiente para desenvolverem suas atividades.

Os vendedores ambulantes, por exemplo, ao perceberem que, com ruas pavimentadas e logradouros públicos urbanizados ficava mais fácil o “footing” dos clientes para efetuarem suas compras, passaram a expor por todos os lugares “casimiras tropicais e linhos, relógios, brincos e pulseiras” (OC, Set, 56). Para M. Berman (1993, p. 154), esses homens desenvolverem sua “habilidade em matéria de sobressaltos e movimentos bruscos, em viradas e guinadas súbitas, abruptas e irregulares e não apenas com as pernas e o corpo, mas também com a mente e a sensibilidade”.

É importante, porém, ressaltar que, se em Londrina havia um movimento muito intenso de capitais, devido ao comércio cafeeiro e à especulação imobiliária, por outro lado, era extremamente difícil ter acesso ao dinheiro. Podia ser através do

trabalho assalariado, mas pelos indicadores sociais, provavelmente a maioria das pessoas o adquiriam no mercado informal.

Analisando as notícias dos diversos periódicos, percebemos que inúmeros homens simples, portadores de defeitos físicos, misturavam-se com outras pessoas pelas ruas vendendo bilhetes de loteria. Um jornal informava que aqueles que ofereciam a felicidade e comercializavam a fortuna eram “em torno de 60 na cidade, ligados às casas lotéricas ou ao popular chalé” (OC, Dez, 55).

Quanto aos jogos, havia os oficiais e diversas outras modalidades praticadas em toda a cidade. Quando o Governador Bento Munhoz da Rocha, em Mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1953, dizia que se dirigiam ao Paraná inúmeros indivíduos “deslocados” que utilizavam todas as estratégias nos centros urbanos para “explorar os incautos”, estava referindo-se ao jogo como uma delas.

A Folha de Londrina de 16/05/52 e 08/01/54 e a Gazeta do Norte de 10/11/54 noticiavam que em vários bares no centro da cidade desenvolviam-se tranqüilamente os jogos chamados vidinha e enroladinho, e na Praça Rocha Pombo um “grupo de malandros” se empenhavam num “21 rasgado a dinheiro”. Por sua vez, o jogo do bicho, segundo os jornais e as próprias autoridades era o mais prejudicial, pois seduzia “facilmente as classes mais pobres”. Mesmo com as perseguições, noticiava a imprensa que se desenvolvia com “tamanho indisciplina”, que seus exploradores não tinham a “menor cerimônia em afixar em lugar público o resultado do dia” (FP, 25/12/58).

Portanto, em contraposição às estratégias racionalizadoras que procuraram estabelecer as possibilidades e determinar as proibições, as várias modalidades de jogos desenvolvidos pela cidade demonstram que os segmentos populares, com seus procedimentos, jogavam com os mecanismos da disciplina e agiam

no sentido de burlá-los (Certeau, 1994, p. 41).

Para exemplificarmos, ao longo da década de 50, formaram-se inúmeras associações esportivas, mas que não praticavam qualquer modalidade de esporte para aperfeiçoar a cultura física; serviam, na verdade, para a realização de diversos tipos de jogos. Na Vila Nova foi criado o Clube dos Veteranos, com a declaração de que seria uma agremiação esportiva, mas era conhecimento de todos que mantinha em sua sede o jogo de carteados (GN, 06/03/55). Por sua vez, o Aero Clube também locava parte de seu prédio a “jogadores reconhecidamente profissionais” (FL, 17/04/55).

Interessante nisso tudo é o fato de o jornal desenvolver uma acirrada campanha contra os jogos de azar praticados na cidade e assinalar de antemão que se não fossem realizados nos clubes, fatalmente adentrariam as residências. Diante disso, os jornalistas conformavam-se em estar prestando um excelente serviço à sociedade londrinense pelo simples fato de estarem “preservando-a” dos jogadores profissionais, já que eles não entrariam nos lares (quem sabe?) e procurariam outras cidades.

Como era de se esperar, os jogos de cartas e bacarat eram também muito praticados, principalmente nas boates e bordéis da cidade. Nada de se estranhar quanto a isso, pois o espaço da prostituição não se constituía somente num local para realização de encontros sexuais, mas também para contatos sociais. Os homens procuravam-no não apenas para buscar a companhia de prostitutas, mas para experiências diferenciadas de vida ou até mesmo com a intenção de fugir da monotonia da vida familiar (Rago, 1991, p. 97).

A famosa “Zona Proibida”, como era conhecida a zona de prostituição em Londrina, possibilitava a aproximação das pessoas enquanto espaço de sociabilidade. Por exemplo, na Boite Colonial, realizavam-se inúmeras rodadas de jogos durante o decorrer da noite, inclusive com a participação de policiais (FL, 02/09/52).

As opções para atividades sociais e o comércio do sexo



eram muitas. Com o crescimento econômico e o aumento demográfico, aumentaram de forma considerável as áreas de prostituição. Inúmeras mulheres que se dirigiam a Londrina em busca do Eldorado, com os sonhos desfeitos, passaram a trabalhar nas boites espalhadas pela cidade. Os jornais procuravam de todas as formas registrar esse movimento de prostitutas, utilizando metáforas e até mesmo tentando indicar o número das que vinham para Londrina. Numa das matérias noticiava que uma “avalanche de meretrizes tomou a nossa cidade de assalto e está se alastrando de maneira por toda a cidade. Nada menos de 6.000 dodivanas, sem nenhum exagero invadiram Londrina” (OC, Abr, 57).

Nos discursos que utilizavam largamente a força de retórica para “traçar o perfil” das mulheres que vinham para as boates, é possível apreender uma questão indicada por M. Certeau (1994) de que as táticas empreendidas pelas pessoas comuns ou gente simples eram ao mesmo tempo plurais e criativas. Ao ser noticiado que “mascaradas de artistas, verdadeiras chusmas delas para aqui acorrem, depois de haver decorado mal e mal uma meia dúzia de músicas milongueiras, onde pontificam as lamentações de Gardel ou Ganaro” (OC, Out, 52) e que “prostitutas, elas chegam artistas e se transformam em exploradoras de lenocínio” (OC, Abr, 57), podemos verificar como essas mulheres foram astuciosas e souberam jogar com uma situação adversa.

Isso acontecia porque nem todas as mulheres que chegavam à cidade conseguiam um lugar para se prostituírem, pelo fato de o mercado do sexo ser altamente competitivo. Por exemplo, a “Boate da Jô”, famosa em toda a região, “gozava de beneplácito das autoridades”, justamente pela “constante variedade que apresentava pelo produto que sabia explorar” (OC, Out, 1952). Essa casa era considerada um estabelecimento que empregava somente “mercadorias de primeira”.

Com isso, se a mulher não possuísse os dotes requisitados

para obter sucesso na prostituição, a lógica era improvisar e utilizar a criatividade. Dotar-se de diversas capacidades – ser cantora por exemplo – para garantir o seu espaço nas boates. Essas táticas, no entanto, podiam servir para acumular algum dinheiro extra, quando se tratava do mundo da prostituição de luxo ou uma forma de complementar a renda devido aos baixos rendimentos do comércio do corpo, quando trabalhava no baixo meretrício.

O mundo da prostituição ganhava destaque, sendo apontado que se propagava para além dos espaços habituais, a denominada “Zona Proibida”. Jornais locais denunciavam que se multiplicava o número de mulheres que locavam cômodos para realizarem seus encontros, e de bares e pensões com tabuletas “Alugam-se camas” (FL, 21/07/53 e 01/06/57).

Os proprietários de pequenos hotéis e pensões logo perceberam que o mercado do sexo, estimulado pelo mercado de consumo em expansão, representava um negócio altamente lucrativo. Para isso, declaravam que suas atividades eram de hotelaria, seja para conseguirem o alvará de funcionamento ou para burlarem a fiscalização quando estavam instalados.

Podemos notar o crescimento desses locais de prostituição quando verificamos notícias de que “verdadeira praga de casas suspeitas proliferam na cidade (...) onde predomina o comércio do amor escuso; são pocilgas rotuladas de pensão que cobram cem cruzeiros por um instante de amor” (OC, Ago, 55) e que “pensões imorais proliferam sem restrições. Invadem os bairros residenciais e estendem seus tentáculos pela cidade toda. Autênticos prostíbulos com rótulos de pensão” (OC, Jul, 57).

As evidências indicam que a prostituição havia extrapolado o seu espaço tradicional e se propagado para outros locais da cidade para atender à demanda dos “habitués” de toda a região, que se dirigiam a Londrina com a intenção de dar vazão aos seus fluxos desejantes. É perceptível não só o aumento do “comércio do amor

escuso”, mas também a publicidade dessas práticas para além do interior dos bordéis. Constantemente, “meretrizes” procuravam se exibir como mercadoria, fazendo propaganda para obterem sucesso no agenciamento dos fregueses.

Nas ruas e calçadas do mundo do prazer – ou “Zona Proibida” – e também além delas, mulheres se exibiam com “roupas tomara que caía ligadas à pele”, maquiagem que peculiarizava seu rosto, jóias extravagantes e cabelos pintados. As denominadas “mariposas” procuravam de todas as formas fascinar e seduzir os homens que por ali transitavam, por isso o jornal denunciava que o Hotel Bela Veneza estava “repleto de ninfas que pescavam homens na porta do estabelecimento” (OC, Jan, 53; Set, 55; Mar, 58).

Homens de todos os níveis sociais se dirigiam à denominada “rua do vício e do pecado”, deslumbrados com o visual das mulheres e do próprio bordel, sonhando com perspectivas promissoras, na medida em que ali poderiam “transgredir os comportamentos convencionais” ou até mesmo pensar nas “promessas de aventuras dissonantes diante da estabilidade reinante ou apenas idealizada da imagem da família refúgio” (Rago, 1991, p. 35). Nesse lugar tinham também a possibilidade de realizar contatos inesperados e de assistir a espetáculos apresentados todas as noites.

Todavia, noticiava-se que o espaço da prostituição era lugar somente de “desocupados e vagabundos”. Para os jornalistas de plantão, os bordéis da “Rua do Pecado” eram o “QG dos exploradores de lenocínio, intrujões, malandros, vigaristas, ladrões, notívagos e macumbeiros” (GN, 07/07/55; OC, Mai, 55; Dez, 56).

No entanto, o universo de clientes era mais amplo, pois até repórteres de jornal, juntamente com outros colegas da imprensa e pessoas da cidade freqüentavam a “espelunca conhecida como Bar Paulista” (OC, Set, 55). Em outra matéria, era noticiado que um rico comerciante da cidade e a cronista de um jornal da capital paranaense deleitavam-se na “execução de números musicais na

Boite Colonial” (OC, Out, 52).

Pessoas de destaque também freqüentavam o espaço de prostituição, pois em outra edição o mesmo jornal mencionava que um vereador, fazendeiro em Irerê, depois de “exaustivo trabalho diuturno”, foi em “busca talvez de algo que enchesse a noite monótona” e adentrou a Boate da Jô, “uma das casas privilegiadas na cidade” e se divertia num “clima de volúpia e prazer (...) ao som de fox e das valsas dolentes, rodeado de finas e especialistas mariposas, ingerindo whisky Presidente e levantando brindes à mais bela de sua mesa” (OC, Ago, 56).

Recorrendo às reflexões de Margareth Rago (1991) e fazendo uma análise dos jornais pode-se inferir que as prostitutas se deparavam com fregueses de todos os tipos, sendo alvo de violências emocionais e físicas. Para termos idéia do ambiente da prostituição, segundo o Delegado a maioria das pessoas que por ali transitavam andavam armadas ilegalmente (FL, 07/09/55).

Para as mulheres que se prostituíam na zona do baixo meretrício, a situação se agravava ainda mais, na medida em que estavam submersas num mundo que as expunha mais facilmente à contaminação, devido à rotatividade dos parceiros, enfrentamento intenso de todos os tipos de clientes, da exploração de cafetões e cafetinas e das hostilizações freqüentes por parte da Polícia.

Era comum, na zona do baixo meretrício, as mulheres se sentirem frustradas pelo seu modo de vida e serem levadas a atos compulsivos, como a tentativa de suicídio. Foi o que aconteceu com Rosemary, Maria de Lurdes, Leda e Diná, que ingeriram fortes doses de substâncias tóxicas com o intuito de darem fim à própria vida (FL, 17, 20 e 22/05/52). Esses atos refletem muito bem como essas mulheres, diante de um mundo de opressão, miséria e brutalidade, viam que seus horizontes se estreitavam.

Com relação à ingestão de substâncias tóxicas por parte de

prostitutas, visando darem fim a própria vida, percebemos que além do clima de erotismo presente nos bordéis, havia também um consumo acentuado de drogas.

No entanto, o uso de drogas não se constituía numa prática restrita ao mundo da prostituição, pois a Folha de Londrina de 21/01/54 noticiava que era preciso coibir o uso de tóxicos, ainda mais porque não se tratava somente de maconha que se queimava em vários locais da cidade.

Voltando a tratar sobre a violência que permeava o cotidiano dessas mulheres, Russa, uma prostituta, ao abordar um rico comerciante, no interior da Boite Colonial, passou a discutir rispidamente com o mesmo. Em seguida, o comerciante obrigou-a a entrar em seu automóvel e levou-a às imediações de um clube afastado do centro, espancando-a violentamente. No desfecho desse acontecimento, o caso chegou à Delegacia e Russa, ainda com os sinais da violência que havia sofrido, foi obrigada a deixar a cidade (OC, Out, 52).

Essa experiência vivida por Russa mostra muito bem a ausência de direitos de grupos sociais que possuem uma identidade claramente negativa e estereotipada. Se por um lado, sofrem violências nos ajustes e desajustes do cotidiano, por outro, estão submetidos ao arbítrio por parte de instituições que têm por função controlá-los.

Como podemos perceber, esse grupo social estava submetido a uma condição em que as possibilidades se reduziam drasticamente, embora isso se estendesse também a outros segmentos. As maneiras de enfrentá-las é que eram as mais díspares. O mais comum era pessoas encararem com um certo atrevimento, esse mar revolto ou “turbilhão da vida moderna” – para usar uma expressão de Marshall Berman.

Um procedimento marcado pela versatilidade que se deve, em grande medida, às mudanças estruturais desse período, que

jogou um contingente substancial de pessoas nas cidades que viviam de práticas alternativas de sobrevivência. Em Londrina era comum inúmeros grupos populares recorrerem ao subemprego, à mendicância, a expedientes eventuais e incertos, considerados lícitos ou não.

Por exemplo, é possível perceber que a mendicância era muito comum, embora, como foi mencionado anteriormente, tivesse aumentado o número de instituições para justamente recolher e isolar as pessoas que perambulavam pelas ruas. Porém, devido ao desenvolvimento crescente dessa prática, a capacidade de assistência ficou inviável.

Em matéria de Agosto de 1952, a Folha de Londrina noticiava que a “cada dia que passa, mais crescente se nos apresenta o número de mendigos em nossa cidade. Londrina até parece um asilo de inválidos. Ontem tivemos a oportunidade de contar o número de pedintes colocados na Av. Paraná. Em três quarteirões contamos a presença de 6 esmoleiros, sendo que três deles são novos, chegados a pouco, atraídos pela fama que Londrina alcançou no que se refere ao dinheiro” (Apud Adum, 1991, p. 190 e segs).

Portanto, inúmeras pessoas, logo que chegavam à cidade, desenvolviam alguma forma de ganho para enfrentar a situação de dificuldade em que viviam. O fato de que muitos homens considerados sadios, fortes e capazes de todas as atividades físicas, estivessem esmolando pela cidade, conforme noticiava a imprensa local, mostra muito bem a astúcia dessas pessoas para capitalizarem em seu proveito.

Porém, é importante salientar que na prática da mendicância, esses grupos sociais estabeleciam uma divisão muito tênue entre as pessoas que deviam prover a renda familiar. A rigor, adultos e crianças, dependendo somente das ocasiões, revezavam-se na atividade de angariar algum dinheiro. A informação de que crianças estavam pedindo esmolas pela cidade, forçadas por adultos que

viviam na ociosidade (GN, 12/06/55), é um indicador significativo de que todos os membros da família participavam na composição do orçamento familiar.

Rosa M. F. Ferreira (S.D., p. 66), embora trate em seu estudo sobre meninos de rua em São Paulo, em uma outra temporalidade, fornece importante contribuição para o entendimento dessa questão. Segundo essa autora, as crianças interiorizam desde muito cedo a noção de que vivem em péssimas condições, nisso tem que encetar diariamente formas individuais de ganho para ajudar a sua família.

Esses grupos não tinham uma forma de ação fixa e imutável, podiam desenvolver alguma atividade que estivesse mais próxima do pacto constitutivo do social, como algo considerado agressivo e desestabilizador da sociedade. Ao empreenderem esses expedientes eventuais e incertos, a fronteira entre o que era considerado “lícito” ou não ficava imprecisa, sendo muitas vezes necessário ir e vir sobre esse limite.

O fato de que “menores pediam esmolas pelas ruas da cidade e também se aproveitavam para invadir residências”, os “amigos do alheio não estavam respeitando nem os pães que os padeiros deixavam nas residências”, um “indivíduo tentava pegar os objetos que estavam sendo salvos num incêndio” e “gatunos estavam roubando as flores do cemitério” (GN, 26/05/55; OC, Abr, 57; FL, 22/05/52 e 15/03/55) mostra claramente que as táticas utilizadas para obter algum rendimento eram manipuladas de acordo com as ocasiões e as oportunidades.

A imprensa, ao noticiar que no Bar Gato Preto, localizado próximo à estação rodoviária, era constante a “presença de malandros, vigaristas que ludibriavam os incautos, oferecendo anéis de latão e outras bugigangas por objeto de ouro e outras bicarias mais” (GN, 07/08/55), demonstra que esses homens tinham um domínio do espaço onde se movimentavam e, numa prática

panóptica, empreendiam seus golpes. Ao escolherem o local próximo à rodoviária para aplicá-los, mostravam o conhecimento preciso na escolha das possíveis vítimas, ou na seleção dos percursos para agir.

Portanto era comum, principalmente durante a madrugada, a ação de punguistas, vigaristas e batedores de carteira próximos a Estação Rodoviária conforme podemos verificar em notícia da Folha de Londrina de 27/10/57. Diante da frequência com que se davam os golpes, o Sr. Osvaldo Palhares – Presidente da Câmara Municipal – propôs aos funcionários do estabelecimento que fossem ao plenário do Legislativo expor o assunto aos vereadores, para que eles se sensibilizassem da gravidade do problema (FL, 27/10/57).

Nos hotéis e pensões próximos à rodoviária era também comum a aplicação de pequenos golpes, pois, segundo os jornais, esses estabelecimentos recolhiam para dormir e também escondiam “vigaristas e malandros que infestavam a cidade”. Por isso, um alemão residente no Hotel Granada, na Rua São Paulo, teve várias peças de roupas roubadas; outra pessoa que se encontrava hospedada na Pensão São José, quando retornou aos seus aposentos, depois de tratar de negócios pela cidade, não encontrou mais a mala com os objetos e o dinheiro; e o Sr. Plínio Felício, ao deixar sua janela aberta enquanto dormia, teve suas vestimentas levadas por um “amigo do alheio” (GN, 11/11/57; FL, 15/05, 22/06 e 30/05/52).

Entretanto, os golpes não se limitavam às proximidades da estação rodoviária e ferroviária, porque os transeuntes, apesar de passarem por esses locais, também perambulavam pelas ruas, praças e jardins da cidade para visitar as lojas. Assim, “os batedores e contistas têm conseguido, muitas vezes, burlar a fiscalização dos agentes destacados para lhes dar caça” (OC, Out, 52) e aplicado seus golpes.

Às vezes, para agir era necessário subornar policiais, do



mais baixo ao mais alto escalão. Utilizando-se desse expediente é que uma “pitonisa antecedido o seu nome por um bombástico professora”, depois de propagandear seu negócio, distribuindo boletins coloridos pelas ruas, instalou-se na cidade (FL, 10/05/53). O envolvimento de membros do aparato repressivo em extorsão fica claro, pois jornais denunciavam que na Delegacia o “dinheiro corria e as más línguas acrescentavam que a polícia recebia gorda percentagem nos trabalhos desenvolvidos com perfeição pela ‘Professora Tereza’ e seu bando”. Mais ainda que “Madame Tereza” voltava às atividades porque empregou “processo ardiloso” para “quebrar seus galhos” que consistiam em “suborno e ofertas outras inconfessáveis” (OC, Ago, 55 e Jun, 56).

A maioria dessas práticas desenvolviam-se no centro, ambiente pretensamente moderno e local que concentrava o maior número de atividades, por isso atrativo para se empreenderem diversos expedientes que garantissem algum ganho. Analisando os jornais, detectamos que os frequentadores mais comum dessas ruas, que carregavam forte estigma, eram cafetões, cartomantes, videntes, ciganos, punguistas, arrombadores, adivinhos, charlatões, mendigos, prostitutas, jogadores, ladrões ou simplesmente denominados de vadios ou marginais.

A existência no universo citadino, de todos esses agentes que utilizavam as mais diversas práticas de sobrevivência, fazia com que Londrina fosse considerada uma cidade de “vida rebelde e independente”.

### 1.3 “Perigos” e “ameaças” pairam sobre a cidade

Com o crescimento econômico, as transformações urbanísticas e o aspecto suntuoso das construções arquitetônicas, na década de 50, as elites procuravam inserir a cidade de Londrina nos padrões da modernidade. Entretanto, mesmo nos discursos mais ufanísticos, apareciam demonstrações de uma certa apreensão diante da presença de grupos populares pelas ruas. Com isso ia crescendo a percepção de que a cidade, espaço social da diversidade, era portadora de “ameaças” e “perigos” definidos como desestabilizadores e intoleráveis.

Com relação a esse temor, estudos sobre classes perigosas no Século XVIII e XIX indicam que, com a aglomeração de segmentos populares nos centros urbanos, apareceram representações do medo do urbano, medo da cidade pelo fato de se considerar seus habitantes com um potencial enorme para destruir a estrutura da sociedade. Nesse sentido, não só movimentos organizados, mas diferentes práticas populares podem ser consideradas ameaçadoras à estabilidade social (Storch, 1984/85, p. 10).

A perplexidade na cidade de Londrina pode ser facilmente percebida pelo fato de a imprensa dispensar espaços enormes para noticiar os passos dos novos personagens que roubaram a cena com papéis inusitados e passaram a atuar como protagonistas no cenário citadino.

No novo cenário, se rompeu com a antiga estratégia de subordinação e disciplina baseada em pequenos lotes, comercializadas pela Companhia de Terras, que fixou os agricultores e suas famílias nas propriedades. Diante das novas relações, instituiu-se um universo de representações estigmatizadas, na definição de um mundo social baseado em regras definidas pela sociedade capitalista, onde ficar fora era estar contra o progresso, contra a modernidade e querer destruir a ordem social.

Estrategicamente, constituiu-se todo um simbolismo em torno da cidade e da própria região norte do Paraná, estabelecendo um sentido e marcando uma direção na trajetória histórica, como se esse espaço estivesse imbuído de uma “missão teleológica”. Assim, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, já se processava um embate no sentido da dominação social, na medida em que o “controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter resultados práticos desejados, canalizar energias e orientar esperanças” (Baczko, 1985, p. 312)

Na esfera das representações, foi se estruturando e adquirindo consistência uma imagética depreciativa em relação às experiências desenvolvidas pelos agentes sociais nas ruas da cidade. Isso pode ser detectado devido à importância dada pelos meios de comunicação aos denominados “perigos sociais” que afloravam diuturnamente e que de alguma maneira “comprometiam a ordem social”. De modo que, a cada prática de vida fora do âmbito legitimado, buscavam-se de todas as formas a rápida desvalorização e desmoralização, através da utilização de frases de efeito e metáforas bem construídas.

Ao depararem-se com práticas “inusitadas”, dos grupos sociais que ocupavam o espaço urbano, diversas formas de referir-se a essas experiências iam tecendo-se em inúmeros discursos. Nos jornais, há várias notícias sobre homens deslocando-se pelas ruas, tirando ou não seu sustento nelas, outros fora do trabalho ou recusando-se a trabalhar e mantendo-se através de expedientes “poucos confessáveis”. Tudo era submetido a um “olhar avaliador”.

Em Londrina, o olhar estava voltado ao próprio instante que às pessoas chegavam a região. No momento em que se incentivava a migração de colonos para trabalharem na lavoura cafeeira, era necessário discernir, desse fluxo de pessoas, quem

viria realmente para fixar-se nos núcleos agrícolas, para que não houvesse uma “espécie de invasão” de “maus elementos”. Todavia, argumentava-se que as autoridades “levadas por emoções fraternais, fechavam os olhos às exigências, por sinal de fragilidade ímpar deixavam de cumprir com os deveres e esperavam para que indivíduos muitos dos quais, indesejáveis se instalassem e permanecessem comodamente, matando, extorquindo, golpeando, pintando o diabo” (OC, Set, 56).

Nesse período, o fenômeno da migração constituía-se num dos “grandes problemas” a ser enfrentado pelas cidades. Maria C. T. Machado (1991) indica por exemplo, que o Código de Postura de 1950 da cidade de Uberlândia trazia como novidade em relação aos anteriores a preocupação em criar mecanismos para controlar o número expressivo de migrantes que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida.

Seguindo a estratégia de classificar as práticas mais presentes nas ruas, o comércio ambulante provocava acirradas discussões. As propostas para enfrentar o “problema” iam desde a regulamentação até a sua total eliminação. Para os lojistas, esse tipo de atividade prejudicava o comércio estabelecido que pagava impostos e taxas. O fato desse grupo social ter uma posição contrária ao comércio ambulante era lógico, pois se constituíam em concorrentes diretos na comercialização de produtos.

No entanto, a estratégia de classificação ia mais além, passando para o nível do estético. Assim, quando os camelôs ocupavam o espaço da estação rodoviária, considerado um dos marcos da modernidade, para venderem suas bugigangas, não eram bem vistos pois emprestavam “um aspecto bizarro àquele logradouro público” (OC, Out, 52).

A preocupação não se restringia às atividades dos vendedores ambulante, mas também na possibilidade de que no centro urbano facilmente “descambariam para a vida à margem da

lei”. Numa reportagem sobre esses homens que vinham de diversos lugares do país e também do exterior, indagava-se: “São Imigrantes ou Escroques?” Num outro momento, já com um olhar avaliador, afirmava-se que esses “deslocados indolentes de caráter frouxo e túbio são dominados pela cachaça” e “via de regra (esse) aventureiro não aprecia o trabalho” (FL, 21/05/55).

A imprensa não se constituía numa voz isolada na formação dessas imagens dos supostos “inimigos da sociedade”. Em artigo publicado em um jornal, sob o título “Pioneiros”, o Sr. Sandoval de Ávila, leitor, também fazia uma clara distinção das pessoas que migravam para a região ao escrever que o “Norte do Paraná é um prodígio em todos os sentidos. Para cá convergem homens de todas as raças, de todas as cores, de todas as latitudes, de todas as camadas sociais, movidos todos pela ambição da fortuna fácil. Por essa razão, além daqueles que efetivamente desejam fazer o seu pé de meia há outros, espécie de população marginal, decantados, porque não conseguiram obter a fortuna fácil como esperavam ... E quando acontece de ser ativo emprega quase sempre o seu esforço em detrimento do patrimônio alheio, tornando-se vigarista, punguista, chantagista” (FL, 21/05/55).

Nas palavras do Sr. Sandoval de Ávila fica claro que a preocupação era com aqueles que, diante do insucesso, não se comportavam com resignação à espera de caridade pública, mas caíam na marginalidade quando se tornavam “ativos”.

Os espaços no noticiário para indicar as “formas de delinquência” eram enormes. A imprensa, numa função estratégica através do imaginário, fazia sempre referências depreciativas às práticas de vidas dos setores populares. Exercia um poder simbólico, já que não expressavam um significado, mas impunha uma denominação.

A ação dos grupos sociais considerados marginais que ameaçavam a propriedade privada aparece sempre numa linguagem

hiperbólica. As reportagens, em geral, eram altamente adjetivadas, com o uso de metáforas, que influenciavam a opinião pública e até certo ponto instituíam uma espécie de “síndrome coletiva de insegurança”. Assim, era comum matérias colocando em destaque que um “*surto de roubos e assaltos* sobressaltam as casas comerciais de Londrina” (FL, 25/05/52); “dois *perigosos arrombadores (que) assustam* a pacata cidade de Londrina, faziam parte de uma *perigosa quadrilha* de ladrões” (FL, 22/05/52); houve uma “*retomada de roubos e assaltos* a casas comerciais e particulares, pondo em *sobressalto* a nossa pacata população” (FL, 25/06/52); e, ao que “parece *Londrina foi invadida* nestes últimos dias, por uma corja de malandros e degenerados morais, cuja atividade criminosa vem implantando um *clima de insegurança e intranqüilidade*” (FL, 17/01/54); e “*nova onda de vigaristas* volta a cobrir a cidade” (GN, 25/09/57).

No entanto, se desenvolveu algumas práticas beneficentes com relação a grupos considerados deserdados, mas podemos notar que rapidamente as referências se modificaram, não sendo mais compreendidos como “desprovidos” e merecedores de algum assistencialismo, mas como ameaça à propriedade privada dos homens aquinhoados da sociedade. Boris Fausto (1983, p. 205), num estudo sobre os anos iniciais do regime republicano, aponta que “no contexto brasileiro e não apenas nele, a plebe urbana formada por desocupados, subempregados, pequenos delinqüentes, aventureiros, constituiu quase sempre o setor deserdado visto pelas elites como potencialmente perigoso”.

No entanto, é bom frisar que não se investia somente contra práticas que diretamente colocavam sob ameaça a propriedade privada, mas qualquer uma que fosse adversa aos padrões ditados pela sociedade capitalista ou que acarretasse alguma desordem e alterasse a ordem pública.

Numa sociedade que estava presente o imaginário de

valorização do trabalho e a idéia de que através dele, se tornaria proprietário, senão de imediato pelo menos com o decorrer do tempo, a existência da mendicidade e, no momento, sua acentuada multiplicação, não podia ser tolerado. O grande espaço ocupado nos periódicos com manchetes de primeira página, artigos de leitores, notas de colunista e matérias extensas demonstra que essa prática causava um certo constrangimento ao colocar uma nódoa na imagem de cidade moderna e progressista.

Assim, a posição com relação aos indigentes que perambulavam pelas “ruas pavimentadas” do “centro moderno”, da “Capital do Norte” ou para usar um título mais presunçoso, da “Capital Mundial do Café”, eram uma mescla de preocupação e temor. Com os menores pedintes, insistentemente apontava-se a situação de abandono em que viviam, devido ao descaso das autoridades. Em matéria de Junho de 1955, o jornal *O Combate* colocava em destaque que era uma “vergonha esta infância, jogada sem teto, sem pão e sem nada; a miséria está retratada neste sem número de mãos estendidas que pedem e que esmolam; tudo por falta de um pouco de boa vontade de quem de direito e de dever” (OC, Jun, 55).

A intenção era não só de denunciar o abandono em que viviam os menores, mas de exigir que se desenvolvessem programas sociais para resolver o problema desses desajustados que grassavam no município.

O objetivo de recuperar esses meninos era para que se tornassem “trabalhadores úteis” e “disciplinados” disponíveis para os objetivos da nação, já que se estava em pleno auge do desenvolvimentismo. A atenção maior com os menores deve-se ao fato de serem mais acessíveis ao discurso moralizador, por isso, vigiá-los separando-os das famílias e colocando-os sob a tutela do Estado seria a forma mais fácil de discipliná-los para a sociedade do trabalho (Machado, 1990, p. 112).

Essa preocupação de retirar os menores das ruas deriva-se da crença de que os meninos poderiam transformar-se em futuros marginais e as meninas prostitutas. Se por um lado, o objetivo era de assisti-los com a intenção de recuperá-los para a sociedade do trabalho, por outro, havia uma certa apreensão em relação aquilo em que poderiam transformar-se e, sobretudo, à ameaça que representariam. A mendicidade chega a ser proibida na cidade e a justificativa do Juiz, era de que consistia numa “semente fecunda de deformação moral”, que preparava os menores para a “vadiagem, para a prostituição e para o crime” (Apud Arias Neto, 1993, p. 218).

Essa declaração não difere da opinião de um dos jornais, ao noticiar que menores viviam numa vida “sem rumo e sem destino” e, vivendo nesse “ambiente de ondas revoltas”, só poderiam “cultivar o vício e abraçar o crime” (OC, Jun, 56).

Quando a preocupação era com os adultos, a ofensiva vinha mais rápida e sem vacilos, pelo fato de causarem um certo “mal-estar” ao cenário constituído de belas praças e arquitetura majestática da “Cidade Progresso” que buscava se sintonizar com a modernidade. E, numa sociedade que condenava a ociosidade, a presença do vadio rondando a porta era insuportável.

Ao se noticiar que era “desagradável a visão em ampla agitação pelas ruas e em pleno dia de criaturas em farrapos a assaltarem com tal insistência o povo, que este na maior parte das vezes se vê obrigado a um regime forçado de tolerância e com paternidade a ponto de a qualquer instante a uma rude e inusitada explosão de cólera, digna aliás desse desabafo pouco humanitário” e que “aleijados, defeituosos, coxos e paralíticos (que) estendiam pelos passeios seus membros mutilados causava aspecto desagradável a todos que passavam por suas imediações” (apud Adum, 1991, p. 190-191) mostra claramente o nível de indignação com relação a esses segmentos sociais que ocupavam o espaço urbano.



Como podemos observar, a visão em relação aos mendigos era de que eles se constituíam em uma afronta à sociedade. Esta explicitação de ira deve-se ao fato de que a miséria comprometia claramente o imaginário social alicerçado na concepção de que o trabalho eliminaria as desigualdades e até mesmo permitiria o acesso à propriedade e colocava uma mácula no ambiente que procurava ser marcado pelo símbolo do moderno.

No entanto, além da mendicidade, outras formas de condutas eram consideradas transgressoras e corruptoras dos costumes da sociedade. É possível perceber isso, por toda a década de 50, através de inúmeras reportagens, relatórios da Prefeitura Municipal e mensagens do Governo do Estado.

Nesse conjunto, o jogo ocupava uma atenção especial, provocando fervorosos debates entre pessoas de destaque na cidade e acirradas campanhas por parte da imprensa. Pelo Código Penal de 1940, não era considerado uma prática criminosa, mas contraventora, embora isso não significasse que havia um abrandamento da punição. Por outro lado, estava presente a concepção de que era um hábito prejudicial, um vício marcado pela degradação moral que estava transformando as cidades do “Norte do Paraná” de verdadeiras “oficinas de trabalho” em campo de jogatina (FP, 25/12/58).

Com essa perspectiva foram realizadas inúmeras entrevistas com autoridades para que expressassem sua opinião a respeito dos jogos. O Juiz da Quarta Vara Criminal, Dr. Theobaldo Cioci Navolar, justificava sua posição contrária com o argumento de que “o jogo conduz a degradação moral. Ele é um perigo para a sociedade. E na defesa dos interesses sociais merecedores de jurídica proteção, é que a lei proíbe a prática e a exploração do jogo de azar cominando penas aos infratores” (GN, 10/11/55).

Na estratégia de alicerçar a campanha contra os jogos envolvendo o Judiciário, o jornal Gazeta do Norte de 06/11/55

estampava em suas páginas a opinião de outro Juiz de Direito – Dr. Ismael Dorneles de Freitas – da Primeira Vara Criminal, que declarava ser contra “o jogo de azar, porque o mesmo é contravenção penal prevista e definida na Parte Especial da Lei de Contravenções Penais... Pior ainda, é o jogo clandestino que considerado contravenção penal é permitido criminosamente pela Polícia ou pelo Governo, porque então, ele é a degradação de tudo. É a destruição da Lei, é a transformação da autoridade em crime, é a extinção do direito e da moral, na sociedade e na Nação”.

Na Câmara Municipal, em várias sessões no decorrer da década de 50, vereadores faziam pronunciamentos atacando os “jogos de azar” praticados na cidade. Embora as referências fossem em relação a todas as modalidades, os ataques ao jogo do bicho eram com mais ênfase por ser considerado o mais prejudicial, justamente porque atingia os segmentos populares. Com relação ao carteadado e o bacarat, havia uma amenização nos discursos, pois vereadores, juizes e outras autoridades públicas consideravam-nos atrativos “somente para pessoas da classe média para cima”.

Portanto, para os grupos que ascenderam socialmente, apesar de o jogo ser considerado um mal e uma atividade escandalosa, não chegava a representar um perigo, mas quando praticado pelos setores populares era considerado imoral, “cancro social”, “pai de todos os vícios” e “corruptor dos costumes”. Posição corroborada pelo Juiz Theobaldo Navolar, pois declarou que era uma “diátese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, ele entorpece, caleja e desviriliza os povos nas fibras de cujos organismos insinuou o seu germen proliferante” (GN, 10/11/55).

Por ser amplamente praticado por todas as camadas sociais, a campanha contra o jogo acentuou-se no ano de 1955, conforme frisa José Miguel Arias, inclusive chegando o Sr. Ivan Luz – Presidente da Câmara Municipal – a enviar um telegrama ao Chefe

de Polícia de Curitiba, com a mensagem de que a “Câmara Municipal de Londrina vem solicitar com o máximo de empenho enérgicas medidas, sentindo por cobro vergonhosa jogatina campeia neste município” (GN, 01/12/55).

Assim como o jogo, a prostituição sofreu ataques intensos por toda a década de 50. Estampavam-se manchetes de primeira página em relação ao comércio do “amor escuso” e as matérias destacavam detalhes para que aparecesse como “imoral”, “perverso” e “promíscuo” e uma afronta à “sociedade civilizada”.

Sob a justificativa de “preservação dos costumes” e garantia da “tranquilidade das famílias”, as campanhas denominadas de “cruzadas de moralização” utilizavam expressões estigmatizadas e acusavam o mundo da prostituição de colocar sob ameaça a própria coletividade. Nos discursos, foi se instituindo um universo de representações que legitimava uma forma de concepção do mundo social e colocava o espaço habitual da prostituição ou “Zona do Meretrício” como um “antro de imoralidade”, “Rua do vício e do pecado” e de desregramento social.

Protestos de famílias que moravam nas imediações dos prostíbulos se multiplicavam. Comissão de mães iam até o Prefeito e à Delegacia de Polícia denunciar que nas boates e ruas da denominada “Zona Proibida”, o “comércio ilícito de messalinas era praticado às escâncaras” (OC, Nov, 55, Mar, 58 e FL, 03/02/53). Por sua vez, a imprensa, com o poder da comunicação, liderava campanhas, concedia espaços enormes para reportagens sobre o mundo da prostituição, além de servir de canal para registrar denúncias de leitores sobre os “escândalos” provocados na “rua do vício e do pecado”.

Diante das constantes denúncias sobre a proliferação da prostituição, chegou a ser realizada uma mesa redonda na Prefeitura Municipal com a participação do Prefeito Sr. Milton R. Menezes, o Delegado Regional, Sr. José de Almeida Pimpão e o Médico Chefe

do Distrito Sanitário, Sr. Nelson Rosário. O assunto norteador da reunião, que contou com a participação também de membros da imprensa referia-se aos “atentados à moralidade e ao sossego público, oferecidos pelo aspecto pouco contristador da localização, na Rua Brasil, de verdadeiros pocilgos com rótulos de pensões e quejandos” (GN, 17/07/55).

Como medida prática, a Saúde Pública e a Polícia de Costumes fizeram uma vistoria nos estabelecimentos localizados na área de prostituição, elaboraram um relatório e enviaram-no à Prefeitura. Ao especificarem as condições da “zona do baixo meretrício”, relataram que era um lugar composto por “tendas de crimes e corrupção que atemorizavam e desafiavam a família londrinense” (OC, Set, 55).

A atenção não estava voltada somente para a prostituição que era praticada nos espaços habituais, mas com a sua propagação para outros locais da cidade. Havia uma opinião consensual entre as autoridades públicas e as elites de que se precisava combater o que ocorria na “Zona Proibida”, local de prostituição freqüentado por grupos populares, pois era considerado “um cancro que estava carcomendo o coração de Londrina” (OC, Set, 55).

O fato de estabelecimentos como hotéis e pensões estarem servindo de local para a prática de prostituição, e “mocinhas suspeitas” andarem pelas ruas da cidade agenciando clientes, ou até mesmo freqüentando cinemas ou outros logradouros públicos, se constituía num grande problema. No entanto, o que realmente preocupava era que prostitutas estivessem invadindo locais destinados às pessoas consideradas respeitáveis. Todavia a situação se agravava ainda mais com o fato das “casas de lenocínio estarem se misturando com casas de família e as mulheres levianas já fossem confundidas com moças decentes, a ponto dessas passarem vexames quando andavam pelas ruas, pois eram vítimas de gracejos de indivíduos sem moral” (GN, 04/12/57).

As “cruzadas pela moralização”, largamente empreendidas na década de 50 em defesa do “bem-estar das famílias”, não cessaram por aí. Casais que em seus encontros nas praças, ruas ou mesmo no interior de automóveis tivessem o hábito de ficar até altas horas da madrugada em “colóquios amorosos” ou em “despudoradas expansões amorosas” também eram considerados portadores de um comportamento vexatório e às vezes até rotulados de imorais pelo fato de que eram “muito afoitos” (FL, 18/06 e 06/10/53).

Com relação à juventude, despertava preocupação o tipo de literatura facilmente acessível, considerada prejudicial à boa formação da pessoa, por ser de natureza “bordelesca” e “escancarado erotismo”. Segundo o jornal, na cidade era uma “coisa assombrosa! Entrem num ponto de venda de revistas e jornais, passem e parem numa banca... Cada dia surge uma publicação nova a enfileirar-se nas prateleiras. Os nomes demonstram a sagacidade dos editores... “Encanto”, “Confidências”, “Você”... E outras ainda mais sugestivas, terrivelmente insinuantes” (FL, 26/01/56).

Diante do avanço desse tipo de literatura, abria-se mais um flanco de ação em prol dos bons costumes e do equilíbrio da sociedade. Glauco P. Borba, em artigo, considerava-a prejudicial porque a juventude não resistia a “sugestão aberrante das capas daqueles magazines e ia digerindo tudo o que as bancas de jornais e revistas apresentavam. Venenosa fonte de desajustamentos psíquicos, esta literatura barata impede ainda que os jovens consigam encontrar interesse em outra classe de escritos” (FL, 14/05/55).

Seis meses depois, Glauco P. Borba, inconformado com a venda dos livros em várias bancas de jornais e revistas, voltava a escrever na Folha de Londrina de 26/01/56 que a única forma de resolver o problema era o aparelho policial agir com firmeza e impedir

a circulação desse tipo de literatura, fazendo a apreensão de todo o material.

Além dessas práticas, que ocuparam grandes espaços no noticiário, inúmeros comportamentos individuais e coletivos, corriqueiros na vida diária das pessoas, foram estigmatizados por serem considerados comprometedores da ordem pública. No bojo das reformas urbanísticas, exigia-se que houvesse uma adaptação a um padrão básico de ordem urbana.

Argumentava-se, por exemplo, que para haver realmente “decoro urbano”, não era possível que houvessem engraxates no “miolo da cidade em plena via pública”, dizendo palavras ou com “outras atitudes de desrespeito à família londrinense”; ou que “engraçadinhos e homens de barba parda” ficassem na praça pública ou nas calçadas desrespeitando “senhoras e senhoritas que para aquele logradouro público se dirigiam aos domingos” (GN, 20/11/55 e 08/10/57).

Espraiando ainda mais o raio de ação, na opinião das elites, compartilhada pela imprensa, havia a necessidade de observar os locais que projetavam “cenas de filmes proibidos”, nocivos à sociedade; os bares, como a Petisqueira Paulista, que conservava “uma radiola ligada a todo volume” e os salões de bailes que iam noite adentro com um barulho que incomodava e impedia as pessoas de “gozarem o merecido descanso” (FL, 20/05 e 20/04/55).

Analisando os jornais e os relatórios do governo estadual na área de segurança pública, nota-se que, com a potencialização dos conflitos sociais, a questão da disciplina e normalização da população era premente. Nisso, manejaram-se discursos e articularam-se estratégias na estigmatização de condutas e hábitos de vida presentes no cenário urbano, mas majoritariamente dos setores populares.

Diante dessa situação, procurou-se redefinir estratégias

de controle e intervenção para enfrentar a “grande desordem cotidiana”. Nesse sentido, o aparelho policial aparecia como uma das instâncias privilegiadas no desempenho dessa tarefa de normalização do social.





## **CAPÍTULO 2**



## 2.1 Policiamento “ineficaz”

**N**a conjuntura dos anos 50, os conflitos sociais acentuaram-se com o intenso processo de urbanização. Para as autoridades municipais e estaduais, o novo cenário que se formava, composto por uma população adventícia e instável, era destoante das características que se esperava de cidades “prósperas e modernas” compostas por habitantes “ordeiros” e de “boa índole”.

Denota-se nas palavras das autoridades municipais e estaduais, um certo nível de tensão com relação ao novo quadro social das cidades emergentes, crescendo a percepção de que aumentavam os índices de criminalidade nas áreas urbanas que haviam se formado recentemente. Para o governo estadual, “cada região nova do Estado que se abre para aproveitamento útil pelo pioneirismo, mostra de início, o perigo de formação de áreas de delinqüência” (MSG, 1953).

Com relação à formação dessas “áreas de delinqüência” é interessante recorrermos às reflexões de Robert Storch (1984/85), em seu trabalho sobre o policiamento na Inglaterra no início do Século XIX. Segundo esse autor, no processo de redefinição de ordem pública, que implicava novos mecanismos de subordinação e disciplina social, o crime deixou de ser somente a violação da lei, passando a ter uma conotação mais ampla, podendo ser costumes ou comportamentos que alterassem a ordem social.

Se na Inglaterra do início do séc. XIX, as redefinições

caminharam no sentido de ampliar o que era considerado crime, no Brasil dos anos 40, a situação assentou-se em uma maior rigorosidade nas punições sobre a mendicância e a vadiagem. Para Elizabeth Cancelli (1993), que analisou a violência no período Vargas, embora essas práticas não tivessem sido enquadradas na categoria de crime, mas de contravenção, isso não significou um abrandamento da punição. Para estabelecermos uma comparação, pelo Código Penal de 1891, recebiam penalizações de 15 a 30 dias e, em caso de reincidência, atingia-se até 3 anos de reclusão, e no aprovado em 1941, durante o governo ditatorial varguista, as penas variavam de 15 dias a 3 meses e, no caso de reincidência, chegava a 5 anos o período de detenção.

Portanto, havia uma preocupação de punir com rigor a mendicância e a vadiagem, que estavam muito presentes nas inúmeras áreas urbanas espalhadas pelo país. Nesse ponto, é sintomático o fato de as autoridades do Estado do Paraná afirmarem que nas cidades emergentes das novas regiões estivesse aumentando a criminalidade por estarem recebendo “os desajustados sociais, a mendicância e todo o crime organizado para a exploração de incautos e o jogo em todas as suas modalidades” (MSG, 1953).

Através deste pronunciamento do governador à Assembléia Legislativa, fica claro como práticas diferenciadas de vida são facilmente julgadas como “anti-sociais” e rapidamente criminalizadas pelo direito positivo. Por outro lado, esses estilos diferenciados de vida chocavam-se frontalmente com toda uma perspectiva de construção de um país moderno.

Entretanto, as experiências desses grupos sociais multiplicavam-se pelas ruas, deixando as autoridades ligadas à área de segurança pública e também grupos mais aquinhoados sobressaltados. Os jornais materializavam a percepção do medo ao noticiarem que “o rush do interior para as grandes cidades não diminuiu e enquanto despejar marginais de fato e delinquentes em

potencial nas cidades os crimes contra o patrimônio tenderão a crescer em número e valor de seu montante” (FL, 13/12/56).

Autoridades municipais, como Juízes, Delegados e Prefeitos e também estaduais, como Governadores, Deputados e Chefes de Polícia defensores de uma maior rigorosidade no tratamento da criminalidade afirmavam que Londrina, ao atingir esse porte, estava sujeita aos males, conseqüências da modernização. Era o “preço do progresso”. Todavia, o sistema social seria capaz de “incorporar” os grupos marginais, na medida em que, a sociedade em desenvolvimento percorreria suas diversas etapas históricas até chegar ao estágio “pleno da modernidade”. Com isso, os que estavam excluídos, com o tempo se “integrariam”, pois é atributo dessa sociedade moderna absorver esses segmentos sociais, a partir do momento que ativa o desenvolvimento econômico (Kowarick, 1975, p. 39-56).

Dentro dessa concepção, conflitos sociais existentes não eram considerados oriundos de contradições latentes da sociedade, mas de desajustes individuais e passageiros, “focos doentios”, que seriam corrigidos pelo aparelho repressivo.

Quanto à notícia da Folha de Londrina de 13/12/56, afirmando que enquanto forem despejados nas cidades “delinquentes em potencial”, os crimes “tenderiam a crescer”, percebemos que a definição de “periculosidade” do indivíduo se estabelece ao nível das virtualidades. Nisso, as práticas de vigilância e de controle não observam tanto o que fizeram, mas o que “podem fazer”, estão “sujeitos a fazer”, ou mesmo na “iminência de fazer”, como ressalta Michel Foucault (1979, p. 67)

Portanto, nesse novo habitat onde a população crescia, as atividades econômicas se avolumavam e os crimes também se “multiplicavam”, os setores da elite, autoridades e a própria imprensa preconizavam que deveria haver uma ação mais enérgica por parte da Polícia para vigiar os indivíduos antes mesmo que cometessem

alguma infração. Tal estratégia era devido a “impossibilidade permanente de uma triagem (...) antipatriótica e desumana”. Com isso, as regiões novas do Paraná faz com que o Estado se torne herdeiro responsável por graves problemas do país” (MSG, 1953).

Nesse caso, o Chefe de Polícia – período 1952-1954 – Major Ney Braga em circular de 19/03/53 da Chefatura de Polícia enviada aos Delegados, defendia a posição de que a Polícia se adequasse aos novos tempos, pois “o dinheiro atraiu infratores da lei e mulheres desajustadas dos bons costumes. A miséria nos trouxe o problema da mendicância” (DOPS-DEAP, Pasta 01019).

Indicaremos o relato de um periódico local sobre a questão, para que seja visualizado o nível de pressão sobre a Polícia, pois isso influenciava em sua dinâmica e interferia na sua linha de ação. A posição do jornal era de que deveria ser exercido um controle sobre os indivíduos porque, “o marginalismo nos grandes centros é o principal responsável pelo aumento dessa sorte de crimes, tanto mais acentuado quanto mais flagrantes e definidos os desajustamentos econômicos geradores de hordas sempre maiores de desocupados” (FL, 13/12/56).

Nessa matéria de um dos principais jornais da localidade, fica clara a associação de que com o crescimento populacional, constituiu-se uma realidade extremamente complexa, em que os indivíduos diversificaram suas atividades de forma acentuada e os supostos marginais seguiam a mesma tendência, aperfeiçoando as práticas de crimes e atuando de forma mais sofisticada. Nessas novas áreas urbanas, a criminalidade poderia ser considerada como pequena delinquência ou capilar, mas de grande extensão.

Portanto, ao se pensar em segurança pública, havia a necessidade de ter a percepção de que “em todo surto de progresso, as atividades destrutivas e criminosas, infelizmente também se incrementam de maneira notável” (MSG, 1953). Além disso, opera-se a vinculação de que com o aumento dos marginalizados pelos

desajustes econômicos, as atividades criminosas tendem a desenvolver-se, pois a miserabilidade “levava necessariamente” à prática de crimes, fazendo uma associação imediata entre pobreza e crime.

É interessante observarmos nos discursos, a rápida transformação do homem comum em inimigo da sociedade, pelo fato de suas práticas serem consideradas causadoras de danos ao “corpo social”. Assim, como se tratava de um indivíduo considerado “hostil”, que colocava em perigo os demais membros da sociedade, era necessário empreender uma luta sem tréguas para afastá-lo desse convívio (Foucault, 1979, p. 64).

Diante desse quadro de tensão, as elites cobravam maior rigorosidade no combate aos criminosos. As autoridades estaduais, procurando atender os anseios desses grupos sociais, ao realizarem um diagnóstico do aparelho policial, concluíram que todos os setores da administração pública iam muito bem, mas quando se tratava de segurança, a situação era de que “não obstante o esforço dos dirigentes da Polícia Civil do Paraná, mesmo quando se ressalta o prodígio de boa vontade do funcionalismo que nela serve (...) há de se reconhecer uma série de deficiências técnicas, materiais e de organização da Chefatura de Polícia e seus elementos” (MSG, 1953).

Por sua vez, os jornais noticiavam que a população sentia-se ameaçada face ao avanço vertiginoso da criminalidade. Denunciavam que a instituição policial, por estar completamente desaparelhada, não tinha condições de reprimir e muito menos de proteger a sociedade contra a prática de crimes. Assinalavam que a situação havia chegado a este patamar porque “a falta de recursos, em homens e material (...) permitira e fora a causa única da invasão de toda a sorte de desajustados, desde o malandro vulgar e o ladrão barato, o batedor de carteira, o vigarista e o falsário, até o sanguinário e frio indivíduo da prática do latrocínio”(FL, 05/07/55).

Nesse sentido, a imprensa assumiu, ao nível do discurso e da opinião pública, um papel destacado na tarefa de combater os supostos criminosos. Não só tornando pública, com detalhes, a ação dos delinquentes através de extensas matérias, como chegando a enviar telegramas ao Chefe de Polícia, pedindo imediatas providências:

*“Atendendo a constantes queixas e reclamações da população da cidade, vimos a presença de V. Senhoria informar que Londrina se vê tomada por onda de perigosos assaltos e roubos. A Polícia daqui desaparelhada e impotente ante a proporção da coisa, e não pode perdurar a situação. Esperam-se providências imediatas desta Chefatura. A Delegacia encontra-se acéfala, praticamente e seu expediente a cargo apenas do suplente de Delegado” (FL, 12/01/55).*

Havia, portanto, a convicção de que a Polícia não estava desempenhando satisfatoriamente sua função para garantir a segurança da população contra os criminosos. No entanto, cabe indagar em que sentido se faziam críticas de que a instituição policial, tendo “necessidade sempre de agir”, apresentava limitações no desempenho das práticas repressivas.

Um dos primeiros aspectos ressaltados pelo governo estadual era com relação à prática policial baseada no “antigo delegado do interior”. A avaliação era de que sua atuação, estabelecida de uma forma “quase patriarcal” com a população, se constituía num dos principais motivos que comprometia a segurança pública no Estado (MSG, 1951). A opinião das autoridades estaduais era de que, estando muito ligado à cidade, se sujeitava facilmente às pressões vindas dos poderes da localidade. Além disso considerava-se que a ação do Delegado, “tornou-se impraticável”, por deixar escapar a pequena delinqüência que passava a ser corriqueira e volumosa, consideradas danosas a sociedade.



Um outro agente também bastante criticado era o Inspetor de Quarteirão, considerado simplesmente um “elemento de execução”, pelo fato de ser escolhido entre os membros mais respeitáveis, ou que se destacavam na comunidade (MSG, 1951). Sua situação era realmente precária, pois não pertencendo ao quadro do aparelho policial não tinha nenhum rendimento. Por ter que desenvolver outras atividades para auferir alguma renda, a ocupação com os serviços de segurança ficavam sempre num segundo plano.

A imprensa local constantemente criticava os Inspetores de Quarteirão, noticiando que toda vez que eram solicitados, devido a um distúrbio qualquer não eram encontrados, viviam num completo alheamento da ordem pública, embora se arrogassem ligados a 13ª Regional de Polícia, para arrotarem autoridade (GN, 18/11/57).

As críticas à atuação do Inspetor de Quarteirão iam além do simples fato de que “não eram encontrados” quando ocorria algum distúrbio ou desordem nas vias públicas. A expressão de que viviam “num completo alheamento da ordem pública” é muito significativa, se recorrermos às reflexões de Robert Storch (1984/85) sobre a reformulação da Polícia na cidade vitoriana. Segundo esse autor, os argumentos utilizados para que a instituição, no Séc. XIX, fosse mais burocratizada, era de que os agentes policiais no desempenho da função, em muitos momentos se comportavam seguindo mais as normas locais do que propriamente as determinações vindas de instâncias superiores.

Michel Foucault, por exemplo, menciona que na reforma da Polícia no momento de consolidação da sociedade capitalista, a preocupação era com relação às margens de tolerância de que os setores populares gozavam. O objetivo era de conter “a criminalidade das bordas e margens” (Foucault, 1979, p. 71-76).

Assim é provável que, na cidade de Londrina, os Inspetores

de Quarteirão e também o Delegado, ao invés de acatarem as determinações da Secretaria de Justiça e Interior e levar os conflitos aos Tribunais, procuravam resolvê-los através de uma “boa conversa”, ou mesmo passando um “corretivo” nos ofendidos e agressores. Nas prisões para averiguações, o Delegado provavelmente definia no âmbito da Delegacia se o delito se tornaria um objeto de inquérito e um caso a mais para os magistrados.

As colocações de Robert Storch, ao analisar a instituição policial da cidade de Londres no início do Séc. XIX, de que o agente agia mais na repressão aos delitos considerados mais graves, enquanto as “pequenas transgressões” tinham livre curso, cabem também para nos referirmos à sociedade na década de 50. A Polícia, às vezes reprimia determinadas práticas e não conseguia controlar outras.

Os jogos, por exemplo, eram largamente praticados na cidade sob o olhar tolerante dos policiais, que freqüentavam assiduamente os clubes de carteados. Já os bordéis, ou os “apetecíveis cabarés”, deveriam ser realmente sedutores para que, em sua ronda noturna não fizessem uma visita às “messalinas”. Afinal, tinham a convicção de que estavam agindo no “cumprimento do dever”, na medida em que “não precisavam” estabelecer uma divisão “tão rígida” entre o momento do trabalho e do lazer.

Aliás, se “bordéis são arenas institucionalizadas de interação de vítimas, criminosos e policiais” como salienta Antonio Luiz Paixão (1982, p. 76), a Pensão Bom Jardim é exemplar, tendo em vista que “mulheres escandalosas acobertavam-se com nomes de Investigadores de Polícia” (OC, Set, 1956).

M. Ignatieff (1987) lança indagações instigantes acerca dos mecanismos de funcionamento das instituições totais. Como os agentes policiais faziam parte de uma instituição, mas também pertenciam à sociedade, precisamos compreender a divisão de trabalho nas funções punitivas que se estabelece entre a sociedade

civil e o Estado. Por outro lado, o fato de pertencerem à comunidade e conviverem cotidianamente com os setores populares obriga-os a práticas de certas cumplicidades, pois “... onde a legalidade oficial e a moralidade popular divergem, sabemos que o suposto monopólio do Estado sobre a detenção e punição pode ser quebrado pela barreira do silêncio” (Ignatieff, 1987, p. 190).

Se se acreditar arduamente na organização racional da instituição, pode-se argumentar que não havia falhas, pois sendo o Delegado e o Inspetor de Quarteirão o braço de poder do Estado, atuavam na repressão às práticas consideradas criminosas. Mais ainda, a cada política de segurança pública definida pelo Estado, simplesmente agiam como correias de transmissão e cumpriam rigorosamente suas funções, já que recebiam as determinações e acatavam-nas.

Todavia, lançando dúvidas sobre a efetividade desse funcionamento dos aparelhos policiais, Paixão alerta que o modelo rígido, estabelecido para essa organização, é constantemente desafiado pelos seus membros nas atividades rotineiras do cotidiano. Destaca que ela “experimenta intensamente o ‘paradoxo da discreção’ –, que consiste numa “coexistência de autonomia de funcionários de nível hierárquico inferior com a rigidez de controles burocráticos formais” (Paixão, 1982, p. 66). Para ilustrarmos essa situação, observemos a denúncia do vereador Mário Romagnolli sobre os policiais da Delegacia de Londrina:

*“Os gatos (policiais) aproveitando-se da inépcia do gatão (delegado), que passa o melhor do seu tempo saboreando o perfumado cafezinho alvorada da Rua 15, em Curitiba, ou então filosofando no seu luxuoso apartamento do São Jorge Hotel, nesta cidade, fazem “footing” na avenida, passeiam pelas ruas em promiscuidade com as famílias, ou se fazem de priminhos de filhinhos de papai, e vão com eles dançar no Grêmio, no Country Club e outros que existem pela cidade” (GN, 13/05/55).*

É necessário, porém, enfatizar que se, de um lado, os agentes policiais não cumpriam necessariamente de forma rigorosa as determinações do que era definido em termos de segurança pública nos níveis superiores, por outro, utilizavam o cargo para se imporem como autoridade na cidade. Provavelmente também recorriam à célebre expressão: “Você sabe com quem está falando?”, ou mesmo à violência para se firmarem como agentes do poder e tirarem algumas vantagens que a posição oferecia.

Entretanto, não é somente esse aspecto do relacionamento “quase patriarcal” dos membros do aparelho policial nas cidades que é apontado como limitador das atividades de segurança. Autoridades do governo estadual, colocavam em xeque a própria competência dos policiais, ao dizerem que a maioria eram de leigos, pois sua formação profissional se dava na “dura escola da experiência” (MSG, 1951).

Como podemos ver, era apontado que os policiais do Estado não recebiam treinamento e nem formação adequada e isso interferia na qualidade do trabalho. Na falta desse aprendizado, as autoridades ligadas à segurança pública tinham a opinião de que as atividades ficavam prejudicadas na medida em que os delinquentes estavam mais sofisticados, pois não eram mais primários, já que utilizavam toda a técnica moderna para a prática dos crimes. Como estavam mais astutos e audaciosos “raras e honrosas são as exceções em tal sentido, sendo absolutamente certo que a laicidade dos seguidores policiais implica, neste caso, sem exceção alguma, na imperfeição do trabalho policial que hoje, mais do que nunca, exige conhecimentos especializados por parte de seus executores” (MSG, 1951).

Além da formação inadequada, a falta de profissionalismo também se constituía num dos pontos negativos da segurança pública. A ausência de um plano de carreira, nos quadros do funcionalismo dos titulares e suplentes das Delegacias e Sub-Delegacias do interior

aparecia em destaque, pois diminuía as responsabilidades do agente policial, já que sua situação não estava definida no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná. Isso encerrava um dilema quando se tratava da segurança, na medida em que “... dificilmente poder-se-ia esperar deles que sofressem todos os pesados ônus que o desempenho da função policial acarreta” (MSG, 1951).

Ainda sobre o quadro de pessoal, havia uma preocupação com o número insuficiente de policiais. Ao se analisar a corporação, afirmava-se que o quadro de funcionários ligados à área de segurança pública havia estacionado, já que permanecia o mesmo no período de uma década. Para piorar ainda mais a situação da Polícia, muitos deles eram desviados de suas funções, ocupando cargos de escrivão, motorista ou outro serviço burocrático (MSG, 1951).

No âmbito da Polícia Militar, um dos principais aspectos apontados que definia um diagnóstico negativo dos serviços que prestava, era o fato de que os voluntários que se apresentavam para trabalhar constituíam-se somente daqueles “rejeitados em todo o emprego civil” (MSG, 1952). Os salários irrisórios oferecidos não eram um atrativo para que homens qualificados deixassem as empresas privadas e ingressassem na corporação.

Além disso, a rigidez dos regulamentos fazia com que os aspirantes se desinteressassem ainda mais do serviço (Idem, 1952). O jornal noticiava que os membros da corporação militar estavam “relegados a mais triste condição (...) salários verdadeiramente de fome percebem (...) refletindo na sua aparência a ponto de lhes tirar o garbo e porque não dizer a própria dignidade, parecendo tudo, menos o que de fato são, soldados (...) Não é possível tal situação continuar de pé, uma vez que, inúmeros soldados estão passando necessidade juntamente com a família” (OC, Jan, 1953).

Diante dessa situação, o governo estadual assinalava que a Polícia Militar tinha sérios problemas com relação ao contingente

de homens, pois apesar de ser aumentado o efetivo, não atingia a “plenitude ideal” exigida para garantir a segurança pública no Estado (MSG, 1952, 1953).

A premissa de que o combate à criminalidade deveria ser feito através de um policiamento ostensivo e repressivo, inclusive com o uso de um grande número de policiais e com armas mais sofisticadas, era largamente defendida por autoridades estaduais, municipais e também pela imprensa. Assim, ao se contabilizar os agentes disponíveis para a realização do trabalho, o argumento era de que havia uma desproporcionalidade diante das reais exigências do Estado na questão da segurança pública. A posição era de que se a população crescia rapidamente, necessariamente isso implicava no aumento dos problemas sociais e da criminalidade. Com isso “aumentar, portanto, os quadros de pessoal, é medida que não se poderá deixar de tomar para que a Polícia fique em condições de cumprir com eficiência sua árdua e delicada tarefa” (MSG, 1951).

Além dos aspectos relacionados ao quadro de pessoal, outros também seriam considerados impeditivos para que o aparelho policial garantisse a tranqüilidade pública no Estado. Tornaram-se freqüentes, por exemplo, referências de que era antiquado na organização e obsoleto na aparelhagem técnica (MSG, 1952).

Um dos pontos era que o regulamento geral da Polícia Civil de 1929, que havia estabelecido alguma forma de especialização para a execução dos serviços policiais, não atendia mais, devido à complexidade dos problemas sociais e ao aumento da criminalidade. Era um dos aspectos a serem resolvidos na década de 50 (DOPS-DEAP, Pasta 01019).

A forma como as Delegacias estavam organizadas era também apontado como um dos empecilhos para que fossem realizados satisfatoriamente os serviços, justamente porque os agentes policiais não tinham prática no desempenho de todos os tipos de tarefas. O fato de um policial ligado à ordem política ir

trabalhar com furtos e roubos, ou vice-versa provocava inúmeros fracassos nas atividades. Em documento de 16/11/51, a Chefatura de Polícia condenava o chamado “rodízio” dos membros da corporação, com o argumento de que “o Delegado de Vigilância, nunca ou demoradamente poderá ser um bom Delegado de Ordem Política ou de Economia Popular, ou de Segurança Pessoal, concomitantemente com a especialização de costumes” (DOPS-DEAP, Pasta 01019).

Em circular de 16/11/1951, a Chefatura de Polícia registrava ainda que, tendo de resolver “delitos” muito diversificados com o trabalho dos mesmos agentes, por um lado, acumulavam os serviços no interior das Delegacias, devido ao montante concentrado em um único órgão, e por outro, as atividades não eram realizadas com a eficiência que se exigia, por não se contar com o profissional habilitado. No documento, questionava-se: “Como policiais das Delegacias de Ordem Política e Social e de Segurança Pessoal seriam capazes de realizar todos os tipos de serviços?” (DOPS-DEAP, Pasta 01019).

Além das deficiências por falta de profissionais que tivessem especialização nos serviços, havia outras que diziam respeito ao excesso de centralização das atividades técnicas da organização policial na capital paranaense. Quanto a isso, observava-se que “cidades chaves como Londrina e Ponta Grossa precisam para atender às suas próprias necessidades e às zonas que centralizam, serviços de Laboratório de Polícia Técnica, de Identificação e Médico Legal. Ou seja, esses órgãos tem que ser levados tanto quanto possível para locais muito próximos de onde se está a exigir o seu emprego” (MSG, 1951).

Em 1952, argumentava-se que uma cidade como Londrina, tendo 40% de inquéritos policiais em relação à capital e transitando por seus hotéis cerca de 28.000 hóspedes a mais do que em Curitiba, a falta de Delegacias Especiais consistia numa lacuna no

serviço policial do interior (MSG, 1952). Segundo o Governo Estadual, esses dados eram mais do que suficientes no momento de definição de uma política de segurança pública para o Paraná, que não poderia se circunscrever à capital, mas se estender para todo o Estado, principalmente “na região Norte, cujo acelerado crescimento produz no mesmo ritmo aumento sensível dos fatores de criminalidade” (MSG, 1952).

Com a “mania de se fundar cidades” nas áreas “novas” do Estado, a mobilidade dos agentes era de vital importância para a eficácia do policiamento preventivo. No entanto, esbarrava no desaparecimento dos meios de transporte, por ter um número reduzido de motoristas e falta de pessoal para cuidar da manutenção da frota de veículos. Segundo o Governo Estadual, o sucateamento mostrava que o órgão estava completamente desorganizado para a execução do policiamento (MSG, 1951).

E, num momento em que as informações eram consideradas imprescindíveis para contatar rapidamente o interior do Estado, o serviço de comunicação não diferia muito do transporte. A Polícia bem que contava com 20 estações rádio-telegráficas, mas não tinha nenhum especialista para operá-las. Por sua vez, cerca de 65% do sistema de rádio, estava paralisado, ora por falta de operadores, ora devido à falta de manutenção dos aparelhos (MSG, 1951).

No diagnóstico feito pelo Governo Estadual, a opinião era de que as Delegacias e Sub-Delegacias do interior, embora fossem instaladas na sua maioria em prédios próprios, não dispunham de mobiliário e material necessário para o pleno funcionamento (MSG, 1951). Com relação a isso, o Chefe de Polícia Major Ney Braga, em circular da Chefatura de Polícia, registrava que havia percorrido alguns municípios do norte do Estado, e tinha observado “alguma deficiência material” dos órgãos “lá sediados” (DOPS-DEAP, Pasta 01019).

Em relação a Delegacia Regional de Polícia, da cidade de



Londrina, o jornal, fazia um apelo ao Chefe de Polícia da seguinte forma:

*“O Sr. Chefe de Polícia deverá deixar o conforto do seu gabinete e vir até nós sentir de perto os vácuos da regional e procurar dentro do seu espírito de bem servir a causa pública, preenchê-lo de imediato, dando ao Delegado Regional os meios indispensáveis para fazer um policiamento a altura desta cidade (Londrina) diferente, trabalhosa e essencialmente rebelde”* (OC, Set, 55).

Diante desse quadro, os meios de comunicação noticiavam constantemente que, devido à ineficiência do aparelho policial, não se fazia uma vigilância rigorosa e um patrulhamento efetivo pelas ruas da cidade. A posição das autoridades estaduais não diferia muito da imprensa, já que também consideravam o “policiamento preventivo praticamente NULO e o repressivo FALHO” (MSG, 1951)\*. Por isso, a opinião com relação ao aparato de segurança pública era de que ou fugia do problema, ou simplesmente não tinha condições de cumprir suas finalidades.

Em suma, autoridades estaduais e municipais, além da imprensa, indicavam vários pontos como causa da inépcia do policiamento, tais como: atuação “quase patriarcal” dos policiais com a população; formação inadequada; falta de profissionalismo; número insuficiente de agentes civis e militares no trabalho de segurança pública; organização antiquada e obsoleta; falta de especialização na execução dos serviços e centralização em demasia das atividades na capital do Estado.

Nesse sentido, a concepção era de que um policiamento eficiente só poderia ser efetivado se se levasse em consideração que a urbanização e os problemas surgidos com ela, pululavam nas inúmeras áreas urbanas. Por isso, pensar em segurança pública, na

---

\* As palavras aparecem em destaque no próprio documento.

conjuntura dos anos 50, teria de ser em novos termos, pois necessariamente deveriam ser levadas em consideração todas as cidades que surgiram e não somente a capital do Estado. A rigor, os serviços policiais deveriam se espriar, já que a vida urbana intensa não era uma característica somente dos grandes centros metropolitanos.

## 2.2 Mudanças na Polícia Civil

No ano de 1951, o governador Bento Munhoz da Rocha dizia que, em termos de segurança pública estava tudo por fazer, na medida em que a Polícia tinha ficado por muito tempo estacionada. E, num tom enfático, concluía que este órgão devia se organizar à altura do Estado do Paraná (MSG, 1951).

As palavras do governador são muito reveladoras, deixando entrever que nesse período foi adquirindo consistência uma proposta visando à ampliação e aperfeiçoamento das técnicas repressivas. Autoridades estaduais, municipais e também setores da sociedade civil, principalmente a imprensa, reivindicavam mais técnicas coercitivas, além daquelas já disponíveis, para resolver o problema da segurança pública.

Quanto a essa forma de tratar a segurança pública, é necessário observar que, embora estivéssemos em plena década de 50, com governo civil considerado democrático, falando-se em desenvolvimentismo e modernidade, não havia uma perspectiva de abrandamento da prática repressiva. Paulo S. Pinheiro (1991, p. 45), referindo-se as transições políticas destaca que

*“Essas instituições, como antes das transições e depois delas, continuam a ter o mesmo papel relevante para a reprodução da ordem hierárquica em sociedades extremamente desiguais, como a brasileira”.*

Nota-se que os governos civis, tanto estadual como federal, eleitos pelo voto dos cidadãos, não empreendiam nenhuma mudança nas práticas utilizadas para a normalização e controle. Como em todos os momentos do regime republicano, na década de 50, também predominava a idéia de que a forma de se combater a criminalidade era através de um policiamento ostensivo e repressivo. Em outros termos, mais policiais nas ruas, com armas mais sofisticadas. Isso demonstra que as “tecnologias políticas” do exercício do poder não foram modificadas, aliás foram reforçadas, como evidenciam as redefinições em termos de segurança pública compreendidas pelo governo estadual.

Portanto, em se tratando da definição de uma política de segurança, as atividades repressivas apareciam imediatamente como estratégia privilegiada para dar uma resposta veemente e rápida à ação dos marginais, ou às atitudes criminosas. O aspecto interessante é que a instância policial passava a ser considerada fundamental para assegurar a ordem pública, tanto na capital paranaense como nas principais cidades no interior do Estado.

Nesse contexto, é significativa a realização da 2ª Conferência Nacional de Polícia, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de justamente estabelecer intercâmbio informativo, de “modo a facilitar a execução de medidas asseguradoras da ordem” e “fomentar o entendimento entre os vários órgãos policiais do país” (apud, Vieira & Silva, 1955, p. 353). Quando nos deparamos com todo um processo de mudanças no aparato repressivo no Paraná e verificamos que esses assuntos, pertinentes à Polícia, foram amplamente discutidos nesse fórum, podemos inferir que a perspectiva de se aprimorarem as estratégias repressivas perpassavam o cenário nacional.

Nessa Conferência Nacional de Polícia, por exemplo, Hermes Vieira e Osvaldo Silva, especialistas que participaram do evento, enfatizavam que havia realmente a necessidade de adaptar

a Polícia às novas exigências da sociedade, pois a conjuntura cobrava uma nova organização dessa instituição. Segundo eles, estava-se “de novo num após guerra, com seus desajustamentos, seus desequilíbrios, suas ânsias de lucros fáceis e a quebra dos padrões morais, tudo agravado pelo alto custo de vida” (Vieira & Silva, 1955, p. 392).

As evidências indicam redefinições significativas no estabelecimento de uma nova política de segurança. Com o processo de urbanização, as atenções se voltaram para as áreas urbanas, por serem consideradas sujeitas a práticas difusas e intensas nos quadros da ordem pública.

Na busca de estabelecer a ordem no espaço urbano, a proposição era de que havia a necessidade de submeter as práticas ilegais a uma vigilância mais estreita e, sobretudo, levar em conta toda a pequena delinquência que escapava facilmente do controle. Para isso, tornava-se premente que as práticas policiais fossem baseadas em “métodos de vigilância mais rigorosos”, “técnicas mais bem ajustadas de descoberta, captura e informação”. Em outros termos, Vieira e Silva (1955, p. 393), defendiam que a sociedade precisava “armar-se de mais úteis e aperfeiçoados instrumentos de defesa e organizar de modo mais racional sua Polícia, no sentido administrativo, que objetiva proteger não só o patrimônio do Estado e a vida de sua coletividade, mas todos os valores sociais existentes”.

Nota-se, nas palavras de Vieira e Silva, a necessidade de o aparato policial se organizar de modo racionalizado, podendo-se inferir que o objetivo era de manter uma intimidação constante, com regularidade, patrulhando ativamente toda a cidade para garantir a disciplina e a ordem pública. Por sua vez, a imprensa tinha a opinião de que era necessário “reforçar o policiamento, pois a coisa não pode continuar como está, sob pena de um cidadão não poder sair mais a rua desarmado, ou que é mais grave, deixar, por horas que seja, sua casa” (FL, 05/04/55).

Com o surgimento de inúmeras cidades e o crescimento acelerado de outras, como aponta o trabalho de Vilmar Farias (1983), a preocupação das autoridades passava a ser as diferenciadas práticas de vida presentes nas áreas urbanas, não somente da capital paranaense, mas de inúmeras cidades espalhadas por todo o Estado do Paraná. Para que a Polícia pudesse enfrentá-las, teria que necessariamente organizar uma estrutura mais burocratizada para realização das atividades.

Para atender a demanda por segurança pública, de imediato, preconizava-se que se substituísse uma Polícia cujos membros faziam “da experiência e do tirocínio profissional a mola real dos sucessos alcançados” (MSG, 1953) por uma instituição ocupada por técnicos e profissionais especializados. O Sr. Abilon S. Naves – Presidente do PTB do Paraná –, numa visita a Londrina, declarava em campanha que julgava “de vital importância a reforma da Polícia Civil. E que seus cargos passem a ser ocupados por técnicos e não por elementos improvisados, como acontece, por exemplo, com São Paulo, cuja Polícia Civil especializada constitui motivo de orgulho aos paulistas” (FL, 17/09/52).

Podemos perceber que o Sr. Abilon S. Naves falava sobre as mudanças que diziam respeito à própria estrutura da corporação e do quadro de pessoal, objetivando ter profissionais mais habilitados. Trataremos a seguir, mais especificamente sobre o primeiro aspecto.

Procurando dar uma resposta imediata aos anseios dos grupos enriquecidos, mas também tendo a concepção de que, com os desequilíbrios sociais, aumentava-se a responsabilidade do aparato repressivo, o Chefe de Polícia Major Ney Braga, em circular da Chefatura de Polícia datada de 19/12/53, comunicava aos Delegados de todo o Estado:

*“O governo reestruturará, ainda este ano, a Polícia Civil com nova divisão territorial e nova organização. Teremos um reaparelhamento material. Enfim, o governo tomará as medidas para que a polícia alcance os outros setores do Paraná e não se atrase (DOPS-DEAP, Pasta 01019).*

Com isso se inicia o processo de reorganização da Polícia e as primeiras medidas implementadas foram o desligamento da Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça e a criação de um cargo comissionado de Chefe de Polícia, no quadro geral do funcionalismo público civil do Estado. Para o governo, essa providência era fundamental para que houvesse autonomia nos serviços policiais (MSG, 1948).

Para termos uma idéia das profundas mudanças, até 1948 a estrutura básica da Chefatura de Polícia era a seguinte: I - Gabinete, II - Departamento de Protocolo, Expediente e Contabilidade, III - Penitenciária Central do Estado e Prisão Provisória da Capital, IV - Delegacia de Polícia, V - Guarda Civil, VI - Departamento Médico Legal, VII - Serviço de Trânsito, VIII - Instituto de Identificação, IX - Laboratório de Polícia Técnica.

Além desses órgãos, a instituição era composta por mais cinco grandes Delegacias Especializadas: I - Ordem Política e Social, II - Vigilância e Investigações, III - Segurança Pessoal, IV - Falsificações e Defraudações e V - Economia Popular.

Ao se buscar uma estrutura formal mais burocratizada, com o intuito de desenvolver um trabalho profissionalizado, algumas Delegacias foram desdobradas e outras criadas. Com essas mudanças, a Chefatura de Polícia chegou ao final da década de 50 com 14 Delegacias Especializadas, oito a mais do que em 1948. Tendo uma estrutura ampliada, o Governo Estadual baixou o Decreto nº. 8245 em 24 de maio de 1962, aprovando um Regimento que definia as atribuições de cada uma das Delegacias Especializadas, dos órgãos técnicos e auxiliares e da distribuição das Delegacias

Regionais, além das atividades do Chefe de Polícia, Delegados Auxiliares, Especializados, Regionais, Distritais, Subdelegados, Comissários, Detetives e Agentes.

Na continuidade dessas medidas de aperfeiçoamento das práticas repressivas, criou-se a Secretaria de Segurança Pública, no ano de 1962, para dirigir todos os serviços na área de segurança pública no Estado, extinguiu-se a Chefatura de Polícia e se determinou que a Polícia Militar ficasse subordinada diretamente ao Secretário de Segurança. Com essa centralização do comando das Polícias Civil e Militar, procurava-se resolver o problema de indisciplina dos policiais militares, que ora não atendiam às solicitações do Chefe de Polícia, ora não respeitavam a hierarquia.

Todavia, é importante saber como se desencadearam todos os passos desse percurso, desde o momento inicial, em 1948, até o seu momento final, em 1962, embora, desde já, deva ser frisado que as estratégias de aperfeiçoamento das técnicas repressivas estejam sempre em mutação, ou para utilizar outro termo, sejam um eterno *continuum*.

### **2.2.1 Delegacias Especializadas\***

Já em 1951, o Governo do Estado, tratando da segurança pública, propunha algumas mudanças na forma de organização das Delegacias Especializadas. Para ele, a Delegacia de Segurança Pessoal deveria ser transformada em Delegacia de Costumes, a Delegacia de Vigilância e Investigação em Delegacia de Furtos e Roubos, e a Delegacia de Ordem Política e Social em Delegacia de Estrangeiros (MSG, 1951).

---

\* As informações sobre as Delegacias foram retiradas do Decreto nº 8245 de 24/05/1962, do Regimento da Chefatura de Polícia, por estarem contidas de uma forma mais sistematizada as atribuições de todos os órgãos que compunham a Chefatura de Polícia.

Essa proposta inicial do Governo teve algumas modificações em seu percurso, na medida em que somente parte das formulações foram acatadas. O governo, por exemplo, propusera a transformação da D.O.P.S. em Delegacia de Estrangeiros, mas somente se desmembrou o Serviço de Estrangeiro dessa instituição, que tornou-se um órgão especializado. Num segundo momento, foi criada a Delegacia de Estrangeiros através do Decreto n°. 7249 de 15/12/1956, mas manteve-se a Delegacia de Ordem Política e Social.

A formação da Delegacia de Estrangeiros deveu-se à necessidade do governo de controlar o fluxo de imigrantes que se dirigiam ao Paraná. Para isso, se montou todo um aparato, tanto na capital, como no interior com o intuito de vigiar todos os passos das pessoas, desde o momento que adentravam, até quando saíam do Estado.

Quanto à preocupação de controlar os imigrantes, é bastante sintomático o fato de membros da Delegacia de São Paulo apresentarem, na Conferência Nacional de Polícia realizada no Rio de Janeiro em 1951, a proposta de criação de um fichário nacional para o registro de estrangeiros. A intenção era de que os órgãos estaduais não operassem isoladamente e fornecessem dados dos seus arquivos para o serviço do Distrito Federal (Vieira & Silva, 1955, p. 375).

No Paraná, a competência do Serviço de Estrangeiro, após 1956 transformado em Delegacia de Estrangeiro, foi de registrar todos os imigrantes que residiam ou que viriam a residir no Estado, seja em caráter permanente ou temporário. O anúncio da Delegacia, num jornal de Londrina, é bastante ilustrativo:



*“A Delegacia Regional de Polícia de Londrina avisa aos estrangeiros em geral, que desejarem obter carteira de identidade modelo 19 que o Serviço de Registro de Estrangeiro do Estado, pelo seu Chefe de Seção, atenderá aos interessados, nesta Delegacia, no período de 16 a 31 de maio do corrente. Convida outrossim, os estrangeiros que ainda não cumpriram a obrigação legal de se registrarem em qualquer dos serviços de Registro de Estrangeiros do Brasil, a comparecerem nesta Delegacia no período acima, a fim de legalizarem a respectiva situação” (GN, 19/05/55).*

Nessa Carteira de Identidade modelo 19, anotava-se as mudanças de endereços dos imigrantes, se eles exerciam atividades remuneradas ou não e se pretendiam fazer alguma alteração em sua situação de permanência no território brasileiro. Além disso, numa ação coordenada com o Ministério da Justiça, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, essa Delegacia fiscalizava os embarques e desembarques de estrangeiros, se estavam em caráter temporário no país, e comunicava àqueles que moravam nas residências ou hotéis o prazo no qual deveriam deixar o território brasileiro (Decreto 8245, 24/05/62).

Para exercer esse tipo de controle, a Delegacia de Estrangeiros enviava assiduamente listas e fichários de imigrantes que residiam nas zonas urbanas ou rurais para que fossem devidamente fiscalizados. Se essa ação fiscalizadora não obtivesse os resultados esperados, tinha ainda a competência de investigar e reprimir os que tivessem cometido alguma infração prevista no Código Penal. Em última instância, promovia a expulsão e o repatriamento dessas pessoas ao seu país de origem, embora, deva ser enfatizado que essa prática não representava nada de inédito, na medida em que isso foi largamente utilizado no Brasil em todo o período republicano.

Se a D.O.P.S perdeu suas atribuições no que se refere ao controle dos estrangeiros, não diminuiu muito sua área de atuação e

muito menos o rol de suas atribuições. No Regimento da Chefatura de Polícia, Decreto nº. 8245 de 24/05/1962, ficou sendo de sua competência a prevenção e repressão dos crimes ligados à organização do trabalho, segurança dos meios de comunicação, alguns serviços públicos e diversas contravenções penais.

A Delegacia de Ordem Política e Social tinha também a atribuição de fiscalizar as matérias-primas utilizadas pelas empresas na fabricação de armas, munições e explosivos. Além disso, procurava controlar a comercialização dos produtos, observando quais eram as pessoas que iriam adquiri-los e para que fim iriam utilizá-los.

Nesse sentido é que o Dr. Alvim de Souza, Delegado Chefe da DOPS do Rio de Janeiro, apresentou estudos na Conferência de Polícia realizada em 1951, alegando que era necessário tomar medidas sérias para regulamentar e fiscalizar o comércio e uso de explosivos, armas e munições, dado o aumento desse tipo de comércio (apud Vieira & Silva, 1955, p. 368).

Ficou estabelecido que era de competência da DOPS controlar a posse de armas de fogo, de defesa pessoal e esporte. Assim, locais como estandes e clubes de tiros, mas também particulares, só podiam utilizar armas desde que obtivessem licenças para isso. Para ter um controle maior sobre as que estavam em circulação, foi organizado um registro de propriedade, seja daquelas licenciadas ou das que haviam sido apreendidas no Estado (Decreto 8245 de 24/05/62).

Com essa estratégia, a DOPS pretendia controlar toda a circulação de armas, que ia desde o momento de sua fabricação até o consumidor final. Não é por acaso que, em Londrina, o Delegado José A. Pimpão fez um comunicado na Folha de Londrina de 19/05/55 para as pessoas que desejassem usar armas;

*“Licença para condução de armas em veículo e registro de arma de fogo.*

*A Delegacia Regional de Polícia de Londrina, avisa aos interessados em geral, que desejarem obter licenças para a condução de armas em veículos (revólveres, pistolas) e registro de armas de fogo, que a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) pelo seu Delegado adido, atenderá aos interessados nesta Delegacia no período de 18 a 28 de maio do corrente.*

*Documentos exigidos:*

*a - Atestado de residência e conduta, expedido pela Polícia da localidade*

*b - Registro da arma de defesa pessoal*

*c - Certidão negativa, expedida pelo escrivão do crime*

*d - Carteira de identidade e Certificado de Reservista*

*e - Autorização do pai ou tutor, menor de 21 e acima de 18 anos de idade”.*

Sobre a área de competência da DOPS é importante frisar ainda que, embora tenha se afastado do controle direto sobre o trânsito dos imigrantes pelo Estado, passou a fiscalizar o movimento dos hotéis e pensões, que em grande parte eram ocupados por eles. No desenvolvimento dessas atividades, fazia o registro desses estabelecimentos, expedia matrículas de agenciadores e carregadores e controlava o livro de registro dos hóspedes. Para padronizar esse trabalho, instituiu um livro e uma ficha modelo em todo o Estado para serem anotadas todas as entradas e saídas dos estabelecimentos.

Percebe-se que, dado o grande movimento de pessoas pelo Estado, a Delegacia de Ordem Política e Social procurava vigiar todos que passavam pelo Paraná, tanto os estrangeiros como os migrantes nacionais. Todavia, a formação de outras Delegacias Especializadas indica que essa reorganização da Polícia se deu de uma forma mais ampla.

As mudanças tinham o objetivo também de que a Polícia fosse “projetada para atuar como instrumento polivalente de

disciplina urbana”, provavelmente para tocar “diretamente em aspectos chave da vida diária, iniciando assim uma batalha contínua com os costumes locais e com a cultura popular” (Storch, 1984/85, p. 15). Nesse sentido, no bojo das transformações da organização policial, foi criada a Delegacia de Costumes, a Delegacia de Jogos e Diversões e também a Delegacia de Menores (Decreto 7250 de 15/12/56).

As atribuições da Delegacia de Costumes eram de tocar nas denominadas contravenções estabelecidas pelo Código Penal de 1941. Interessante é o fato de que permaneceu o mesmo corpo de leis, implantado durante a ditadura varguista, nos governos considerados democráticos, podendo-se inferir que a forma como o Estado tratava a população não havia se modificado.

Para isso, a Delegacia tinha a incumbência de investigar, prevenir e reprimir a prostituição, evitando que afetassem a moralidade pública, comportamentos que pudessem afetar a honra e a dignidade das famílias, as manifestações que contrariassem a moral e os bons costumes e ainda a venda ou mesmo a exposição de livros, desenhos e gravuras que ofendessem a moral (Decreto 8245 de 24/05/62). Neste sentido, é bastante significativo que na Conferência Nacional de Polícia realizada em 1951, tenha sido feita uma proposta, pelos representantes da Delegacia de São Paulo, de que as Chefaturas de Polícia entrassem “em acordo com as autoridades postais a fim de examinarem, caso por caso, a conveniência ou necessidade de impedir a circulação de publicações obscenas, consideradas como tais, tanto as ilustradas como as simplesmente escritas” (Vieira & Silva, 1955, p. 376).

Coube à Delegacia de Costumes a repressão dos vadios, dos embriagados e dos falsos mendigos que andavam perambulando pelas ruas, já que eram considerados “inimigos da sociedade”. Para a realização de tal atividade, dava andamento a inquéritos das Delegacias do Interior que precisavam de um trabalho mais

detalhado, fazia investigações, diligências e atuava também na repressão em todo o Estado (Decreto nº. 8245 de 24/05/1962).

A formação da Delegacia de Jogos e Diversões mostra que se evidenciou uma forma de concepção ampliada de crime que a Polícia passou a controlar e reprimir. Nesse sentido, é sintomático o fato de que uma das principais atribuições da Delegacia de Jogos e Diversões fosse justamente o de exercer vigilância sobre casas de diversões, cinemas, teatros, campos de futebol, circos, dancings, boites, sociedades recreativas e agências lotéricas que faziam a prática de jogos considerados proibidos.

Para que pudesse exercer o controle desses locais, a Delegacia de Jogos e Diversões detinha a prerrogativa de expedir os Alvarás de Licença provisórios, até que considerasse o estabelecimento em condições de receber o definitivo. Tinha o poder de cassar licenças ou alvarás dessas casas, caso estivessem perturbando o sossego público ou com atividades contrárias aos bons costumes, mas também de fazer uma censura prévia e o policiamento de projeções cinematográficas, representação de peças teatrais, execução de músicas, divulgação na imprensa de anúncios e cartazes e transmissões radiofônicas.

Além de se criarem Delegacias que tratavam sobre as contravenções, definidas pelo Código Penal de 1941, outras foram organizadas ao longo da década de 50. Como foi mencionado anteriormente instituiu-se também a Delegacia de Menores pois, o problema da criança era considerado uma questão de segurança a ser resolvida pelo poder público. Havia constantemente notícias sobre mendicidade e de atos considerados ilícitos empreendidos por meninos e meninas nos jornais. A imprensa procurava tornar a população depositária de formulações sobre a necessidade de impor práticas mais rigorosas de controle sobre os que ocupavam o espaço cidadão.

A criação da Delegacia de Menores, no ano de 1956,

mostra de forma prática uma medida tomada para lidar sobre um segmento social, indicando que o tratamento dispensado a ele, não era somente beneficente ou assistencialista.

Assim, essa Delegacia ficou responsável em vigiar menores que perambulavam pela cidade e encaminhá-los ao Judiciário para que fossem tomadas as devidas providências. Como órgão especializado, tinha a competência de exercer a vigilância sobre menores de 18 anos, tomando medidas de prevenção, assistência e proteção. Para isso, providenciava a descoberta dos abandonados, delinquentes, viciados, mendigos ou falsos mendigos. Além disso, fazia um controle para que não se entregassem às práticas consideradas delituosas. Na Delegacia, eram cadastrados em prontuários, para depois serem entregues a quem era de direito.

Esse processo de reorganização da Polícia nos anos 50 caminha das contravenções penais para os crimes definidos pelo Código Penal, aprovado no começo da década de 40, que funcionou por acréscimos do que era considerado delituoso, causando uma inflação da delinquência, apesar de a curva do que é considerado delito, na sociedade brasileira, de uma maneira geral, sempre ter sido ascendente.

Assim, a Delegacia de Vigilância e Investigações se desdobrou em duas. Criou-se a Delegacia de Investigações e Capturas e a de Furtos e Roubos (Decretos n<sup>os</sup>. 4555 e 4556 de 24/08/56).

Apontando realmente para a especialização das atividades, a Delegacia de Furtos e Roubos ficou com a competência de investigar, prevenir e reprimir os crimes contra o patrimônio, tais como furto simples e qualificado, roubo e receptação de objetos. Isso traduz claramente a obsessão presente na sociedade capitalista em torno da proteção da propriedade privada. Havia a convicção de que era necessário combater sem tréguas “pessoas desonestas”, pois dizia-se que se estava num período em que os recursos honestos

“ofereciam-se”, a todos, sendo preciso somente possuir o interesse em aproveitá-los.

Já a Delegacia de Investigações e Capturas ficou com a incumbência de investigar os crimes de homicídio simples, qualificado e culposo, de auxílio ao suicídio e de lesão corporal, além de atuar na investigação e capturas de delinquentes e na prevenção dos atos delituosos. Vigiava também as atividades de pessoas com antecedentes criminais, localizava e intimava aquelas que haviam sido indiciadas e acusadas para apresentá-las aos órgãos competentes. Completava o rol de tarefas a manutenção de fichários, a elaboração de anotações de pessoas desaparecidas e de criminosos e o empreendimento na captura de insubmissos e desertores requisitados por autoridades militares.

Para realizar essas atividades a Delegacia de Investigações e Capturas aboliu o “sistema antiquado de papeletas”, que “era conferido a um agente” (MSG, 1957), substituindo por um fichário geral de mandados de captura, com pastas de cada fato que facilitavam na análise de pistas que foram seguidas ou mesmo a seguir. Com essa nova forma de trabalho, o Delegado e o Chefe de Seção podiam observar cotidianamente o andamento dos casos e, verificar relatórios circunstanciados das investigações. Por sua vez, os superiores podiam dar assistência técnica, bem como ampliar recursos e materiais concedidos aos agentes envolvidos para que, na Delegacia, não ficasse arquivado mais “um caso não solucionado” (MSG, 1957).

Nesse período foram criadas também a Delegacia de Crimes Contra a Fazenda Pública e a Delegacia de Serviços Especiais (Decreto nº. 1965 de 04/05/61). Com relação à segunda, chama a atenção o fato de que uma de suas atribuições fosse justamente de investigar os motins de presos que ocorriam nas penitenciárias do Estado.

Com todas essas mudanças na Polícia Civil do Paraná, a

instituição passou a contar, no final da década de 50, com as Delegacias Especializadas de Auxiliar de Polícia, Acidentes de Trânsito, Costumes, Crimes Contra a Fazenda Pública, de Estrangeiros, Economia Popular, Falsificações e Defraudações, Furtos e Roubos, Investigações e Capturas, Jogos e Diversões, de Menores, Ordem Política e Social, Serviços Especiais e Segurança Pessoal.

Esse novo quadro organizacional das Delegacias Especializadas representa o momento crucial do processo de reorganização da Polícia, desencadeado no final da década de 40. Mudanças que se iniciaram em 1948, com o desligamento da Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça, e se encerraram com a criação da Secretaria de Segurança Pública, em 1962.

### **2.2.2 Delegacias Regionais**

A reorganização da Polícia não se limitou às mudanças nas Delegacias Especializadas, uma vez que o Governo Estadual também voltou suas atenções para as Delegacias do Interior, principalmente em relação àquelas situadas nas cidades que passaram pelo fenômeno da urbanização.

Para o governo do Estado era necessário que os órgãos regionais tivessem edificações especialmente construídas para esse fim. Mais ainda, no momento era fundamental não poupar esforços para se obterem melhorias nas dependências das Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas.

Além de aparelhar essas Delegacias Regionais, nas sedes dos municípios, foram instaladas também Postos de Polícia nos distritos das cidades de maior porte. Em Londrina, várias matérias foram veiculadas pelos jornais locais informando sobre o reaparelhamento do organismo policial. O interessante é que



podemos perceber a dinâmica do processo ao ser noticiado que o “titular da 13ª R.P. sediada em Londrina está estudando o reaparecimento dos postos policiais existentes nos diferentes patrimônios do município, bem como a criação de outros mais para atender as crescentes necessidades oriundas do aumento demográfico” (FL, 17/01/54).

Afinada com a política do governo, a imprensa acompanhava de perto as medidas que envolviam a questão de segurança pública no Estado. E se em 1954 a instalação de Postos nos patrimônios aparecia de forma embrionária, como mostra a notícia citada anteriormente, dois anos após, o Governo do Estado, através do Decreto nº. 1297 de 23/05/1956, criou no município de Londrina duas Delegacias Distritais. Segundo o jornal “... há tempos vinha publicando notas referentes a necessidade de se instalar em Londrina pelo menos duas delegacias distritais, volta a noticiar com satisfação que se empenha atualmente o novo delegado da nossa regional no sentido de criar as referidas delegacias que já se acham em vias de conclusão” (GN, 01/04/56).

Como podemos perceber, a informação era de que as Delegacias Distritais estavam em fase de conclusão. Acreditamos que isso se deva ao fato de que, embora o Governo tivesse criado via decreto, havia necessidade de instalá-las em prédios próprios nos patrimônios da cidade.

No entanto, a criação de Delegacias Distritais, visando ao aprimoramento das técnicas repressivas não se constituía somente numa emergência local, restrita à cidade de Londrina, mas tinha nexos por todo o Estado.

Na década de 50, foi constante no discurso dos governadores a presença de uma política de criação de Delegacias. No começo de 1957, o governo informava que pelo Decreto nº. 5.222 de 20/09/56 haviam sido criadas duas Delegacias Distritais na cidade de Ponta Grossa e pelo Decreto nº. 6.714 de 20/11/56

criadas mais doze Delegacias Regionais pelo interior do Estado, nas seguintes cidades: 24<sup>a</sup> - Bandeirantes, 25<sup>a</sup> - São Jerônimo da Serra, 26<sup>a</sup> - Porecatu, 27<sup>a</sup> - Jaguapitã, 28<sup>a</sup> - Cruzeiro do Oeste, 29<sup>a</sup> - Toledo, 30<sup>a</sup> - Palmas, 31<sup>a</sup> - Santo Antonio da Platina, 32<sup>a</sup> - Palmeiras, 33<sup>a</sup> - Reserva, 34<sup>a</sup> - São José dos Pinhais, 35<sup>a</sup> - Bocaiúva do Sul.

Percebemos que na política de segurança pública definida por Lupion e Munhoz da Rocha, havia uma preocupação de estender a ação do aparelho repressivo por todo o Estado, inclusive espalhá-lo para as cidades de menor porte. A intenção do governo, com essa medida, era cobrir todo o Estado para que a maioria dos centros urbanos fossem policiados, por Delegacias Regionais instaladas nas sedes dos municípios ou por Delegacias Distritais localizadas nos patrimônios e distritos. Para o governo, o importante era que nenhuma localidade, por mais isolada que fosse, ficasse sem a cobertura da organização policial.

A estratégia de criar essas Delegacias deve-se à preocupação de que os “foragidos da lei” tinham facilidades de se locomoverem pelo Estado. Muitas vezes davam golpes, praticavam atos ilícitos numa cidade e se escondiam em outra.

Dessa forma, através do Decreto n°. 8245 de 24/05/62, o Paraná foi compartimentado em regiões, municípios, distritos e bairros para que se obtivesse maior eficiência dos serviços policiais. Com esse esquadramento, o Estado ficou dividido em 44 regiões policiais, tendo como critério as áreas geo-econômicas. As Delegacias instaladas nas regiões foram classificadas em 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, e 5<sup>a</sup> categorias.

As Delegacias de 1<sup>a</sup> categoria, num total de 12, tinham sedes nos municípios de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória, Guarapuava, Cascavel, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá, Paranavaí e Pato Branco. Como eram responsáveis pelo policiamento de áreas

maiores e também por terem sido instaladas em locais com maior destaque econômico, foram constituídas de Secção de Furtos e Roubos, de Investigação e Capturas, Hotéis e Pensões, de Transportes e Manutenção, além de órgãos técnicos como de Identificação, Serviço Médico Legal e de Polícia Técnica. Os cargos de direção deveriam obrigatoriamente ser ocupados por Delegados de Polícia de carreira ou por oficiais superiores da Polícia Militar do Estado.

Por sua vez, as Delegacias de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª categoria tinham uma organização mais simples, composta somente de Secção de Investigação e Capturas e Secção de Carceragem. Os cargos poderiam ser ocupados por Comissários de Polícia, membros da Polícia Militar, funcionários estáveis da Polícia ou cidadãos brasileiros de livre escolha do Chefe de Polícia (Decreto nº 8245 de 24/05/62).

Londrina, além de ser sede da 13ª Delegacia Regional de Polícia, possuía mais quatro Delegacias Distritais. Além desse aparato público, foi fundado também, na década de 50, um órgão que executava serviços particulares de vigilância, assinalando que Londrina se distinguia das demais cidades do Estado enquanto cidade emergente que, em pouco tempo, já estava entre as 500 maiores do país.

Num documento da D.O.P.S, foi registrado que no dia 02 de maio de 1950 o Sr. Edmundo Garcia, um “homem progressista e de visão ampla”, tinha fundado a Guarda Urbana na cidade de Londrina, com o “objetivo de coadjuvar o trabalho da Polícia Civil” (DOPS-DEAP, Pasta 01776). Era destacado também que o efetivo dessa instituição se constituía de 08 homens.

Segundo informação dos próprios jornais da cidade, as atividades executadas pela Guarda Urbana em pouco tempo obtiveram enorme êxito, estendendo-se rapidamente a várias cidades circunvizinhas, tanto que, já no decorrer da década de 50, prestava

serviços de vigilância em Jacarezinho, Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá.

No final do anos 50, foi instalada uma agência da Guarda Urbana na cidade de Curitiba, de caráter provisório, com a alegação de que era necessário observar durante um certo tempo os serviços que o órgão se propunha a realizar. Esse período de observação não demorou muito, tendo em vista que o Chefe de Polícia Dr. Alfredo Pinheiro Júnior, em 21 de Janeiro de 1958, expediu alvará de funcionamento.

Logo em seguida, com o argumento de que a capital do Estado era o “centro nervoso de todas as decisões políticas administrativas”, todos os órgãos da direção geral da Guarda Urbana foram transferidos para Curitiba. Podemos concluir que, com a criação da sexta divisão e a mudança de todos os seus órgãos diretivos para a capital paranaense, essa instituição sem ter completado dez anos de existência, assumia dimensões estaduais.

Através dos jornais, é possível identificar os motivos que levaram à formação desse órgão de vigilância, primeiro em Londrina, depois em várias cidades do Estado. Os argumentos mais utilizados pelo diretores eram de que no contexto da realidade paranaense, a Guarda Urbana contribuía para garantir a tranquilidade e a segurança da população. Que suas atividades caracterizadas pelo “apito do vigilante”, representava uma “boa noite amigo, e um penhor seguro”. Isso porque tinha “... como principal obrigação patrulhar as vias públicas num determinado horário noturno que é das 22 às 5 horas da manhã. Opera como polícia ostensiva e de prevenção” (GN, 09/08/56).

Ainda que o diretor da entidade, no momento em que prestava contas das atividades de vigilância, houvesse destacado a eficiência da Guarda Urbana, pode-se perceber facilmente que sua ação sempre foi marcada pela inconstância. Por exemplo, embora fundada em 1950, passou por períodos sem desempenhar

regularmente suas atividades. Essas oscilações no trabalho de vigilância se deve à própria forma como funcionava.

Na prestação de contas feita ao Legislativo Municipal, o diretor enfatizava que a renda para a manutenção da Guarda Urbana era oriunda de contribuições voluntárias de moradores que tinham suas ruas públicas vigiadas pelos guardas urbanos. Todavia, não havia sido estabelecida nenhuma taxa fixa e nem mesmo a obrigatoriedade no pagamento de algum numerário e isso interferia no funcionamento e na própria regularidade dos serviços, já que, muitas vezes, tinha de conduzir as atividades levando em consideração as expectativas dos usuários.

Essa dependência em relação aos usuários se constituía num dos principais problemas da Guarda Urbana, pois segundo o Sr. João Amorim a população não entendia claramente a função desse órgão de vigilância, destacando que não era somente de “prender ladrões”, mas também de “cuidar de extraviados, de atender doentes, enfim de resolver pequenos casos” (GN, 09/08/56).

Certamente, as contribuições aumentavam ou diminuíam de acordo com a maior ou menor percepção de insegurança dos moradores por causa dos marginais, mas também se a Guarda Urbana estava, de fato, agindo na luta contra a “onda de roubos” que assolava a cidade. A correspondência ou não dessas expectativas dos usuários interferia na dinâmica das atividades de vigilância da Guarda Urbana. É por isso que, às vezes, ficava longos períodos sem exercê-las e, em outros momentos, era mais constante.

Diante dessa irregularidade no funcionamento da Guarda Urbana, dava-se destaque tanto a revitalização do órgão em 1956, como a volta do Sr. João Amorim, por considerar que isso iria modificar a dinâmica e a própria eficiência dos serviços de vigilância. O jornal comentava que “os poucos dias de permanência entre nós, do Inspetor Chefe, já nós é dado observar a retidão do serviço e as novas ordens que dentro em pouco colocarão a Guarda Urbana,

no conceito público, perdido com o abandono dos Chefes anteriores” (OC, Jun, 56).

Apesar dos atropelos e das vicissitudes da ação da Guarda Urbana, o Inspetor Chefe declarava que desconhecia organismos particulares e oficiais que não devessem algum serviço prestado pela Guarda Urbana (GN, 09/08/56). Assim, com o lema de “bem servir, com honra e lealdade”, a Guarda Urbana passou a ser mais uma das instâncias, a partir da década de 50, encarregada de policiar o espaço urbano de Londrina e das principais cidades do Estado do Paraná.

É importante destacar que o trabalho de vigilância da Guarda Urbana era realizado em conjunto com o aparato público, já que a perspectiva na política de segurança pública do Estado era de realmente realizar as atividades concatenadamente, envolvendo todos os órgãos, que iam desde as Delegacias Especializadas até as Delegacias Regionais e Distritais.

Além dessa articulação no interior do Estado, procurava-se desenvolver um trabalho conjunto com os aparelhos policiais do restante do território brasileiro. Por exemplo, o Delegado Mário Fernandes, da Delegacia de Vigilância e Investigações, em documento de 16/11/51 entregue ao Chefe de Polícia, afirmava que “grande e eficiente tem sido o auxílio espontâneo prestado pela Polícia paranaense às Polícias de outros Estados como por exemplo os que cuja situação geográfica estão colocados próximos ao Paraná, o que facilita os meios de transporte e fácil acesso dos foragidos da lei, a esses Estados e vice-versa, os quais freqüentemente vem beneficiando-se e sendo beneficiados com a colaboração da Polícia paranaense como por exemplo os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais entre si se vem auxiliando sobremaneira na elucidação mais eficiente de seus inúmeros casos a resolver” (DOPS-DEAP-Pasta 01020).

Nesse mesmo ano, o General Cyro Resende, Chefe de

Polícia do Distrito Federal, enfatizava que tinha o objetivo de fomentar a cooperação entre os vários órgãos policiais do país, para que tivessem uma orientação segura na prevenção e repressão.

Portanto, se no âmbito estadual, a preocupação era de estender a ação do aparato repressivo por todos os núcleos urbanos, no federal a perspectiva era de que agissem de forma conjunta, unindo a ação de todos os organismos policiais dos Estados “para maior segurança da vida interna do país” (apud Vieira & Silva, 1955, p. 361).

Assim, percebe-se que se procuravam desenvolver os serviços de forma integrada no âmbito interno, e numa estreita cooperação entre as Polícias de todos os Estados, não só na prisão de marginais, como na troca de informações.

### **2.2.3 Órgãos Técnicos e Auxiliares**

Como parte integrante de todo esse processo de reorganização do aparato repressivo no Estado, algumas inovações no âmbito científico começaram a ser feitas para auxiliar os serviços policiais. Vários órgãos técnicos passaram a colaborar com o aparelho policial. O governo estadual justificava que o objetivo era de constituir, no Paraná, a Polícia Científica (MSG, 1950).

De imediato, o Instituto de Identificação, que estava restrito à capital paranaense, estendeu suas atividades para várias localidades no interior do Estado. Com a criação de 06 secções regionais, cidades como Londrina, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaguá e Tomazina passaram a dispor desse tipo de serviço.

Criado nas décadas iniciais da República com o nome de Gabinete de Identificação, teve o seu nome alterado para Instituto de Identificação, na década de 30, embora ainda tivesse mantido suas atividades na capital. No final da década de 40 estendeu seu raio de ação para o restante do Estado. Isto indica que, nessa

conjuntura, as autoridades tinham a percepção de que o aparato repressivo deveria se organizar dentro de uma nova perspectiva.

No momento de sua criação, Maria I. M. de Boni (1985) mostra que a preocupação das autoridades era de identificar, entre a população, o homem honesto e trabalhador do vagabundo e do marginal. Essa prática de distinguir os “homens de bem” entre os segmentos populares se expandiu para as principais cidades do interior após a Segunda Guerra Mundial, devido ao acentuado processo de urbanização e agudização dos conflitos sociais.

A criação dessas seções regionais do Instituto de Identificação, em 1948, demonstra que as pessoas a serem identificadas, para serem vigiadas e controladas, no período do pós-guerra, estavam dispersas por inúmeras cidades. Nota-se que o serviço policial não concentrava mais suas atividades somente na capital, mas havia se espreado por inúmeras localidades do interior do Estado.

Neste sentido, é significativo que, três anos depois, fosse apresentada na Conferência Nacional de Polícia de 1951 a tese de instituir um Serviço de Identificação que tivesse uma consideração especial com a população do interior, que nesse período se avolumava.

Para as autoridades que estiveram presentes no evento da capital da República, esses departamentos instalados nas cidades do interior “muito auxiliariam as atividades da Polícia, pois todas as autoridades compreenderam o valor da identificação, que fixa a personalidade humana e permite, graças aos arquivos organizados descobrir, muitas vezes, autores de delitos misteriosos, favorecendo, por igual, a descoberta da identidade de cadáveres desconhecidos ou que se tornem irreconhecíveis pelas circunstâncias desastrosas que ocasionam a morte a um ser humano” (Vieira & Silva, 1955, p. 366).

Com relação ao Laboratório de Polícia Técnica, o governo



estadual investiu na compra de um “detentor de mentira”, considerado um aparelho científico que iria “auxiliar na descoberta de fatos misteriosos” (MSG, 1958). A aquisição foi anunciada de forma triunfalista, por ser o “único do país”. Além disso, foi construído um auditório, objetivando ter um espaço mais adequado ao “reconhecimento, sem a menor dúvida, dos que infringiam a lei” (Idem). Ao serem identificados, os infratores eram fichados num arquivo “monodátilar”, onde se colhiam as impressões digitais de cada dedo individualmente, e depois da forma mais convencional, no “decadátilar”, muito utilizado na confecção de Carteiras de Identidade.

Além desses órgãos que passaram por algumas inovações, foram criadas a Divisão Postal e de Rádio Comunicação e a Rádio Patrulha. Logo em seguida, receberam uma soma significativa de recursos; o primeiro para agilizar a comunicação, e o segundo porque tinha apresentado, em outras cidades do país, ótimos resultados como Polícia preventiva e muita eficiência na repressão às desordens.

A Divisão Postal e de Rádio Comunicação foi transferida em 1958 para um prédio próprio, com o objetivo de que tivesse “melhores possibilidades de trabalho, tanto ao pessoal de transmissões, como ao de rádio-manutenção” (MSG, 1958). Essa nova instalação tinha também uma infra-estrutura adequada para o funcionamento de uma Escola de Rádio-Eletricidade e de Rádio-Telegrafia. Do ponto de vista técnico, o novo local permitia ainda que o sistema de irradiação operasse perfeitamente, pois aproveitava melhor a potência dos transmissores.

O Serviço de Rádio Patrulha era considerado de suma importância por fazer um policiamento mais constante nas ruas das cidades. Dentro da nova perspectiva da segurança pública, era “notável no policiamento”, na medida em que uma patrulha motorizada realizava, com 3 policiais, o serviço de 30, já que em cada um dos postos havia um sistema de comunicação onde os

condutores dos veículos eram rapidamente comunicados pela torre de operações, podendo com isso informar de antemão os percursos a serem seguidos (MSG, 1957).

Nessa Mensagem de 1957, há também a informação de que os Serviços de Rádio Patrulha foram criados em Londrina, Ponta Grossa e Paranaguá com a justificativa de que essas cidades tinham uma vida noturna mais intensa, por isso precisando serem melhor policiadas.

Analisando uma notícia da Folha de Londrina de três anos antes, notamos que o Delegado Regional declarava ao jornal que estava fazendo todos os esforços no sentido de organizar o serviço de Rádio Patrulha na cidade (FL, 04/02/54). Interessante ressaltar ainda o fato de que esse tipo de patrulhamento já havia sido criado pela Guarda Urbana em 1952, para “atender a quaisquer emergências que pudessem surgir durante o período de ronda noturna daquela corporação de vigilantes” (FL, 13/08/52).

Com relação a esses órgãos técnicos, é necessário salientar que o Departamento Médico Legal também foi dinamizado, ao ser instalado nas principais cidades do Estado. Além disso, através da Lei nº. 3014 de 03/01/57, foi criado um cargo de toxicologista com a exigência de que fosse ocupado somente por pessoas portadoras de diploma do Curso Superior de Química.

As medidas indicam claramente que o objetivo do governo era de que o aparato repressivo fosse tecnicamente mais bem dotado, para atender às crescentes demandas por segurança pública de um Estado “tangido por desmedido ritmo de evolução”.

## **2.2.4 Política de Pessoal**

Para que se tivesse uma “Polícia Científica”, além das mudanças organizacionais na instituição, concomitantemente o governo traçou uma nova política com relação aos agentes da

corporação. A opinião era de que, com as “novas e crescentes responsabilidades” do aparato repressivo, seria necessário que tivessem uma posição estável no trabalho.

Para isso, os membros da corporação passaram a pertencer ao quadro geral do funcionalismo público civil, com a criação de um plano de carreira para diversos cargos. A de Delegado foi o primeiro a ser criado em 1948. A intenção do governo com tal medida era de que as novas Delegacias que estavam sendo instaladas em diversas cidades fossem ocupadas por pessoas com uma situação de caráter permanente.

Como podemos notar, vai no sentido da burocratização e racionalização das atividades policiais, pois as Delegacias Regionais passaram a ser dirigidas não mais por leigos com posição indefinida, mas por um Delegado de carreira que havia ingressado no cargo por concurso. Todavia, as mudanças não atingiram somente os cargos de comando, mas diversos níveis da corporação, já que pela Lei nº. 1038 de 10/11/52 foram criadas as carreiras de Escrivão e Agentes de Polícia e pela Lei nº. 3014 de 03/05/57, as de Detetive e Comissário de Polícia.

Dentro dos novos planos, revitalizou-se e ampliou-se o quadro de funcionários, através de concurso. Nas admissões do ano de 1958, havia 234 candidatos para o cargo de Escrivão de Polícia, mas só foram aprovados 57 e para o ingresso na carreira de Guarda Civil, havia 375 inscrições, mas somente 107 selecionados (MSG, 1958).

Foram instituídos também concursos para os próprios membros da instituição policial que já pertenciam ao quadro do funcionalismo e almejavam ocupar cargos mais elevados. Para as autoridades entre o “agente de Polícia e o Delegado deparava, cada vez mais, a necessidade de uma ascensão através de cargos preenchidos por meio de rigoroso concurso” (MSG, 1957).

No plano de carreira implementado pelo governo, o agente

policial era promovido de acordo com o seu desempenho e tempo de serviço. Porém devemos salientar que, nessas organizações, nem sempre se seguiam os critérios de capacidade e competência do funcionário para as promoções internas.

A criação de um plano de carreira dentro do quadro do funcionalismo representava um primeiro passo. Significava mais para o agente policial do que propriamente para a instituição, já que essa medida garantia regularidade no emprego. Geralmente, logo após criar esses cargos, o governo regulamentava suas atribuições. Para ficarmos apenas num exemplo, através do Decreto nº. 16.846 de 23/05/58, regulamentou as atribuições dos cargos de Detetive e de Comissário de Polícia.

Portanto, as mudanças empreendidas pelo governo objetivavam criar um corpo de funcionários rigorosamente selecionados por concursos. Neste sentido, é significativa a notícia do jornal Gazeta do Norte de 10/06/55:

*“13ª Região Policial*

*‘Agente reservado ou Congênere’*

*Atendendo as instruções contidas no ofício circular nº. 142/G(...) da Chefatura de Polícia do Estado, fica expressamente proibido a todas as autoridades policiais, subordinadas a 13ª Delegacia Regional de Polícia, a expedição, sob qualquer pretexto de carteiras ou outros quaisquer documentos, à elementos estranhos ao quadro de servidores policiais para o exercício da função denominada ‘Agente reservado ou Congênere’.*

*Dr. José A. Pimpão*

*Del. Regional de Polícia*

A preocupação era de que a situação dos policiais não fosse mais marcada pela ambigüidade, mas sim pela estabilidade. O governo entendia que somente lhes facultando uma posição sólida é que poderiam desempenhar satisfatoriamente as atividades e agir

com firmeza ao se defrontarem com situações adversas. Porém, as mudanças não cessaram aí, na medida em que havia também uma preocupação com sua formação e preparação. A concepção era de que não adiantava somente fazer uma rigorosa seleção no momento do concurso.

Nesse sentido é que, na Mensagem à Assembléia Legislativa, em 1951, o Governo já mencionava em seus pronunciamentos a necessidade de organizar uma Escola de Polícia que ministrasse cursos especializados para a formação e aperfeiçoamento dos agentes policiais.

Percebemos que essas preocupações perpassavam o cenário nacional, pois no mesmo ano, na Conferência Nacional de Polícia, uma das teses aprovadas referia-se à criação de Escolas de Polícia em todos os Estados, pois a “Polícia moderna” não poderia se valer mais de agentes leigos (Vieira & Silva, 1955, p. 383). Oswaldo Silva, que apresentou a sugestão nesse encontro, ao tratar especificamente do Estado de São Paulo, afirmava categoricamente que era necessário fazer “de cada policial um especialista inteiramente integrado nas suas funções específicas. Urge selecioná-lo, dar-lhe treinamento cuidadoso, bem como os meios bastantes para uma atuação condigna” (Vieira & Silva, 1955: 402).

Enfatizava-se que somente através dos cursos, os policiais manteriam em dia seus conhecimentos sobre as várias modalidades de crimes. A criação da Escola aparecia como algo premente, pelo simples fato de que a Polícia “precisa(va) evoluir e aprender sempre, para bem combater a criminalidade (MSG, 1953). Embora esse órgão tenha sido inaugurado somente em 1964, já no início da década de 50 o governador Bento Munhoz regulamentou alguns cursos de formação de agentes da corporação.

Pelo Decreto nº. 8092 de 24/12/53 foram regulamentados os cursos de formação de Escrivães e Agentes de Polícia e escolhido o Dr. Arlindo Blume, diretor do Laboratório de Polícia Técnica,

para ministrar as aulas. Dois anos depois, através da Lei nº. 2533, adotou-se o mesmo procedimento em relação à formação dos Guardas Civis.

Embora houvesse essa preocupação do governo com a preparação dos policiais, isso não funcionou com regularidade na década de 50. Foi somente no início da década de 60 que o governador Ney Braga, ex-Chefe de Polícia, através do Decreto nº. 11.470 de 20/04/63, incluiu na estrutura da Secretaria de Segurança Pública a Escola de Polícia, composta por uma Diretoria e um Conselho Técnico Administrativo. Ao continuar as medidas de reorganização, pelo Decreto nº. 14.039 de 04/02/64 foi aprovado o regulamento da instituição, com a organização de vários cursos, dentre eles o intensivo de criminologia.

Com todas essas mudanças em diferentes âmbitos na Polícia Civil, a intenção do governo era de estruturar um órgão mais preparado para o patrulhamento nas ruas das cidades. Segundo Oswaldo Silva e Hermes Vieira (1955, p. 402) “o momento era da técnica, do planejamento racional. Não havia mais possibilidade de êxito as improvisações, aos processo empíricos e rotineiros”.

Para o governo, somente uma instituição organizada segundo os princípios da “racionalidade” e auxiliada por bases científicas, o trabalho de combate aos criminosos seria eficiente, pois os objetivos definidos a priori seriam previamente alcançados.

### **2.3 Rearticulações na Polícia Militar**

No bojo dessas mudanças do aparato repressivo no Estado, houve também algumas rearticulações na Polícia Militar para que atuasse como força mantenedora da ordem. Essa perspectiva não era restrita ao Estado do Paraná, pois na Conferência Nacional de Polícia, defendeu-se a tese de que as Polícias Militares poderiam desempenhar um papel relevante no policiamento ostensivo.

A opinião mais comum no evento do Rio de Janeiro era de que deveriam ser aumentados os efetivos da Polícia Militar levando em consideração o índice demográfico (Vieira & Silva, 1955, p. 379). No Paraná, nota-se que havia semelhanças nessa concepção de política de segurança pública, tanto que dois anos depois, o Governo Estadual, em Mensagem a Assembléia Legislativa, destacava que para a Polícia Militar “realmente desempenhe a atribuição de policiamento no interior do Estado, se faz necessário o aumento do efetivo atual de soldados e graduados em mais de mil homens, para que só o interior do Estado, receba um contingente de seiscentos a setecentos homens, cobrindo eficientemente as exigências de segurança pública” (MSG, 1953).

Outro ponto levantado na Conferência Nacional foi sobre a necessidade de que o aparato repressivo dos Estados ficasse sob um comando único. No Paraná, esse processo de centralização deu seus primeiros passos em 1948, com a criação da Chefatura de Polícia, e se efetivou em 1962 ao ser instituída a Secretaria de Segurança Pública. Portanto, o que havia sido implementado no Paraná, aparecia três anos depois, para ser debatido no plano federal.

Quanto ao papel da Polícia Militar na segurança pública, já no final dos anos 40, o Governo Estadual desligou a Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça, mas permitiu que o Chefe de Polícia requisitasse agentes dessa corporação para atuar no policiamento ostensivo. Aliás, conforme tese aprovada na Conferência do Rio de Janeiro era fundamental a “adoção de medidas capazes de permitir a subordinação ao comando disciplinar dos Chefes de Polícia do Distrito Federal e dos Estados e Territórios, das instituições mantidas pelos cofres das respectivas municipalidades, destinadas a execução do policiamento ostensivo” (apud Vieira & Silva, 1955, p. 380).

Essa providência constituía-se num dos maiores problemas

da segurança pública, tendo em vista que eram constantes as reclamações do Chefe de Polícia sobre a atitude de insubordinação dos policiais militares, tanto na hora de execução de algum trabalho, como no próprio atendimento das solicitações. Concluiu-se que isso acontecia no Paraná, porque a Polícia Militar ficou subordinada ao Secretário do Interior e Justiça e não à Chefatura de Polícia.

Independentemente desses atritos entre os dois órgãos, algumas medidas foram tomadas com relação à Polícia Militar. Uma das primeiras, foi a aprovação do uso obrigatório de uniformes, com insígnias e distintivos (Decreto nº. 5434 de 14/01/49). O interessante é que, dois anos após, o plano de uniforme aparece nas discussões da Conferência de Polícia como um dos requisitos fundamentais para a padronização e uniformização das Polícias Militares de todo o país.

Com a preocupação de definir também o papel da Polícia Militar dentro da política de segurança pública no Paraná, foi aprovado o Estatuto dos Servidores Militares do Estado no final da década de 40 (Decreto nº. 241 de 06/09/49). Nesse regulamento, foi estabelecida a hierarquia, a função militar, os deveres e os direitos.

Esses procedimentos indicam que a Polícia Militar estava sendo rearticulada pelo Governo Estadual, com a determinação de critérios normativos que iam desde a definição de suas atribuições até a regulamentação de condutas e comportamentos dos seus membros. Para o governador Bento Munhoz da Rocha, com as mudanças que se processavam, a instituição deixaria de ser “um organismo que aparentemente é amorfo e dispendioso, transformando-se em um corpo de segurança, cujos elementos serão de fato um símbolo de segurança e tranqüilidade e confiança em todos os setores de sua ação” (MSG, 1953).

Portanto, percebemos que a Polícia Militar passava a ter um papel relevante como força repressiva. Isto porque, nessa década, cresce a percepção de que os “aspectos da criminalidade”



constituíam-se em “algo problemático” a ser enfrentado. Diante disso, mais um órgão foi rearticulado para garantir a segurança pública. Embora Sérgio Adorno (1994, p. 138) esteja referindo-se ao contexto atual, podemos inferir que, na conjuntura dos anos 50 “o poder público, através das políticas de segurança pública implementadas pela Polícia Militar”, também concebiam o “controle da criminalidade como uma espécie de guerra civil entre autoridades e bandidos”.

Todavia, para empreender essa “guerra civil” contra os supostos bandidos, as autoridades ligadas à área de segurança pública ofereceram melhores condições de trabalho, implantando um programa de saúde para prestar assistência aos policiais militares e a seus familiares e procurando melhorar seus rendimentos. O Governo do Estado, em Mensagem à Assembléia Legislativa, colocava em destaque o serviço de saúde da briosa Corporação, que em inspeção, serviço de ambulatório, visitas domiciliares, cirurgia, serviço hospitalar e clínica médico-cirúrgica, vinha mantendo a saúde dos elementos da Polícia e de suas respectivas famílias” (MSG, 1951).

Com relação à efetividade dessa assistência médico-social prestada, em 1958, registrava o Governo que haviam sido feitas 14.877 consultas de diversas áreas, como: ginecologia, obstetrícia, puericultura, odontologia, otorrinolaringologia e oftalmologia (MSG, 1958). Com todas essas mudanças, o governo procurava conceder estabilidade, segurança e tranquilidade ao policial militar e sua família, para que pudesse desempenhar satisfatoriamente sua função.

Esse novo tratamento com relação aos membros da Corporação Militar, melhorando seus vencimentos e criando um plano de assistência, era usado com o objetivo de atrair novos candidatos que não fossem somente aquelas pessoas rejeitadas pelo mercado de trabalho da iniciativa privada.

A perspectiva do governo do Estado era de que oferecendo

vantagens para o ingresso no quadro da Polícia Militar, far-se-ia uma seleção dos melhores candidatos. Por sua vez, a própria população seria beneficiada, pois haveria uma mudança qualitativa no serviço de segurança pública prestado por esse órgão.

Um dos aspectos mais significativos dessas mudanças refere-se a própria instrução do policial militar. Argumentava-se que se vivia um novo momento, em que os “problemas sociais cresciam a cada instante”. Com isso o agente militar deveria também receber “instrução técnico-profissional de policial” para que exercesse todas as atividades de “vigilante urbano, rural, de estrada, florestal, de portos, aéreo, noturno, de trânsito, de presídios, de investigações, costumes, ordem social e política e principalmente no combate ao crime, ao lenocínio, polícia técnica e científica, identificação, rádio, comunicações e rádio patrulha” (MSG, 1953).

O Governo Estadual apontava essa necessidade, no Paraná, pelo fato de São Paulo e Distrito Federal já estarem realizando mudanças nesse sentido. Nesses Estados, o programa de ensino constituía-se de 80% de instruções técnicas de policiamento e somente 20% de conteúdos militares. A concepção que permeava essas mudanças era de que a corporação não ficasse como “tropa militar exclusivamente, e sim como elemento de polícia, nas suas múltiplas e variadas funções” (MSG, 1953).

Para viabilizar as novas atribuições da corporação, o Centro de Preparação Militar organizou um curso com aulas regulares para Formação de Oficiais Combatentes da Polícia Militar. Recrutas, candidatos a cabo e sargento recebiam ensinamentos militares, mas sobretudo policiais (MSG, 1951).

Em 1958, o Governo Estadual enfatizava que os soldados e os estagiários estavam recebendo diversas instruções para que ficassem “aptos para o desempenho da função policial” (MSG, 1958). Entretanto, embora se perceba que, nesse período, estivesse ganhando consistência a concepção de que era necessário atribuir

aos agentes ensinamentos mais policiais do que militares, por outro lado, deixava-se claro que “não se descuidou do preparo militar da tropa como reserva do Exército Nacional” (MSG, 1953).

Uma outra experiência que acontecia nos Estados mais populosos e que foi rapidamente adotada no Paraná foi a chamada dupla “Cosme e Damião”. A alegação para a implantação dessa forma de policiamento era que essas “célebres duplas de soldados” colheram no Rio de Janeiro “notáveis resultados” com o “policiamento intensivo”, conforme enfatizava a Folha de Londrina de 29/10/55.

Esses mecanismos que buscavam aperfeiçoar as técnicas repressivas reproduziam-se rapidamente, pois no ano de 1955 falava-se que, diante da qualidade do serviço prestado pela dupla “Cosme e Damião” na Capital da República, as autoridades estaduais tinham a intenção de implantá-la na capital paranaense, mas um ano depois apareciam notícias sobre esse serviço policial na cidade de Londrina. Portanto, o que havia sido projetado para ser instalado na capital do Estado, no período de um ano estendeu-se para várias cidades do interior.

Com a reorganização do aparato policial nessa década, é bem provável que as demais cidades de “vida noturna mais intensa” receberam os serviços da dupla Cosme e Damião. Em Londrina, em pouco tempo de trabalho a imprensa já comentava que vinha sendo realizado “um excelente trabalho de policiamento das nossas ruas, fiéis a uma linha de conduta por todos os títulos digna. Que mantenham sempre, são os nossos votos” (FL, 18/07/56).

Uma outra concepção presente nesse processo de rearticulação do aparato repressivo é de que, se esse agente assimilou os ensinamentos técnicos-profissionais, com ênfase nas atividades policiais, precisava também estar equipado o suficiente para enfrentar os “criminosos”. Assim, foram compradas metralhadoras de mão, tipo Madeson, modelo brasileiro, calibre 45. A escolha deste tipo

de armamento ocorreu porque “a arma em apreço, enquadra-se perfeitamente aos requisitos para o armamento policial, uma vez que é de grande efeito moral, e de precisão apenas para o tipo de pequena distância, podendo ser empregada sem grandes riscos, mercê da pouca penetração dos projéteis” (MSG, 1953).

Esse armamento tinha uma outra característica importante para o uso no policiamento ostensivo nas ruas das cidades porque era uma “arma leve, de boa empunhadura e manejabilidade, corresponde as necessidades da corporação, de maneira cabal e decisiva, quanto a função policial, emprestando-lhe capacidade de enfrentar os malfeitores e os perturbadores da ordem, em qualquer dos costumeiros terrenos em que agem eles” (MSG, 1953).

De uma maneira geral, algumas mudanças foram implementadas na Polícia Militar para que atuasse no policiamento ostensivo e repressivo, demonstrando objetivamente que a repressão constitui-se numa prática permanente, independentemente da natureza, do tipo do Estado ou do regime político. É certo que, na conjuntura dos anos 50, a Polícia Militar foi reorganizada para atuar no combate às desordens públicas e no combate à criminalidade em geral no Brasil.

# **CAPÍTULO 3**



## AAÇÃO POLICIAL NO COTIDIANO DA CIDADE

### 3.1 As práticas repressivas no espaço citadino

Com todo o processo de reorganização do aparelho policial, para enfrentar a questão da segurança pública, acentuou-se a frequência de policiais pelas ruas, na contenção de atividades individuais e coletivas.

As evidências indicam que o aparato repressivo, tendo uma estrutura baseada num “desenho racional” e auxiliada por “bases científicas”, aumentou enormemente a possibilidade de as pessoas serem abordadas por terem condutas e comportamentos considerados transgressores ou ilícitos.

Com a atuação conjunta das Polícias Civil e Militar, com todo o aparato técnico e a Guarda Urbana, as ações repressivas que tocavam diretamente no cotidiano das pessoas adquiriram maior densidade. Segundo relato em um jornal, esse serviço de patrulhamento era realizado “durante todos os dias e noites adentro em todos os pontos da cidade com a maior afluência de gente (...) onde quer que seja estão os policiais a postos para ação imediata” (OC, Out, 52).

A segurança pública, a vigilância e a repressão ocupou um tempo considerável do aparato policial, na medida em que os grupos sociais que perambulavam pelas ruas e praças da cidade causavam “aborrecimentos” e às vezes, eram até vistos como “inconvenientes” para um espaço pretensamente moderno.

Nessas ações do aparelho policial fica visível que a tarefa de normalização social se espalhou, impondo um certo “padrão básico de ordem urbana”, pois as atividades controladoras se estenderam para amplos aspectos da vida das pessoas, tanto que, até os “gaitos na beira da calçada já sabiam da existência de policiais dispostos a reprimir suas cretinices” (OC, Maio, 53). Com isso iria “ser iniciada uma severa repressão aos indivíduos que se postam nas calçadas, nas vias públicas, portas e cinemas a atirar chicletes e gracinhas a moças e senhoras” (FL, 09/05/53).

Com as operações por todos os espaços públicos, a Polícia prendeu um rapaz porque cantava num bar e outros dois homens por agressão e escândalo no ponto de ônibus (FL, 03/09 e 02/06/52). No empreendimento dessas atividades, adentravam-se também os espaços privados, pois foram detidos vários jovens numa residência por realizarem baile nos dias 1 e 2 de novembro, o que era considerado proibido pela lei, por ser um feriado religioso (FL, 07/11/53).

Demonstrando como a força policial estava melhor estruturada no desencadeamento dessas operações repressivas, a Folha de Londrina de 08/08/53 informava que num só mês haviam sido efetuadas prisões sob motivo de vadiagem, mendicância, desordens, embriaguez e detidas várias pessoas para averiguação.

Tendo uma atenção especial com as pessoas que perambulavam pelos espaços públicos da cidade, o Chefe de Polícia Ney Braga, em circular do dia 19/03/53, determinava que as Delegacias Regionais fizessem uma verificação constante e severa nos parques de diversões (DOPS-DEAP, Pasta 01019). Ordenava ainda que, caso fosse necessário, poderia ser exigida identificação nas ruas ou mesmo nos locais em que se realizavam os bailes.

No período de carnaval, a atenção era redobrada, pois segundo as autoridades, constituía-se num momento privilegiado para abusos e excessos. Para o Chefe de Polícia Major Ney Braga,



na circular enviada aos Delegados em 19/03/53, eram necessárias medidas preventivas e acauteladoras para que os festejos se realizassem num “ambiente de perfeita ordem” (DOPS-DEAP, Pasta 01022).

Com relação as manifestações populares, as do mês de Junho também mereciam uma atenção especial. A determinação era de que todas as Festas Juninas fossem fiscalizadas para assegurar à população merecido sossego e repouso. Como medida preventiva, a Chefatura de Polícia, através da portaria nº. 369 de 1955, regulamentou a utilização de fogos, autorizando a venda de alguns tipos, proibindo de outros e aplicando multa aos infratores (GN, 16/06/55).

Com essas ações regulares, ficou mais difícil para o homem comum, “desrespeitar a lei” ou mesmo empreender alguma prática às escondidas, pois o aparelho policial empreendia um trabalho constante de vigilância em todos os espaços públicos e ambientes fechados. Ao vigiar o comportamento cotidiano, o aparato repressivo coibiu inúmeras práticas e até mesmo gestos aparentemente sem importância.

As ciganas Rosa e Mera, por exemplo, pertencentes a um grupo social que carrega forte estigma, não escaparam da ação policial e foram detidas. Nessa “guerra aberta” contra inúmeras práticas de vida dos grupos populares que ocupavam a cidade, a ocultista Tereza ganhou destaque na imprensa ao ser noticiado que “chegando ao conhecimento da autoridade, a vigarice de Madame, por intimação policial teve que comparecer ao Gabinete de Interrogações, onde tomou conhecimento dos propósitos do Delegado, dentre os quais a repressão a contravenção” (OC, Maio, 55).

Fica visível, portanto, que havia sido estabelecida uma política repressiva em relação à população de características multifacetadas, considerada com potencial para abalar os pilares da sociedade.

Outra prática que ocupava uma atenção especial era a pequena, mas extensa delinquência. Os pequenos golpes e os diversos expedientes utilizados para se obter algum dinheiro deixava os grupos enriquecidos aflitos. Com isso, aumentou a repressão para acabar com a denominada “economia das ilegalidades”, que tanto ameaçava a propriedade das pessoas que vieram para a região e ascenderam socialmente, seja com a economia cafeeira ou com a especulação imobiliária.

Com relação a essa preocupação, Michel Foucault (1991, p. 71) mostra em seu trabalho que nas reformas das instituições disciplinares no momento de consolidação da sociedade capitalista, a intenção foi de justamente conter a “pequena delinquência”, que era uma criminalidade característica das massas.

No Brasil, devido ao montante dessas pequenas infrações nas cidades no pós-guerra, chegou a ser proposto, na Conferência de Polícia realizada no Rio de Janeiro de 1951, a criação dos Tribunais de Polícia em todas as capitais dos Estados. Essas instâncias seriam responsáveis por efetuar o “juízo rápido” dos delitos, para descongestionar o trabalho das Varas Criminais e das Delegacias de Polícia. No interior, o trabalho seria realizado pelos Juizes de Direito.

Essa preocupação em agilizar o trabalho de “fazer a justiça” se inseria também numa estratégia de controle social, pois especialistas que compareceram ao evento no Rio de Janeiro alegavam que a disciplina “melhoraria consideravelmente porque desapareceria do espírito popular a impressão de que não há justiça, de que há apenas impunidade, porque um fato hoje praticado, de natureza banal, secundária – uma simples contravenção – era muito depois julgado” (Vieira & Silva, 1955, p. 386).

Do âmbito da justiça para o aparelho policial, as operações se intensificaram para que diminuíssem as possibilidades de ocorrer os pequenos golpes. Através das colunas “Registro Policial” e

“Ronda pela Cidade” da Folha de Londrina, é possível apreender a característica das ações empreendidas pela cidade. Pessoas eram presas para averiguação simplesmente porque havia uma suspeita, outras detidas e conduzidas à Delegacia porque apenas “pareciam criminosas”, além do patrulhamento repressivo e preventivo pelas ruas para coibir a ação dos supostos “marginais”.

Seguindo essa linha de ação, um membro da Guarda Urbana, em sua ronda noturna, interpelou dois indivíduos que traziam malas em atitude suspeita. Ao serem abordados, os homens saíram correndo pela Rua Duque de Caxias e entraram num matagal. O vigilante apesar de não prender os “laráprios”, conseguiu reaver o produto do roubo, que eram vários cortes de roupa de um imigrante alemão que residia no hotel próximo à rodoviária (FL, 15/05/52).

Em outro momento, policiais, numa política de empreender todos os esforços “no sentido de livrar a cidade dos maus elementos”, efetuou a prisão de duas pessoas por estarem em “atitude suspeita”. Nessa mesma blitz, deteve ainda para averiguação várias pessoas que foram encontradas pela madrugada sem documentos, uma outra que não conseguiu comprovar sua ocupação e uma terceira por suspeita de furto (FL, 03/05/55).

Quanto a essa estratégia ostensiva e repressiva não é de se estranhar, por que em toda a trajetória do regime republicano a eficiência da Polícia sempre foi mensurada dentro desses parâmetros. Assim, quanto maior o número de detidos ou presos, melhor sinal de que estão sendo produzidos os efeitos necessários no combate aos considerados marginais e atendendo as demandas por segurança pública.

Ao trilhar por esse caminho, no ano de 1953, a Polícia efetuou mais de 20 prisões num só dia, conforme noticiava a Folha de Londrina de 05 de Setembro. Logo que se produziam os resultados esperados, a imprensa se manifestava informando que a

população tinha um pouco de sossego e sentia-se “dentro de um clima de segurança” (OC, Maio, 55).

No que se refere a comportamentos ou condutas, vemos também o nível de intolerância em relação às várias modalidades de jogos que envolviam dinheiro. Tão logo criada a Delegacia de Jogos e Diversões, em 1957, esse órgão realizou um intenso trabalho para acabar ou pelo menos coibir o jogo do bicho, book-maker, rifas, jogos em parques, bares e clubes.

No ano de 1958, o Governo Estadual relatava que haviam sido “realizadas 14 diligências pelo interior do Estado, na campanha de repressão aos jogos proibidos, nas cidades de Antonina, Cornélio Procopio, Paranaguá, Irati, Lapa, Arapongas, Londrina, Cambé, Ibiporã, Bandeirantes, Rolândia e Abatiá” (MSG, 1958).

É importante frisar que nessa década ocorreu uma acirrada campanha contra os jogos e a Polícia procurava agir na detenção dos contraventores. Para isso, a Delegacia de Jogos e Diversões, auxiliada pelas Delegacias Regionais, exercia constante vigilância sobre as diversas modalidades, tanto em ambientes fechados como nas ruas.

Já no início da década de 50, um agente policial deteve Greco e Clodomiro porque praticavam o jogo do enroladinho nas proximidades do Café Guarany (FL, 16/05/52). Em 1954, ao assumir o cargo, o Delegado Miranda Assy anunciava que uma das principais tarefas a ser desenvolvida pela Delegacia Regional de Polícia era empreender drásticas medidas com o intuito de acabar com os jogos chamados “vidinha” praticados nos bares da cidade (FL, 08/01/54).

Em pleno auge da campanha contra os jogos, em 1955, o Delegado numa palestra, acompanhado pela imprensa, declarava que estas práticas contraventoras não ocorreriam mais na cidade (GN, 17/03/55).

Neste sentido, a notícia de que “cumprindo a risca as

determinações do Delegado Soares Caldas investigadores fecharam o clube dos veteranos, localizado na Vila Nova e prenderam o Vice Presidente da entidade além de vários jogadores profissionais” veiculada pela Gazeta do Norte em 06/03/55, mostra a ação da Polícia num dos locais onde eram mais incidente os jogos.

No entanto, esse controle estava entrelaçado a outras ações repressivas mais pontuais, nos locais classificados de afrontadores da moral e dos bons costumes, ou “viveiros de delinquentes”. Assim, a Polícia incidia suas ações sobre boates, bares, pensões e pequenos hotéis que eram freqüentados por pessoas que supostamente representavam um perigo à ordem pública.

Para exercer esse patrulhamento ativo, realizavam-se desde revistas, prisões e detenções para averiguações, até diligências. Segundo o Delegado Regional, a ação dos agentes policiais deveria ser empreendida sobre qualquer pessoa, bastando somente que estivesse “sem ocupação e sem documento” (FL, 03/05/55).

As operações policiais nos locais de prostituição tornaram-se comuns, pois diariamente se investia sobre a denominada “Rua do vício e do pecado”, realizando blitzens. Numa dessas ações a Polícia efetuou “diligência contra os estabelecimentos que empregam decaídas como garçonetes e que em realidade não passam de chamarizes a agir com grande audácia e despudoradamente a luz do dia” (FL, 09/02/55).

Os policiais, no “cumprimento do dever” utilizavam vários expedientes ou métodos para conter práticas consideradas prejudiciais à sociedade e a imprensa comunicava que vinha se “realizando com sucesso todas as madrugadas diligências pela zona do meretrício, recolhendo malandros e suspeitos que se encontra no local” (FL, 06/03/55).

A repressão cotidiana envolvia todos os órgãos encarregados da segurança pública, tendo em vista que, a Polícia

Militar, através da dupla Cosme e Damião também estava desempenhando suas múltiplas e variadas tarefas nas missões policiais, estabelecidas após a sua reorganização. O Comandante declarava que nas operações da Polícia Militar estavam sendo feitas “revistas tão somente na zona do meretrício (ruas e casas) em bailes públicos e em pessoas suspeitas na calada da noite” (FL, 25/07/56).

Nas palavras do Comandante da Polícia Militar, podemos perceber que a ação policial recaía sobre os bailes públicos, freqüentados pelos grupos populares e em relação às pessoas “suspeitas na calada da noite”, indicando que embora houvesse essa repressão generalizada por toda a cidade, perpassava também uma preocupação de prevenção e de constante intimidação, com uma atuação mais cerrada nos locais considerados mais perturbadores, para que ficassem circunscritos e controlados e não se espraiassem para o restante da cidade.

Nesse sentido, o Delegado justificava que as revistas de suspeitos nos bares da cidade eram para evitar imprevistos, e que a manutenção de um policial com serviço permanente em determinados estabelecimentos era importante porque constituíam-se em locais onde o “tempo era quente” (FL, 31/07/52, 04/06/58).

Após as corriqueiras revistas, batidas e blitzens isso redundava em prisões de pessoas que freqüentavam os locais considerados “denegridores” da imagem hegemônica em torno da modernidade e da prosperidade. Assim, Marly, Cilena e Luiz Gonzaga foram presos porque estavam embriagados e se agrediram mutuamente na “zona do baixo meretrício” e detidas Diva e Rosemary que, “devido ao visível estado de embriaguez, promoviam desordem no lupanar” (FL, 24/06 e 22/05/52).

Em relação ao espaço da prostituição as práticas do aparelho policial não se limitaram às prisões e detenções de malandros, marginais, jogadores, embriagados e prostitutas. Para

as autoridades, era necessário uma verdadeira operação de desarmamento, tal a quantidade de clientes que perambulavam pelo local armados.

Portanto, a operação para controlar a circulação de armas na cidade de Londrina não se limitou à regulamentação do uso através de licenças e registros concedidos pela Delegacia de Ordem Política e Social, mas se estendeu a constantes ações repressivas nos locais de prostituição.

Em notícia de 07/09/55 a Folha de Londrina informava que na blitz realizada pelo Del. José A. Pimpão, havia sido apreendida “na zona do meretrício, sábado último, cerca de 30 armas entre pistolas automáticas, garruchas, revólveres, facas e punhais cujos proprietários não exibiram licença especial para portá-las” (FL, 05/07/55). Evidenciando uma certa regularidade nas ações, dois meses depois o Delegado voltou a área de prostituição em nova blitz e recolheu “numerosas armas, como facas, punhais, revólveres, pistolas e garruchas” (FL, 07/09/55).

Todavia, essas operações de desarmamento não se circunscreveram à “zona do baixo meretrício” e outros ambientes fechados, como bares e pensões. A avaliação era de que “existia muita gente armada” andando pelos espaços públicos ameaçando a população – eram os chamados “valentões”. Para isso, a Delegacia passou a realizar com certa frequência ações para apreender armas, ou mesmo impor empecilhos para que diminuíssem a quantidade em circulação.

Para a imprensa “o recolhimento de armas e o novo regulamento para o uso da mesma, vem ganhando utilíssimo terreno na questão da moralização da cidade, pois temos notado a “horadeira” (sic) dos que estavam habituados a andar armado por aí, se exibindo valentemente, ameaçando os pacatos cidadãos londrinenses” (GN, 22/05/55).

As ações não cessaram aí. Além desse trabalho de

patrulhamento constante nas ruas e em locais considerados “perigosos”, desenvolveram-se atividades mais meticulosas para desbaratar grupos de delinquentes que agiam organizadamente na cidade.

Em inúmeros casos, agentes policiais desenvolviam minucioso trabalho até chegar às pessoas envolvidas nos crimes. As atividades poderiam demandar dias, semanas e até meses de estudos, investigações e análise detalhada de pistas para obtenção de sucesso nas prisões.

Num dos casos, após vários dias de investigação, localizou-se a residência do marginal Pedro Cigano. Depois do cerco à casa, os agentes policiais apreenderam vários objetos roubados, mas não conseguiram efetuar a sua prisão (OC, Dez, 1955).

Em outras ações, o desfecho foi diferente. No primeiro caso, após “árdua tarefa” – segundo palavras do próprio Delegado –, conseguiu-se deter João Maria dos Santos que, ao ser inquirido na Delegacia pelo escrivão, confessou as atividades ilícitas que vinha desenvolvendo no município há algum tempo. No segundo, o aparelho policial que realizava um trabalho de acompanhar de perto as denominadas “quadrilhas” fez um cerco à casa de Lazineiro e apreendeu inúmeras máquinas de escrever e fotográficas. O indivíduo, ao ser interrogado pelo Delegado, não conseguiu explicar a origem dos produtos encontrados em sua casa (OC, Dez, 55).

Nessas práticas repressivas, a imprensa local se regozijava. Os jornalistas não estavam mais se limitando a dar a notícia em primeira mão, mas se embrenhando no interior da Delegacia e acompanhando os policiais nas rondas diárias e promovendo debates acerca do “problema” da segurança pública. Quanto a esse comportamento do repórter, Sérgio Adorno (1994, p. 137) enfatiza que, é como se nada escapasse ao “arguto olhar do repórter/narrador sempre em busca da verdade, como se estivesse a frente



dos fatos e das próprias autoridades encarregadas de promover a 'verdadeira' investigação”.

As práticas repressivas, com a utilização de inúmeras estratégias como prisões, detenções, blitzens, diligências, revistas não eram suficientes para enfrentar o “problema” da segurança pública. Os desteros e recambiamentos se constituíram numa outra prática largamente empregada para a sociedade livrar-se dos “maus elementos”.

Quanto a isso, em todo o período republicano, tanto as deportações de estrangeiros como o desterro de nacionais para locais cada vez mais distantes das áreas urbanas, tornaram-se uma prática amplamente utilizada pelo aparelho policial para limpar a cidade, ou mesmo esvaziar as prisões.

A década de 50 não foi uma exceção, tendo em vista que houve a continuidade dessa estratégia de assepsia para sanear a sociedade. Paulo Sérgio Pinheiro (1979, p. 13), focando suas atenções às décadas iniciais deste século, salienta que “para o aparelho repressivo do Estado, (...) os desteros eram medidas profiláticas, através dos quais se impedia que “mendigos” e “vagabundos” continuassem vagando pela cidade” ou mesmo uma forma de aliviar “a superlotação crônica das cadeias”.

As evidências indicam que essa compulsão profilática também norteava o trabalho dos policiais nos “anos dourados”, incidindo contra os “vagabundos”, “mendigos”, “prostitutas” ou simplesmente em relação ao “outro” que naquele momento era o migrante nordestino. A declaração do policial de que ele “é o lixo da sociedade”, (Paixão, 1982), revela a concepção de policiamento que permeia as atividades do aparato repressivo com relação à maioria da população.

Nessa tarefa de “coletar o lixo” e livrar-se dele, as prostitutas era um dos grupos mais visados. A imprensa noticiava com destaque o trabalho da Polícia, quando uma delas era enviada para fora da

cidade. O teor das matérias enfatizavam que a “expulsão dessas decaídas” era uma medida premente para “moralização dos costumes”.

As expulsões podiam ser isoladas, como no caso de Russa, que após ser surrada por um rico comerciante e dar queixa na Delegacia da agressão a que fora submetida, foi obrigada a deixar a cidade, mas também contra prostitutas que não fossem comedidas em seu comportamento e conduta. A posição da imprensa era clara. Para aquelas “messalinas” que caíssem no “erro de se embriagarem e provocarem desordem”, uma “ótima providência para pôr na linha e nos seus devidos lugares” deveria “ser a deportação daqui para longe” (GN, 01/12/55).

Às vezes, as expulsões poderiam ser feitas porque o nível de prostituição era considerado “insuportável” e interferia diretamente no cotidiano de moradores que residiam próximos à área do “meretrício”. Em outras, porque as prostitutas estavam extrapolando o seu espaço habitual e invadindo lugares de respeitabilidade, com isso expondo os “cancros” que deveriam ficar escondidos ou circunscritos.

Com outros grupos sociais que praticavam pequenos golpes, o tratamento não era diferente. O Delegado declarava que estavam ocorrendo sérios problemas de segurança, porque o Paraná recebia marginais que fugiam das penitenciárias de São Paulo e passavam a agir em diversas cidades do Estado.

A estratégia utilizada era não só impedir que os marginais dessem os golpes, mas detê-los e deportá-los para outros lugares. Quanto a isso, a Folha de Londrina de 24/03/55 trazia reportagem mostrando que a Delegacia Regional, através de vigorosa campanha contra os maus elementos, tinha “deportado 12 desses indesejáveis”.

Por sua vez, Madame Tereza, apesar de muito conhecida, não conseguiu escapar da ação do Delegado. Após comparecer à Delegacia e ser interrogada, foi expulsa da cidade. Num tom

intimidatório, o Delegado avisava aos ciganos amigos de Madame Tereza, acampados na entrada de Londrina, que vendessem seus tachos por lá, senão iriam ter o mesmo destino da “ocultista” (OC, Maio, 55).

Percebe-se, nessas ações do aparelho policial, uma estratégia de “guarda-fronteiras” para proteger a cidade moderna, contra os perigos que porventura viessem colocá-la em perigo. Por outro lado, as ações conjuntas de todos os órgãos envolvidos na manutenção da segurança pública, tiveram um peso enorme de contenção social.

### **3.2 Violência policial**

Pudemos observar como o aparato policial passou a atuar cotidianamente na cidade para a manutenção da ordem social, após ter passado por transformações significativas em sua estrutura organizacional.

As evidências indicam que as tecnologias utilizadas na repressão não se modificaram, aliás, foram até reforçadas com o processo de democratização do país no pós Segunda Guerra Mundial. Na definição de uma política de segurança pública no Estado do Paraná, a concepção era de que se deveriam aumentar as forças policiais, ou seja, enrijecer as práticas de combate à criminalidade.

Para as autoridades ligadas à área de segurança pública, a única forma de equacionar o problema do aumento da criminalidade nas áreas urbanas, era aumentar o poder de ação do aparato policial, inclusive com o uso de armas mais sofisticadas. Quanto a isso, W. Hassemer (1994, p. 112), tratando sobre a segurança pública na Alemanha pós-unificação, enfatiza que as medidas de combate à criminalidade se vêm reduzidas “aos desejos policiais de exacerbação e ampliação dos meios de combate ao crime”.

As práticas policiais não eram diferentes, tendo em vista que prisões para averiguação, blitzens, diligências, revistas e batidas em inúmeros locais da cidade também faziam parte da rotina policial. Essa estratégia era considerada legítima, na medida em que o aparato repressivo estava agindo no cumprimento do dever, pois combatia um “inimigo” da sociedade, que no momento não se constituía mais em um criminoso político, mas no criminoso comum. Quanto a isso é importante enfatizar que nem sempre essas operações eram de conhecimento das autoridades judiciais, embora, em nome da segurança pública, se fizessem vistas grossas aos atos ilícitos cometidos por policiais para que combatessem a criminalidade.

Se as técnicas utilizadas na repressão não foram transformadas, mesmo com o fim do regime ditatorial do governo Vargas, um outro legado foi o alto nível de violência ilegal presente nas ações do aparelho policial.

Com relação a essa violência aberta por parte do aparato repressivo, um jornal em extensa matéria, denunciava que as atrocidades que vinham acontecendo no interior da Delegacia Regional de Polícia da cidade de Londrina reviviam as práticas do “gênio criminoso estadonovista Filinto Muller, reformador arbitrário de triste memória” (GN, 17/03/55).

As notícias freqüentes sobre espancamentos, pau-de-arara e palmatória largamente utilizados pelo aparelho policial como método corriqueiro de investigação e de combate aos criminosos, ao longo da década, demonstram que o uso de todo o tipo de violência amplamente empregado no período ditatorial varguista não foi suprimido com os governos eleitos pelo voto dos cidadãos. A rigor, no período denominado de populista, a violência também se constituía numa forma de relacionamento do Estado com a maioria da população

Recorrendo às reflexões de Paulo S. Pinheiro (1991),

podemos afirmar que as relações de poder que tradicionalmente se caracterizaram pela ilegalidade não se modificaram com a transição no plano constitucional. Os dados empíricos coletados nesta pesquisa indicam que os governos considerados democráticos, da década de 50, não conseguiram assegurar o controle da violência, na medida em que a maioria da população continuou submetida ao arbítrio por parte do aparato repressivo.

O padrão de violência que permeava as atividades policiais é detectado tanto nas ruas como no interior dos órgãos encarregados da segurança pública. As ações repressivas com o intuito de contenção da criminalidade, rapidamente se extrapolavam, aparecendo claramente os excessos cometidos pelo aparelho policial.

Nesse sentido é que a Folha de Londrina, em reportagem de 01/09/53, denunciava que uma pessoa havia sido espancada violentamente por um policial militar, após sua detenção na área do meretrício, ou “bas fond”.

Para termos uma idéia da forma como se pautavam as ações policiais, num outro episódio, agentes da Delegacia Regional agrediram uma pessoa acusada de ter praticado um furto. Fica claro nesse caso que a presunção de inocência não foi cogitada, pois assim que os policiais chegaram para atender a ocorrência, foram logo aplicando um castigo na pessoa que estava sendo detida. Segundo o jornalista “eram cinco os espancadores, cada um mais violento que o outro” (FL, 13/07/56).

A violência policial não recaía somente sobre pessoas anônimas que perambulavam pelas ruas, na medida em que um motorista de carro de aluguel, muito conhecido no centro da cidade, após ter sido acusado de furto, foi agredido por vários policiais (FL, 12/06/52).

O que chama a atenção, nesses episódios de agressão sofrido por populares é o fato de que a violência não era esporádica ou ocasional, oriunda de ações improvisadas ou intempestivas dos

agentes, mas uma prática que fazia parte da vida cotidiana do aparelho policial. Isso fica evidente ao nos depararmos com constantes notícias, no período, denunciando que todas as ocorrências do aparelho repressivo acabavam em espancamentos das pessoas que estavam sendo detidas ou presas.

O padrão de violência aparecia, mesmo em situações nas quais o policial não estava necessariamente correndo risco de vida, ou num confronto direto com o suposto criminoso. Isso se evidencia no episódio de um incêndio ocorrido na Churrascaria Paraná. Parece, embora não houvesse certeza, que uma pessoa, aproveitando-se da confusão, havia furtado uma pasta e os clientes seguraram o “suposto gatuno” até a chegada do policial. Relata o jornalista que, para surpresa dos que presenciavam o acontecimento, mesmo estando completamente imobilizado, quando o agente chegou “pretendendo mostrar-se “corajoso” e valendo-se das circunstâncias provou sua covardia ao vibrar seu cassetete por diversas vezes no ladrão que se encontrava seguro” (FL, 01/01/54).

Portanto, repetidas vezes os jornais noticiavam que pessoas ao se depararem com policiais sofriam todo tipo de violência, não importando a situação em que se encontravam, ou mesmo se tinham cometido algum delito. O simples fato de pairar uma suspeita já se constituía num motivo suficiente para que ficasse sujeita às sevícias praticadas pelos agentes, encarregados justamente de garantir-lhes a segurança.

Embora a violência policial recaísse com maior frequência sobre os homens comuns, às vezes atingia figuras de destaque da cidade. Quando isso acontecia, era denunciado com veemência pela imprensa local.

Num desses episódios, a Folha de Londrina de 29/05/52 denunciava que policiais agrediram fisicamente dois “dignos industriais de Londrina”. Destacava ainda que os agentes do aparelho

repressivo continuamente abusavam e usavam de “brutal violência contra gente de bem desta progressista localidade”.

Um dia depois, o jornal em editorial com o título “Doloroso Exemplo”, mencionava novamente a agressão sofrida pelos dois industriais. Destacava que episódios como esse não podiam voltar a acontecer numa cidade marcada pelo “progresso” e pela “civilização”.

O comportamento dos policiais parece não se alterar com o passar do tempo, pois três anos depois, a mesma Folha de Londrina voltava a denunciar a violência característica de suas ações ao noticiar que “a polícia continua espancando e batendo. Será que não vem uma providência da Promotoria, um inquérito, uma devassa, qualquer coisa? A família londrinense está nas mãos de certos tipos de policiais que rivalizam ou superam em violência e selvageria o índio do Araguaia e o negro do Congo” (FL, 15/03/55).

Esse padrão se manifestava em todas as atividades policiais, mesmo em situações que não se exigia o uso da força. Foi o que aconteceu quando um agente da Delegacia Regional foi chamado por um grupo de populares para atender a uma ocorrência. A notícia da Folha de Londrina de 30/05/52 não fornece muitos detalhes sobre os acontecimentos, mas é possível verificar que o policial tumultuou ainda mais o local, pois “agrediu vários cidadãos que somente assistiam à confusão”.

Essa truculência aparece também quando os policiais eram contrariados por pessoas comuns. Quando vivenciavam essa situação, investiam decididamente contra aqueles que lhes desagradavam com o objetivo de se impor.

Quanto a isso, a reportagem da Folha de Londrina de 05/01/55 é muito ilustrativa. Relata o jornalista que um investigador e um Inspetor de Quarteirão chegaram ao Bar Rancho Alegre e pediram que lhes fossem servida uma bebida. O proprietário do estabelecimento pediu que esperassem um pouco, pois minutos antes

havia se recusado a servir dois “notórios malandros” que já estavam alcoolizados. Os dois não se conformaram com a recusa e passaram a agredir verbalmente tanto o dono, como inúmeras pessoas que estavam no interior do Bar. Uma delas passou a responder as ofensas.

Os dois agentes irados com a “afronta” que estavam sofrendo e, para surpresa, auxiliados pelos dois malandros, passaram a espancar violentamente, inclusive utilizando tacos de snooker, o proprietário do Bar por tê-los contrariado. Após o mesmo não oferecer mais resistência, relata o jornalista, os “truculentos pseudo-mantenedores da lei” o levaram para a Delegacia Regional. Depois de conseguir sua liberdade “a vítima com equimoses por todo o corpo, apresentou queixa ao Juiz competente que mandou submetê-la a exame de lesões corporais para a devida responsabilização criminal dos indiciados”.

O desenlace desse episódio mostra muito bem como as atrocidades cometidas pelo aparelho repressivo em relação à maioria da população persistiram ao longo da década de 50.

Um outro jornal local fazia questão de ressaltar que as coações, violências a que estavam submetidos “milhares de humildes” aconteciam em todas as cidades do país. Que as “ações condenáveis”, os “crimes bárbaros e hediondos” não se constituíam somente numa prática do aparelho policial das áreas urbanas do Paraná ou da cidade de Londrina. Escrevia que os massacres aconteciam também no Rio de Janeiro e em São Paulo, cidades mais importantes do país. Diante desse quadro, enfatizava que “a polícia no país guia-se por um sentido rigidamente criminoso. Não realiza justiça, subverte-a descambando para o campo das atrocidades ignominiosas e corruptas” (GN, 17/03/55).

Quanto a essa violência que a maioria da população sofria diariamente em todas as cidades do país, Paulo S. Pinheiro (1991,



p. 48) destaca que ela tem sido aplicada sistematicamente, na medida em que “durante toda a República no Brasil as práticas repressivas dos aparelhos do Estado e das classes dominantes estiveram caracterizados por um alto nível de ilegalidade, independente da vigência das garantias constitucionais”.

É importante destacar que a Guarda Urbana, um órgão criado nesse período, com o objetivo de auxiliar na vigilância dos espaços públicos, mantido através de doações de moradores, também contribuía para esse rol de violência contra a população. Em pouco tempo de atuação na cidade, já havia notícias demonstrando que a Guarda Urbana estava também envolvida na prática de atos truculentos contra inúmeras pessoas. Em reportagem, um jornal local informava que vários guardas urbanos “tomavam parte de episódios” que acabavam em espancamento. Nessa mesma notícia, fazia-se uma “advertência necessária” – de que “todas as ocorrências policiais na cidade acabavam em espancamento” (FL, 04/06/52).

Essa violência poderia ser uma forma de retaliação em relação às pessoas que haviam denunciado arbitrariedades ou atos ilícitos praticados pelos vigilantes.

Isso pode ser percebido através da notícia da Folha de Londrina de 04/01/53. Um homem, já com idade avançada, contava a várias pessoas que havia caído no conto do vigário, aplicado, justamente, por um guarda urbano. Como represália às “conversas” em demasia desse “velho”, logo em seguida, outros vigilantes aplicaram-lhe uma severa surra, para que parasse de ficar dizendo “essas bobagens”.

Num outro episódio, o palco era a zona de prostituição. Os personagens eram Jane e Dirce, dois policiais e três guardas urbanos.

A cena se desenvolveu quando, numa ronda pelas ruas da cidade os dois policiais se depararam com os guardas urbanos espancando Jane e Dirce no interior do Bar Alvorada, por volta

das 22h30m horas. Ao darem o flagrante, os policiais efetuaram a detenção dos vigilantes e os conduziram ao distrito policial.

No ambiente da Delegacia Regional, as duas mulheres declararam que anteriormente haviam formulado queixa de agressão contra um membro da Guarda Urbana. O jornal informava ainda que Jane e Dirce tinham sofrido espancamentos por três vezes naquela semana, que lhes provocaram “sérias equimoses”.

Podemos perceber, portanto, que membros da Guarda Urbana submeteram as duas mulheres a maus tratos como forma de repreendê-las das denúncias de arbitrariedades e violências que haviam feito às autoridades.

O jornalista encerra a reportagem estranhando o procedimento adotado pela Delegacia Regional, pois os guardas, apesar de serem presos em flagrante, em virtude do espancamento de Jane e Dirce, até aquele momento não haviam sofrido nenhuma autuação.

Um outro aspecto que podemos extrair dessa reportagem da Gazeta do Norte é que as autoridades da Delegacia Regional estavam protegendo os membros da Guarda Urbana. Normalmente, nesses casos, ou se faziam “vistas grossas” ou se realizavam inquéritos que não concluíam nada, com isso contribuindo para que agentes responsáveis pela segurança dos cidadãos agissem na ilegalidade.

Quanto a isso, notamos uma falsa pacificação da violência, na medida em que o estado de direito, que pressupõe garantia de direitos fundamentais, era uma “mera referência ritual”, como ressalta Paulo S. Pinheiro. A rigor, a transição política do governo ditatorial varguista foi incapaz de “assegurar uma das pedras de toque da democracia, qual seja, o controle institucional da violência ilegal praticado pelas autoridades públicas” (Pinheiro, 1991, p. 46).

É nesse sentido que, por toda a década de 50, os jornais noticiavam que estava voltando os “dias turbulentos da polícia arbitrária e violenta”, manifestada, por exemplo, quando um guarda

urbano, ao tentar acalmar os ânimos de foliões em um baile de carnaval, acabou atirando em um rapaz, levando-o à morte.

Num outro caso, quando houve a prisão de dois rapazes que jogavam futebol e as pessoas que estavam presentes exigiam que fossem soltos. Os vigilantes não ouviram os reclamos da população, solicitaram reforço e, contando com mais oito, foram “ao encalço dos dois jovens esportistas”. Segundo relato da Folha de Londrina de 19/11/55, os homens da guarda urbana “pareciam personagens de películas de “far-west”, ignorando os seus verdadeiros deveres de fazer policiamento preventivo e não promovendo cenas desprimorosas como aquelas”.

Nesses e noutros episódios envolvendo a Guarda Urbana, notamos que suas atividades também se pautavam pelo mesmo padrão de violência, característico dos outros órgãos encarregados da segurança pública – Polícia Civil e Militar.

No entanto, esses atos arbitrários dos aparelhos encarregados da segurança da população não ocorriam somente nas ruas da cidade de Londrina. Esse legado também perdurou no interior das Delegacias e Distritos policiais.

Em notícia de meados da década registrou-se que se assistiu um fato em que a Polícia submeteu um “jovem bancário a uma sessão de pau-de-arara no interior da Delegacia”. Nessa mesma reportagem, é relatado ainda que um lavrador humilde “confessou um crime não praticado e, por obra dos suplícios, ficou tuberculoso” (GN, 17/03/55).

Essas ocorrências na Delegacia Regional ganharam destaque também em outro jornal. A Folha de Londrina, em sua edição de 05/03/55, fazia uma denúncia em relação às arbitrariedades que vinham acontecendo. Termina a matéria apelando ao Delegado Soares Caldas para que acabasse “com essa história de pau-de-arara e palmatória” utilizada pelos policiais.

Embora Paulo S. Pinheiro esteja referindo-se mais ao

período após a ditadura militar, acreditamos que suas afirmações podem ser estendidas também para o período posterior ao Governo Vargas. Segundo esse autor “a tortura sistematicamente administrada persiste nas delegacias de polícia em todo o país, independente do grau de desenvolvimento socio-econômico dos Estados” (Pinheiro, 1991, p. 53).

Com relação a essa violência, pessoas que moravam nas imediações da Delegacia Regional chegaram a ir no meio da noite à redação da Folha de Londrina, levar ao conhecimento dos jornalistas de plantão que os presos estavam sendo submetidos a torturas. Disseram que não conseguiam dormir devido aos gritos desesperadores dos detentos, que do interior de suas casas ouviram frases de “Acudam, Socorro! Não me batam! Pelo amor de Deus!” (FL, 14/06/58).

As evidências indicam que as agressões se constituíam numa prática rotineira na vida dos detentos. Tanto que um dos presos foi espancado de forma tão violenta, que ficou em estado de coma. Segundo relato do jornalista, o policial Farias que havia empreendido tal ação, era “vítima de psicose de guerra” (FL, 28/08/63).

Um jornal da cidade vizinha de Ibiporã colocava em destaque a manchete “Arbitrariedades da Polícia de Londrina”. O teor da reportagem era de que menores agredidos e torturados na Delegacia de Polícia de Londrina eram enviados para as cadeias das cidades vizinhas. Isso foi constatado quando o Juiz de Direito se dirigiu à Delegacia de Ibiporã e encontrou vários menores “com os corpos cheios de ferimentos, sinais evidentes de sevícias que haviam sofrido”. Ao interrogar as autoridades policiais daquele município, disseram que haviam sido enviados pelo Delegado de Polícia da cidade de Londrina (VN, 15/05/55).

Diante dessas evidências obtidas através da análise de diversos jornais locais, podemos constatar que a instituição da

violência peculiar aos aparelhos de segurança do Estado persistiu, mesmo com os governos denominados de populistas. Com isso, chegamos à conclusão de que a transição política do governo ditatorial varguista não significou necessariamente que a repressão física, ilegal e aberta tivesse se extinguido com os governos democraticamente eleitos.

Nesse sentido, podemos afirmar, recorrendo às reflexões de Paulo S. Pinheiro, que, em se tratando de transição nesse domínio é quase inexistente, na medida em que são muito lentas, pois os “entulhos autoritários” permanecem, já que não seguem o mesmo ritmo das mudanças no âmbito político institucional. Portanto, ao falarmos em violência do aparelho policial no Brasil, podemos afirmar que é um fenômeno de longa duração, para utilizar a linguagem de Fernand Braudel.

### **3.3 Os limites da ação policial**

Mesmo o aparelho policial tendo uma estrutura mais burocratizada, que redundava numa ação mais sistematizada, fica claro que havia limitações significativas na coibição das práticas dos diversos grupos sociais que ocupavam o espaço cidadão.

Essa incapacidade do aparelho policial de reprimir, prendia-se ao fato de que as práticas populares se recuperavam rapidamente, que não podia se afastar muito dos regulamentos e códigos estabelecidos pelas pessoas em sua vida diária e por questões internas na própria instituição.

Com relação aos costumes populares, o trabalho de Michel de Certeau (1994) aponta caminhos importantes para compreendermos como essas pessoas anônimas se movimentavam cotidianamente, manipulando as “artes de fazer”, no intuito de burlarem as redes de vigilância. Através de uma análise a contrapelo dos jornais, percebemos que esse homem comum, diante de um

espaço tecnocraticamente construído e uma incidência significativa do aparato repressivo para manter a vigilância, conhecia a “dor e o terror, mas acreditava na sua capacidade de ser bem sucedido” (Berman, 1993, p. 22).

Recorrendo novamente às reflexões de Certeau (1994), a ordem estabelecida na política de segurança pública, que consistia num conjunto de imposições, permitiu o surgimento de práticas que estimulavam a capacidade de invenção e de improvisação.

Nesse sentido é que os jornais estampavam constantemente notícias, indicando que o aparato policial não conseguia coibir as atividades de vendedores ambulantes, as peripécias de menores e adultos pedintes, a astúcia dos que aplicavam pequenos golpes e a persistência de jogadores e prostitutas por todos os locais da cidade. Verificando como essas práticas eram recorrentes, fica a impressão de que as ações repressivas constituíam-se numa tarefa de Sísifo.

Com relação aos jogos que envolviam dinheiro, alvos de acirradas campanhas para que fossem extintos, em pleno auge do movimento, a Folha de Londrina noticiava, com um certo desalento, em sua edição de 09/09/55 que haviam recomeçado na cidade em “diversos clubes com fachadas de esportivos”.

As enormes dificuldades de se acabar com as várias modalidades de jogos eram por serem amplamente praticados por todos os segmentos sociais. Em 1955, por exemplo, a Folha de Londrina de 24 de março, informava que o Delegado Soares Caldas estava sofrendo uma enorme pressão por parte de pessoas ligadas a casas de jogos, devido à forte repressão que vinha fazendo.

Portanto, apesar das inúmeras campanhas e da repressão policial, os jogos continuavam sendo uma das principais formas de entretenimento e também uma tática para se obter algum dinheiro em Londrina. Isso provocava a ira de alguns vereadores, que consideravam a Polícia negligente. Segundo o jornal, um dos homens mais destacados do Legislativo Municipal, o Sr. Alberto J. Zortéa

havia feito graves e veementes acusações contra a inércia do aparato repressivo. O vereador dizia que se alcançou “um nível tão desenfreado a jogatina que os hotéis, pensões, bares e casas travestidas de clubes exploram esse negócio com o consentimento e a conivência da polícia, convenhamos que isto ultrapassou os limites está demasiado” (GN, 04/12/57).

Depois de 1955, houve um arrefecimento na perseguição aos jogos de azar, embora isto não significasse que o aparelho policial tivesse deixado de empreender ações repressivas ou de efetuar detenções.

Em 1961, uma notícia chama a atenção, por mostrar que os jogos persistiam, apesar de todas as campanhas encetadas para que fosse extinto e das ações regulares da polícia. Informava o jornal que o Delegado havia detido vários cambistas no “cumprimento das determinações legais”, mas estranhava a atitude da autoridade de proibir a venda de bilhetes, pois “em outras cidades da região a venda de tais loterias continuava franca como antes” (OC, Dez. 61).

Nesse mesmo ano, repetidas vezes noticiava-se que os jogos eram largamente praticados na cidade, apesar das proibições legais. Diante disso, o jornal *Gazeta do Norte* de 12/06/61, propunha a sua regulamentação, já que não acreditava em sua extinção.

Podemos verificar que a repressão contra os jogos mexia numa questão delicada. Aliás, reprimi-los se constituía em uma ação “especialmente sensível”, na medida em que tocava diretamente em atividades corriqueiras da vida de pessoas de diferentes níveis sociais. Isso porque “ao contrário do que se possa imaginar, o jogo em todas suas modalidades, era uma atividade largamente praticada pelas elites locais – em clubes prestigiosos como Country e Jôquei – que certamente não se preocupava com sua extinção” (Arias Neto, 1993, p. 213).

Portanto, é provável que as autoridades policiais logo

perceberam que as ações repressivas contra os jogos de azar deveriam ser contrabalançadas para não provocarem revoltas de setores populares, ou retaliações de grupos pertencentes à elite local. A afirmação de Robert Storch com relação à Polícia na cidade de Londres, no início do Séc. XIX, de que ao procurarem “impor e manter o “padrão básico” de ordem urbana, as autoridades policiais (...) logo perceberam o que era possível, bem como o que não era e tentaram definir o que seria tolerado (e sob que condições) e o que não seria” (Storch, 1984/85, p. 28), contribui no entendimento da sociedade londrinense.

Dessa mesma forma, eram pautadas as ações contra a prostituição, na medida em que se tinha de conviver com ela. O que o aparato público procurou fazer foi discipliná-la. No entanto, o ordenamento imposto era constantemente burlado, pois em plena campanha contra a prostituição, jornalistas escreviam que ela “campeava desenfreadamente” em vários locais da cidade. Ressaltavam que não era a última vez que os homens de imprensa iriam “escrever sobre a rua do vício e do pecado”, na medida em que com “um dia só de tréguas, as explorações continuavam num crescendo assustador” (OC, Set, 55).

Diante disso, antes de eliminar a prostituição, as ações foram no sentido de circunscrevê-la num determinado espaço, para que não invadisse locais de respeitabilidade. Tanto que a Gazeta do Norte em 04/12/57 noticiava que com “a extensão da cidade e uma infinidade de motivos, surge um problema de grande importância, a mudança da zona do meretrício do local onde se encontra, para outro mais distante e adequado longe das residências familiares”.

Até a efetiva transferência da área de prostituição da Rua Brasil para a Vila Matos, isso foi tratado de forma oscilante. Em determinados momentos, empreendiam ações rigorosas para coibi-la e, em outros, faziam concessões. Para



exemplificarmos essas atitudes titubeantes, na ocasião em que ganhava espaço nos jornais a luta para acabar com a denominada “rua do vício e do pecado”, a posição do jornal com relação a atitude do Prefeito era a de que não concebia “de forma alguma que um advogado, reconhecidamente íntegro, capaz e estudioso tenha tido o desprazer e a fraqueza de desmoralizar-se publicamente descendo ao ponto de ser patrono de uma casa de tolerância” (OC, Jan, 53).

Nesses confrontos, às vezes, os donos dos bordéis procuravam se contrapor às decisões das autoridades municipais, recorrendo ao poder judiciário. O Combate noticiava em Setembro de 1955, que haviam sido fechados vários estabelecimentos na área de prostituição, mas podemos entrever uma certa apreensão pelo fato de ter chegado ao conhecimento da redação “que indivíduos reconhecidamente marginais, pretendiam interpor recurso a justa medida, para burlando a lei, continuarem explorando mulheres, acoitando ladrões, negociando com vigaristas e, por conseguinte, prosseguirem na vida que a lei condena”.

Diante dessas idas e vindas, era destacado que os “exploradores de lenocínio” agiam livremente na cidade. Salim Cheid era denunciado pelos crimes de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres, mas não demonstrava nenhum temor das autoridades, dizendo que tinha influência com políticos importantes (GN, 13/01/55).

Notamos que, de uma forma ou de outra, a denominada “zona do meretrício” ia driblando a fiscalização e o controle do aparato público. Apesar de todos os esforços dos órgãos de segurança, obtendo “resultados benéficos”, a área de prostituição estava “desafiando novamente”, na medida em que “a falta de fiscalização e a displicência da ronda policial, fez com que a antiga Rua Rio Grande do Sul, hoje Brasil, voltasse a ser invadida, de maneira pasmante, por todos os tipos de marginais. As

mariposas andam soltas, livres e oferecem escândalos tremendos” (OC, Dez, 56).

Quanto ao fato de que na década de 50 a prostituição fosse uma atividade que envolvesse uma grande parcela de pessoas e fosse desenvolvida em inúmeros estabelecimentos, José Miguel Arias Neto (1993) observa que o poder adquirido pela prostituição de luxo permitiu a sobrevivência da “zona do baixo meretrício”, muito freqüentada pelos segmentos populares.

Todavia, para que a cidade fosse considerada de vida rebelde e independente, a continuidade das transgressões não paravam por aí. O homem comum inventava mil maneiras para atuar nas margens deixadas pelo aparelho repressivo.

É nesse sentido que, no começo dos anos 60, jornais voltavam a noticiar que os vendedores ambulantes desenvolviam novamente suas atividades nas principais ruas e praças da cidade. Para a Gazeta do Norte de 24/04/61, isto acontecia porque o “policimento em Londrina era calamitoso”, já que não se fazia repressão, fiscalização e muito menos prevenção para coibir a ação dessas pessoas.

Um mês depois, o mesmo jornal voltava a noticiar que os vendedores ambulantes se constituíam num dos principais problemas a ser enfrentado, pois se haviam sido retirados da cidade na administração anterior, naquele momento, com a falta de fiscalização e repressão, vários deles já andavam nos principais logradouros vendendo suas bugigangas (GN, 29/06/61).

Observamos também, nesses homens comuns, a demonstração de uma versatilidade, ao manipularem uma outra imposição nos momentos de lazer. Freqüentavam assiduamente os botequins e bares da cidade para tomarem o famoso “rabo de galo”, mistura de “aguardente com vermouth”. Diante da Lei Seca de 1961, tiveram que mudar de tática para continuarem sorvendo a bebida, já que era um costume muito comum entre eles. Esses homens

comuns que, segundo o jornal, possuíam “espírito jocoso”, passaram a pedir Jânio e Ney – referindo-se ao presidente da República e ao governador do Estado – quando pretendiam tomar a referida mistura, como forma de burlarem o policiamento (GN, 05/06/61).

Um outro aspecto que contribui para entendermos as limitações do aparelho repressivo em manter a ordem pública era a cumplicidade de policiais com grupos populares.

Relatava o jornal que a Polícia estava fazendo uma vigilância rigorosa nos locais considerados “quentes”, para evitar que ocorresse algum distúrbio. Para surpresa do jornalista, que acompanhava de perto as atividades da Delegacia Regional, o policial destacado para trabalhar num desses bares, em vez de exercer suas funções, foi o primeiro a se pôr em folia com os freqüentadores do estabelecimento (FL, 04/06/58).

As evidências indicam que, mesmo tendo passado por profundas reformulações, o aparelho policial não conseguia atender as demandas por segurança pública. Diante disso, denunciava-se que Londrina era um “verdadeiro paraíso para os marginais”, porque “campeavam em todos os cantos da cidade menores, vadios, desocupados, vigaristas, falsificadores e maconheiros” (GN, 24/04/61).

No início da década de 60 os jornais voltavam a noticiar com destaque o “problema” de segurança pública que o “povo honesto e obreiro” da “urbe” estava enfrentando. E, mais uma vez, numa concepção reducionista, o aparelho policial aparecia como a instância privilegiada para combater o “aumento da criminalidade”. A tônica era de aperfeiçoar as técnicas repressivas e enrijecer as ações do aparelho policial para assegurar a ordem.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho tratamos de fazer uma análise das práticas repressivas empreendidas na década de 50 no espaço urbano da cidade de Londrina. Nas reflexões, acerca da ação do aparelho policial, procuramos apreender todo o conjunto da vida social e não somente o âmbito institucional. Nisso, o objeto apareceu dentro do emaranhado de tensões de uma sociedade atravessada por profundos conflitos sociais.

Nos anos que seguem ao término da Segunda Guerra Mundial, o país passou por mudanças estruturais significativas. Com o processo de modernização do campo, um contingente significativo de pessoas foram jogadas nas cidades e tiveram de desenvolver diferenciadas práticas de vida em busca da sobrevivência.

Diante deste novo cenário, caracterizado pela diversidade, cresceu a percepção entre as elites, de que aumentava a marginalidade. Com isso, reivindicaram maior rigorosidade para combater a criminalidade e assegurar a ordem. O aparelho policial apareceu como instância privilegiada nos serviços de disciplinarização do social. No entanto, argumentava-se que, diante de uma realidade extremamente complexa, era ineficaz para atender as demandas por segurança pública.

Com isso, o Governo do Estado desencadeou todo um processo de reorganização do aparelho policial, para que se adequasse ao novo momento.

Com todas as mudanças, os logradouros públicos e locais considerados uma “afrota” a sociedade passaram a ser melhor

policidados, sendo alvo constante de blitzens, batidas, revistas, prisões para averiguação e detenções de suspeitos. Mas além dessas práticas, os desterros, expulsões, espancamentos, palmatória, sessões de afogamento também passaram a fazer parte da rotina dos agentes policiais.

Evidenciando que, em vez de um abrandamento da repressão, houve o recrudescimento das práticas utilizadas para contenção social e a continuidade da violência ilegal por parte do Estado, em relação a maioria da população. Portanto, se estava ocorrendo uma transição, algo se mantinha, persistia, mesmo com governos civis, eleitos pelo voto dos cidadãos.

Portanto, se no plano institucional, os governos denominados de populistas, significaram uma ruptura com o regime ditatorial varguista, no âmbito da sociedade civil, as mudanças não tiveram o mesmo ritmo, na medida em que as práticas autoritárias permaneceram ao longo dos anos 50.

Enfim, o processo de democratização do país no pós-guerra, não assegurou garantias individuais aos cidadãos, já que as modalidades de controle da população continuou sendo marcada pela exacerbação das práticas repressivas e no uso continuado da força por parte do aparelho policial.

Quando estávamos concluindo este trabalho, chegava a informação de que dezenove trabalhadores rurais haviam sido mortos por policiais militares. Indicando que o perfil característico do Estado no Brasil, se manteve incólume até os dias atuais.

## 1 – Jornais

Correio do Norte - Fevereiro de 1947  
Folha de Londrina - 1952 à 1962  
Folha do Povo - 1957 à 1958  
Gazeta do Norte - 1954 à 1961  
O Combate - 1952 à 1962  
Paraná Norte - 1934 à 1943 e 1948  
Voz do Norte - 1957

## 2 – Revistas

A Pioneira - 1948 à 1951

3 – Fundo DOPS - DEAP - Departamento Estadual de Arquivo Público - Paraná - Pastas 01019, 01776, 01020, 01022, 003782, 003360

## 4 – Leis e Decretos Estaduais

Lei nº. 241 de 06/09/49 - Estatuto dos Servidores Militares do Estado

Lei nº. 284 de 04/11/49 - Gratificação aos Delegados Regionais de Polícia

Lei nº. 47 de 18/2/48 - Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública passa a denominar-se Secretaria do Interior e Justiça

Decreto nº. 5434 de 14/01/49 - Aprovado o Plano de Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado

Lei nº. 1038 de 10/11/52 - Cria na parte permanente III - do Quadro Geral do Funcionalismo Público do Estado cargos na carreira de Escrivão de Polícia e Agentes de Polícia

- Lei nº. 2528 de 09/12/55 - Cria a 21a., 22a e 23a. Delegacias Regionais de Polícia
- Lei nº. 2534 de 14/12/55 - Dispõe sobre o Curso de Formação de Guardas Civis
- Lei nº. 1194 de 01/09/53 - Cria na Guarda Civil do Paraná, um Pelotão Especial
- Lei nº. 1767 de 17/02/54 - Cria o Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado
- Decreto nº. 4555 de 24/08/56 - Cria a Delegacia de Investigação e Capturas
- Decreto nº. 4556 de 24/08/56 - Cria a Delegacia de Furtos e Roubos
- Decreto nº. 7249 de 15/12/56 - Governo do Estado do Paraná desmembra da Delegacia de Ordem Política e Social da Chefatura de Polícia o Serviço de Estrangeiros, que passa a constituir-se a Delegacia de Estrangeiros
- Decreto 7250 de 15/12/56 - Desmembra da Delegacia de Segurança Pessoal da Chefatura de Polícia, as Secções de Menores e de Jogos que passam a se constituir a Delegacia de Menores e Delegacia de Jogos
- Decreto nº. 1297 de 23/05/56 - Ficam criadas no Distrito sede do Município de Londrina, duas Delegacias Distritais
- Lei nº. 3014 de 03/01/57 - Cria na Tabela III - Parte Permanente do Quadro Geral de Funcionários a carreira de Detetive e Comissário de Polícia
- Decreto nº. 16846 de 23/05/58 - Fica aprovado o Regulamento sobre as atribuições dos Comissários de Polícia e Detetives
- Decreto nº. 1965 de 04/05/61 - Fica criada na Chefatura de Polícia, a Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública
- Decreto nº. 8245 de 24/05/62 - Fica aprovado o Regimento da Chefatura de Polícia



Lei nº. 4615 de 09/07/62 - Cria a Secretaria de Segurança Pública, em substituição a Chefatura de Polícia

5 – Mensagens do Governo do Estado do Paraná

Paraná, Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, Curitiba, 1948.

\_\_\_\_\_. Idem, 1949.

\_\_\_\_\_. Idem, 1950.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Paraná, Curitiba, 1951.

\_\_\_\_\_. Idem, 1952.

\_\_\_\_\_. Idem, 1953.

\_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, Curitiba, 1956.

\_\_\_\_\_. Idem, 1957.

\_\_\_\_\_. Idem, 1958.

6 – Relatórios da Prefeitura Municipal de Londrina

Londrina, Prefeitura Municipal. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Senhor Miltom R. Menezes, Prefeito Municipal, Londrina, 1953.

\_\_\_\_\_. Idem, 1954.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Senhor Antonio Fernandes Sobrinho, Prefeito Municipal, Londrina, 1956.

\_\_\_\_\_. Idem, 1957.

7 – Boletim Informativo do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, Curitiba, Abril de 1986, nº. 21.



## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sérgio. A socialização da delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo. *Cadernos Ceru* n. 3, Série II, 1991.
- \_\_\_\_\_. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri. *Revista USP*, n. 21 - Dossiê Judiciário - Mar./Maio 1994.
- \_\_\_\_\_. “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo”. *Novos Estudos Cebrap* n. 43, nov. 1995.
- ADUM, Sônia M. S. Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina - 1930/1960*. Assi., 1991. Dissertação (Mestrado) – UNESP.
- ALVES, Paulo. “A República e a construção da ordem”. In *História* (nº. esp.). São Paulo : UNESP, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1890-1921)*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) – USP.
- ANDERSON, Perry. “Modernidade e revolução”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 14, fev. 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “O Norte do Paraná - um Novo Canaã”. In: PAISAGENS e problemas do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1968.
- ARIAS NETO, José Miguel. *O eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – USP.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa : Imprensa Nacional, 1985. v. 5.
- BARROSO, Vicente. *O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro*. Caxias do Sul : Ed. São Miguel, 1956.
- BATISTA FILHO, João. “Alguns aspectos do estudo do Projeto Cura em Londrina”. *Boletim CCH - UEL*, Londrina, n. 6, jul. 1983.
- BENEVIDES, Maria Victória. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário da imprensa*. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. “No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana”. *Temas Imesc*, São Paulo, v.2, n. 2, 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo : Cia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Os sinais da rua: uma resposta a Perry Anderson”. *Rev. Presença*, Rio de Janeiro, n. 9, fev. 1987.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. “O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Rev. Bras. Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 1953.
- BERNARDES, Nilo. “Expansão do povo do Estado do Paraná”. *Rev. Bras. Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 1952.
- BONDUKI, Nabil. “Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra”. In: KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- BONI, Maria I. Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – USP.
- \_\_\_\_\_. “Vigilância e punição: o espaço da criminalidade na constituição do trabalhador urbano - Curitiba 1890-1920”. *Rev. História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 8, n. 14/15, jul./dez. 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro : Bertrand Brant, 1989.

BRANDÃO, Berenice e outros. “A polícia e a força policial no Rio de Janeiro”. *Série Estudo PUC*, Rio de Janeiro, n. 4, 1981.

BRESCIANI, Maria S. Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. “Lógica e dissonância, sociedade do trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 6, n. 11, Set. 1985 / Fevereiro 1986.

\_\_\_\_\_. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no Século XIX)”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, Set. 1984 / Abril 1985.

BURMESTER, Ana M. de Oliveira et al. “O paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50”. In: SILVA, Marcos A. (Org). *República em Migalhas*. São Paulo : Marco Zero, 1990.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. “Direitos humanos ou privilégio de bandidos? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 30, jul. 1991.

CALIXTO, Negi. *O preso é gente no Paraná*. Curitiba : [s. n.], 1976.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília : Edunb, 1993.

\_\_\_\_\_. “O poder da polícia e o mundo da prisão na era Vargas (1930-1945)”. *História & Perspectiva*, Uberlândia, n. 7, jul./dez. 1992.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafecultura paranaense - 1900-1970*. Curitiba : Grafipar, 1981.

- CAPELATO, Maria H. Rolim. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo : Edusp/Contexto, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo : Cia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio Janeiro/Petrópolis : Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e democracia*. São Paulo : Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_, FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro : Paz e Terra/Cedec, 1978.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- CIDADE, Maria L., PAZ, Francisco Moraes. “O poder em questão: vigilância e punição em Curitiba”. *Rev. Hist.: questões & debates*, Curitiba, v. 8, n. 14/15, jul./dez. 1987.
- COELHO, Edmundo Campos. “A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 1986.
- CORREA, Marisa. *Os crimes da paixão*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- COUTINHO, Puigari. *Londrina estado do Paraná - 25 anos de sua história*. São Paulo : [s. n.], 1959.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviço: dominação e resistência (São Paulo - 1900/1920)*. São Paulo : Marco Zero, 1991.
- \_\_\_\_\_. “Mercado e polícia - São Paulo, 1890/1915”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago. 1987.
- CUNHA, Maria C. Pereira. *O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- DARTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”. In O BEIJO de Lamourette. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

- DIREITOS Humanos no Brasil. São Paulo : USP/Núcleo de Estudo da Violência e Comissão Teotônio Vilela, 1993.
- DIREITOS Humanos no Brasil. São Paulo : USP/Núcleo de Estudo da Violência e Comissão Teotônio Vilela, 1995.
- DONNICI, Virgílio Luiz. “Criminalidade e Estado de Direito”. In *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5, nov. 1978.
- DUPRAT, Catherine. “Punir e curar - em 1819, a prisão dos filantropos”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago. 1987.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840- 1890)*. São Paulo : Brasiliense. 1989.
- ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- FARIA, Vilmar. “Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 9, jul./set. 1974.
- \_\_\_\_\_. “50 anos de urbanização no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap* n. 29, São Paulo, n. 29, mar. 1991.
- \_\_\_\_\_. “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos”. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria H. Tavares (Org). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura e história social: perspectiva de investigação”. *Projeto História*, PUC, São Paulo, n. 4, jun. 1985.

- \_\_\_\_\_. “O historiador e a cultura popular: história da classe ou história do povo? *História & Perspectiva*, Uberlândia, n. 6, jan./jun. 1992.
- \_\_\_\_\_. “Estado, poder e classes sociais”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, n. 7, 1984.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo : Alfa-Omega, 1974.
- FERREIRA, Antonio Celso, SIMON, Cristiano G. Biazzo. “Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave”. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 9, n. 17, 1988.
- FERREIRA, Rosa M. Fischer. *Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo : Comissão Justiça e Paz/Cedec, [19--].
- FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem fantasma: a modernidade na selva*, São Paulo : Cia das Letras, 1991.
- FOUCAULT, Michel. “Omnes et singulatim: por uma crítica da “razão política”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 26, mar. 1990.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis : Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. “A verdade e as formas jurídicas”. *Cadernos da PUC*, Rio de Janeiro, n. 6/74, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo : Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: MITOS, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo : Cia das Letras, 1989.
- GONZALES, Horácio. “Tratamento para eles?” (formas de relato de violência urbana”. *Temas Imesc*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1984.
- HASSEMER, Winfred. “Segurança pública no Estado de direito”. *Impulso: Rev. Ci. Sociais e Humanas*, Piracicaba, v. 7, n. 15, 1994.



- HOBBSBAWN, Eric J. “La marginalidade social em la história de la industrializacion europea”. *Rev. Latino-Americana de Sociologia*, v. 5, n. 2, jul. 1969.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- IGNATIEF, Michael. “Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago. 1987.
- KOWARICK, Lúcio. *O capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- LINEBAUGH, Peter. “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no Século XVIII. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org). *Crime, violência e poder*. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- LIPOVETSKY, Giles. *O império do efêmero*. São Paulo : Cia das Letras, 1991.
- LUDWIG, Antonio Carlos. “Autoritarismo e democracia na formação do oficial brasileiro”. *Impulso - Rev. Ci. Sociais e Humanas*, Piracicaba, v. 6, n. 13, 1993.
- MACHADO, Maria C. Tomaz. “Prostituição, além da moral burguesa - um misto de resistência e conformismo”. *História & Perspectiva*, Uberlândia, v. 1, n. 1, jul./dez. 1988.
- \_\_\_\_\_. “Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia”. *História & Perspectiva*, Uberlândia, n. 14, jan./jun. 1991.
- \_\_\_\_\_. “A pobreza urbana na ótica do capital (Uberlândia - 1900-1960). In: SILVA, Marcos A. (Org). *República em Migalhas*. São Paulo : Marco Zero, 1990.
- MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo do Getúlio*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Dez anos de economia brasileira: história e historiografia (1954-1964). *Rev. Bras. Hist*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.
- MENDONZA, Bruzi. “Aumento da criminalidade”. *Rev. Bras. Criminologia* n. 12, 1950.
- MOISÉS, José Álvaro. “1953, a greve dos 300 mil em São Paulo”. *Contraponto*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, nov. 1976.
- MOMBEIG, Pierre. “A zona pioneira do Norte-Paraná”. *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1935.
- MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. São Paulo : Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá : Eduem, 1994.
- MUCHAIL, Salma Tannus. “O lugar das instituições na sociedade disciplinar”. In Ribeiro, Renato Janine (Org). *Recordar Foucault*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- MULLER, Nice Lecoc. “Contribuição ao estudo do Norte do Paraná”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 22, 1956.
- NAKAGAWARA, Yoshia. *As funções regionais de Londrina e sua área de influência*. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – USP.
- NASCIMENTO, Noel. “O campones e o Norte do Paraná”. *Rev. Brasiliense*, São Paulo, n. 41, 1962.
- NEDER, Gislene e outros. “A polícia na corte e no Distrito Federal - 1831/1930”. *Série Estudos PUC*, Rio de Janeiro, n. 3, 1981.
- NEVES, Vilma Fernandes. “A sedução do urbano - a trajetória dos trabalhadores rurais através de sua fala”. *História*, UNESP, São Paulo, v. 12, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Acumulação capitalista, Estado e urbanização: a nova qualidade no conflito de classes”. *Contraponto*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, nov. 1976.

- OLIVEN, Ruben Geoge. “A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 1980.
- PAIXÃO, Antonio Luiz. “A organização policial numa área metropolitana”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982.
- PAOLI, Maria Célia et al. *Violência brasileira*, São Paulo : Brasiliense, 1982.
- PATARRA, Neide L. “Dinâmica populacional e urbanização no Brasil - o período do pós 30”. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo : Difel, 1984. Tomo 3, v. 4.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. “A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, Set. 1984 / Abr. 1985.
- PERROT, Michele. “As crianças da Petite-Roquete”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 9, n. 17, Set. 1988/Fev. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Violência sem controle e militarização da polícia”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, abr. 1983.
- \_\_\_\_\_. “Estado e terror”. In: NOVAES, Adauto (Org). *Ética*, São Paulo : Cia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Violência de Estado e classes populares”. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 22, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Crime, violência e poder*. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_, SADER, Emir. “O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil”. *Temas Imesc*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Autoritarismo e transição”. *Rev. USP - Dossiê Violência*, São Paulo, n. 9, mar./maio 1991.

- \_\_\_\_\_, BRAUN, Eric (Org). *Democracia x violência*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- PRANDINI, Neide. “Aspectos da geografia urbana de Londrina”. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, t. 1, 1951/1952.
- QUINEY, Richard. “O controle do crime na sociedade capitalista: uma filosofia da ordem legal”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio Janeiro, n. 24, jun. 1980.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. “De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil”. In: RIBEIRO, Renato Janine (Org). *Recordar Foucault*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. “Amores ilícitos na Paris de Emile Zola”. *História & Perspectiva*, Uberlândia, v. 1, n. 1, jul./dez. 1988.
- \_\_\_\_\_. “Prazer e perdição”: a representação da cidade nos anos 20”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 7, n. 13, Set. 1986/Fev. 1987.
- \_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Brasil 1954-1964. São Paulo, v. 14, n. 27, 1994
- REVISTA USP. Dossiê Violência. São Paulo, n. 9, mar./maio 1991.
- REVISTA USP. Judiciário. São Paulo, n. 21, mar./maio 1994.
- ROBERTO NETTO, Luis. “Por debaixo dos panos” - a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 9, n. 17, Set. 1988/Fev. 1989.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo : Cia das Letras, 1993.

- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- STORCH, Robert. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, Set. 1984/Abr. 1985.
- TOMAZI, Nelson Dácio. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) – UNESP.
- TOMASINO, Kimiye. “Os movimentos sociais indígenas no Norte do Paraná”. *Boletim do CCH-UEL*, Londrina, n. 22, jan./jun. 1992.
- VELHO, Gilberto. “Violência e cidadania”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 1980.
- VIEIRA, Evantina Pereira. “Instituições, controle social e resistência”. *Rev. Bras. Est. Pol.*, Belo Horizonte, jul. 1991.
- VIEIRA, Hermes, SILVA, Osvaldo. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo : Ed. Nacional, 1955.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. “A polícia e a comunidade: paradoxos da (in)convivência”. *Rev. Presença*, Rio de Janeiro, n. 13, maio 1989.
- ZENHA, Celeste. “As práticas de justiça no cotidiano da pobreza”. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 5, n. 10, mar./ago. 1985.
- ZICMAN, Renee Barata. “História através da imprensa - algumas considerações metodológicas”. *Projeto História*, PUC, São Paulo, n. 4, jun. 1985.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo : Cia das Letras, 1990.



Coleção:  
Histórias da República: Leituras à Contrapelo  
Organizada por: *Gilmar Arruda*

Obras Lançadas

1 – O CORPO DE QUEM TRABALHA:  
Estratégias para a construção do trabalhador  
*André Luiz Joanilho*

2 – FRUTOS DA TERRA:  
Os trabalhadores da Matte Larangeira  
*Gilmar Arruda*

3 – À SOMBRA DOS CARVALHOS:  
Militares e civis na formação e consolidação da Escola  
Superior de Guerra (1948-1955)  
*Francisco César Alves Ferraz*

4 – A UNE NOS ANOS 60:  
Utopias e práticas políticas no Brasil  
*Sandra de Cássia Araújo Pelegrini*

5 – ELES OUSARAM LUTAR...  
A esquerda e a guerrilha nos anos 60-70  
*Maria de Fátima da Cunha*

6 – ARTÍFICES DO ÓCIO:  
Mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)  
*Silvia Helena Zanirato Martins*

7 – O POLICIAMENTO E A ORDEM:  
Histórias da polícia em Londrina (1948-1962)  
*Rivail Carvalho Rolim*

